



Coleção Fontes,
Documentos e Arquivos

Dom João
Becker em
textos, imagens
e contextos
(1930-1938)

Gizele Zanotto
Vanessa Gomes de Campos
(Organizadoras)

Coleção Fontes,
Documentos e Arquivos

Dom João
Becker em
textos, imagens
e contextos
(1930-1938)

Gizele Zanotto
Vanessa Gomes de Campos
(Organizadoras)



© Das Organizadoras, 2025
Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

O autor é integralmente responsável pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração

Alex Antônio Vanin

Projeto Editorial

Acervus Editora

Imagem da 1ª Capa

Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis - Arquidiocese de Porto Alegre
Coleção Dom João Becker (DJB-22)/
Estúdio Ferrari, ano 1922.

Conselho Editorial

Alexandre Saggiorato (UPF)
Ancelmo Schörner (UNICENTRO)
Athany Gutierrez (UFFS – Passo Fundo)
Cristina Moraes (UDESC)
Diego Ferreto (UNISANTOS)
Eduardo Knack (UFCG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Federica Bertagna (UnivR – Itália)
Felipe Cittolin Abal (UPF)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)
José Francisco Guelfi Campos (UFMG)
João Carlos Tedesco (UFFS – Chapecó)
Marta Chiappe (UdelaR – Uruguai)
Roberto Georg Uebel (ESPM)
Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

D666 Dom João Becker em textos, imagens e contextos
(1930-1938) [recurso eletrônico] / Gizele Zanotto,
Vanessa Gomes de Campos (Organizadoras). –
Passo Fundo : Acervus, 2025.
10 MB ; PDF. – (Fontes, documentos e arquivos).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5230-056-0.

I. Brasil - História - Séc. XX. 2. Catolicismo.
3. Becker, João, Arcebispo, 1870-1946. I. Zanotto,
Gizele, org. II. Campos, Vanessa Gomes de, org.
III. Série.

CDU: 981

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

SOBRE A REDE HISTÓRIA E CATOLICISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (RHC)

A rede de pesquisa História e Catolicismo no Mundo Contemporâneo (RHC) foi criada em julho de 2015 a partir dos diálogos acadêmicos que reuniram os historiadores Cândido Rodrigues, Gizele Zanotto, Renato Amado Peixoto e Rodrigo Coppe Caldeira. Os primeiros contatos tiveram início em razão da organização de Simpósio Temático na ANPUH de 2011, em São Paulo, continuaram por meio de parceria nos eventos nacionais de 2013, em Natal, e de Florianópolis em 2015. A continuidade e a proficuidade dos debates, trocas e produções acadêmicas, bem como a proximidade dos esforços e dos objetivos levados a cabo por esses pesquisadores e pelos respectivos grupos de pesquisas que lideram, foi o elemento motivador para a criação da rede. O esforço de formação de recursos e de produção científica, colocado em prática por um corpo sólido de professores pesquisadores, junto aos seus orientandos no doutorado e mestrado, guia igualmente a habilitação da rede a apresentar-se como referência na área de estudos de história do catolicismo. Nossa rede de pesquisa

está articulada a partir da reunião das premissas que orientam os grupos que a compõem. A primeira delas decorre do interesse em investigar as relações entre catolicismo e política no mundo contemporâneo, notadamente no período compreendido entre o final do século XIX e início do século XXI, se inserindo também no âmbito do estudo da História do Tempo Presente. A segunda premissa orienta-se para o estudo da interação entre perspectivas teórico-metodológicas com análises empíricas e busca compreender como as suas repercussões incidem no perceber e compreender as relações sociais e históricas. Por fim, destacam-se as investigações voltadas para compreender as relações entre religião, tradição e modernidade, a partir da interação entre história, ciências sociais e as ciências da religião.

Foi na busca do desenvolvimento destas premissas que os líderes da rede pensaram igualmente em integrar a ela pesquisadores já consolidados, mas também jovens historiadores. Estes desenvolvem trabalhos num âmbito bastante abrangente que revela as diversidades de temáticas, objetos, fontes, espacialidades e métodos no tratar do catolicismo e dos fenômenos a ele atinentes. Por vezes restam dispersos tanto no Brasil quanto na América do Sul à espera de espaços como a rede, para igualmente poderem avançar seus diálogos científicos.

A partir das premissas constituidoras da Rede seus líderes também têm por objetivo consolidar os diálogos e as trocas acadêmicas com pesquisadores e instituições do exterior. As parcerias revelam sua preocupação em trabalhar temas chave, junto com perspectivas integradoras. Nestes termos, e buscando alocar e reunir recursos e subsídios que permitam à rede consolidar-se como um centro produtor e disseminador de conhecimento teórico e empírico, temos igualmente, expandido seus contatos e diálogos por meio de parcerias já iniciadas com instituições e pesquisadores de países como Brasil, Argentina, Chile, Peru, México, Canadá, Cuba, Alemanha e França.

Por fim, sua proposta maior é contribuir para a consolidação do campo de pesquisas de História do Catolicismo, considerado em suas singularidades e problemáticas espaço-temporais.

Cândido Moreira Rodrigues (UFMT)

Gizele Zanotto (UPF)

Renato Amado Peixoto (UFRN)

Rodrigo Coppe Caldeira (PUC-Minas)

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO FONTES, DOCUMENTOS E ARQUIVOS

Este livro apresenta parte do material trabalhado durante o Projeto de Pesquisa “Direitas e Religião no Brasil: um exame da construção das redes de intelectuais, de religiosos, de instituições e de militância política no catolicismo do Brasil entre 1930 e 1938”, financiado pela PROPESQ/UFRN, e faz parte da “Coleção Fontes, Documentos e Arquivos”, publicada pela Rede de Pesquisa História e Catolicismo no Mundo Contemporâneo (RHC).

O nosso propósito não é apenas o de municiar os futuros pesquisadores do Catolicismo com materiais dispersos ou não publicados, de modo a facilitar e incrementar os seus esforços, mas, também, o de manter o registro dos envolvimento, interesses e transformações de nossa Rede de Pesquisa, o que é proveitoso não apenas para os colegas do presente, mas, quiçá, para os do futuro.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
I. DISCURSOS E MENSAGENS DE DOM JOÃO BECKER	15
Dom João Becker em textos e contextos	16
<i>Gizele Zanotto</i>	
UMA MENSAGEM DO ARCEBISPO METROPOLITANO	55
RELIGIÃO CATHOLICA E O ACTUAL MOMENTO POLITICO	57
TELEGRAMMA DO DR. GETULIO VARGAS	67
ENTREVISTA	68
RESUMO DO DISCURSO	78
TELEGRAMAS	85
A EUCARISTIA E A PAZ	88
DISCURSO	106
DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO 1. CONGRESSO DOS CIRCULOS OPERARIOS DO RIO GRANDE DO SUL	114
DISCURSO	119
SAUDAÇÃO A' BANDEIRA	126
II. DOM JOÃO BECKER: ACERVO E IMAGENS	130
“ <i>No archivo particular do grande antístite existe eloquente documentação</i> ”: panorama sobre o arquivo pessoal de Dom João Becker (1897-1946)	131
<i>Vanessa Gomes de Campos</i>	
Olhares e cruzes: percepções nas fotografias de Dom João Becker	145
<i>Vanessa Gomes de Campos</i>	

APRESENTAÇÃO

Esta obra integra o projeto “Direitas e Religião no Brasil: um exame da construção das redes de intelectuais, de religiosos, de instituições e de militância política no catolicismo do Brasil entre 1930 e 1938” (PVC 18295-2020), contemplado pelo Edital N° 01/2020 – Redes de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRN, coordenado pelo prof. Dr. Renato Amado Peixoto (UFRN) e integrado por Cândido Moreira Rodrigues (UFMT), Gizele Zanotto (UPF), Magno Francisco de Jesus Santos (UFRN) e Rodrigo Coppe Caldeira (PUC Minas).

Neste volume o foco será no Arcebispo Dom João Becker e sua produção discursiva, entre 1930 e 1938. Afora os vários objetivos do projeto supracitado, nesta obra nos deteremos aos discursos, mensagens, entrevistas do religioso acerca do mundo contemporâneo e a ascensão dos fascismos e totalitarismos da década de 1930. Considerando a importante relação entre Dom Becker e Getúlio Vargas, muitos dos documentos evidenciaram a análise contemporânea do Arcebispo, pelo viés religioso, e sua postura de legitimação ao então

governo revolucionário varguista, não sem a reiterada mensagem da importância da matriz cristã para a conformação de um governo benéfico à república brasileira.

Dom Becker foi um prelado de destaque no cenário nacional que ascendeu ao episcopado como Bispo de Florianópolis, onde exerceu seu governo entre 1908 e 1912, até sua destinação a Arcebispo de Porto Alegre em 1912, cargo que exerceu até seu falecimento, em 1946. Como lembra Isaia, Becker foi representante do projeto de reconquista do poder da Igreja Católica no país, pós-república, mas também imprescindível ator na “domesticação” das oligarquias estaduais ante o projeto de edificação da nação derivada do projeto varguista. Nesta missão Becker dedicou seu ímpeto laboral por décadas no estado extremo sulino.

Como parte dos vestígios dessa atuação, apresentaremos neste volume dois vieses, além de textos elucidativos sobre o personagem, seu acervo e a construção estética de seu poder eclesial. Nesta linha, dividimos o volume em dois eixos, um sobre os textos e mensagem de Becker, e outro sobre sua imagem e acervo.

Na primeira parte da obra, dedicada a textos, focamos no tempo delimitado no projeto de pesquisa, qual seja, de 1930 a 1938. Os textos selecionados foram publicados em periódicos, o que evidencia a intencionalidade de sua divulgação ampliada. Grande parte deles deriva de discursos e entrevistas que foram posteriormente difundidos pela revista *Unitas*, da Arquidiocese de Porto Alegre, levando “a voz do bispo” a todas as dioceses e sufragâneas, ou seja, ao espaço territorial de governo de Dom Becker, pelo menos. Ante a profícua produção textual, de discursos, entrevistas e cartas pastorais, nossa opção viável foi destituir desse volume as densas e longas cartas pastorais que perfazem, nos números da *Unitas* mais de 150 páginas cada uma, no geral. São essas cartas e documentos publicados anualmente, que

marcaram a produção do Arcebispo que as difundia inclusive para seus pares de outras regiões administrativas da Igreja Católica e, como vimos em vestígios de agradecimentos, alguns políticos e intelectuais do país - dependendo do tema. Assim, a opção por discursos, alguns telegramas e entrevistas aqui reunidas, justifica-se em parte pelo tamanho, mas sobretudo pelo teor que se volta à situação política nacional e internacional a partir da chave de leitura ultramontana de Dom Becker. A *Unitas* foi fundamental no processo de recolha e seleção de textos pela sua editoria estar sob controle de Becker, e por trazer ela, imbricada em suas páginas, seções e imagens (poucas), o projeto editorial quisto pelo seu criador, o próprio arcebispo.

Iniciamos com um texto sobre a trajetória de Dom Becker, entrelaçada a dados de sua atuação e contexto do período aqui recortado para a obra. Na sequência, temos os textos do prelado. Elegemos 11 textos para esta seleção, que perfazem o período de 1930 a 1937, período de ascensão nacional de Getúlio Vargas e da instauração do Estado Novo, quanto à política brasileira. Trata-se também de um período de reaproximação e convergência de interesses entre Estado e Igreja, após a ruptura instituída pela república em 1889. Naquele cenário, o chamado movimento de reação católica, guiado pelos bispos reformados pelas premissas do ultramontanismo, mobilizou católicos de todo o país para atuar em prol da religião em todos os âmbitos de sua atuação. Quanto à hierarquia católica no Brasil, temos o destaque da atuação de Dom Sebastião Leme em âmbito nacional, mobilizando as hostes cristãs pela defesa da fé, mostrando sua força e presença ante o poder público. Dom Becker, próximo a Dom Leme e seu projeto de recristianização, foi exímio em “dominar as oligarquias” do Rio Grande do Sul em seu apelo pela restituição do catolicismo ao seu lugar de destaque no país, e legitimar a política defensora da instituição católica, como necessária e legítima para tornar o Brasil uma nação de fato.

Iniciando os textos temos uma mensagem de 11 de outubro de 1930, do Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre ao Episcopado nacional e estrangeiro, dedicada à denunciar a “difamação” do governo Washington Luís sobre o movimento revolucionário liderado por Vargas, que teria sido vinculado ao comunismo para o “deslegitimar”. Já o segundo texto dedica-se ao “momento político atual” e à religião católica, e foi inicialmente proferido como discurso no *Te Deum* pela vitória das forças revolucionárias lideradas por Vargas, tidas por hostes libertadoras. O rito foi realizado em 1 de novembro de 1930 e destaca o processo revolucionário e sua conquista, que muito teve de participação dos sul-rio-grandenses. Na sequência, ainda no contexto das celebrações pela vitória da “Revolução”, trazemos um telegrama do Arcebispo a Getúlio Vargas, bem como a resposta do líder político. Tais missivas evidenciam as relações próximas entre os correspondentes que atuavam em sintonia há alguns anos.

Um novo tema é trazido na sequência, apresentando uma entrevista do Arcebispo aos *Diários Associados*, de abril de 1932, dedicada, entre outras questões, ao ambiente político instável vivenciado no país, assim como medidas necessárias para regenerar o país após a instituição de uma república laica e “desconectada com as tradições do povo brasileiro”. Segue-se um resumo do discurso proferido na festa de Nossa Senhora Madre de Deus de 1932, no qual Becker trata da situação nacional, de temores e esperanças quanto à reedificação da República sob o governo Vargas. Ainda de 1932, no cenário do conflito constitucionalista, trazemos telegramas do Arcebispo e a resposta do então presidente Vargas sobre a situação.

De novembro de 1934 temos um discurso do líder religioso de Porto Alegre por ocasião da visita de Getúlio Vargas à capital do Rio Grande do Sul, marcado por laudas e honras. De 1935, exibimos o discurso de encerramento do I Congresso dos Círculos Operários do

Rio Grande do Sul, no qual se destacou a avaliação do mundo contemporâneo, assim como as críticas ao comunismo e aos soviéticos, tido como um perigo ao país.

Becker, em sua produção extensa e qualificada, tem no discurso proferido na missa campal de 8 de novembro de 1936 outro importante registro, que foi realizado para a colônia italiana de Porto Alegre. Retomando a trajetória histórica da então Itália, Dom Becker aborda a Itália atual, sob governo de Mussolini, elogiando as conquistas do governo fascista e, na sua interpretação, a importância do catolicismo nesse processo de transformação. No ano seguinte, 1937, temos o último texto selecionado para esta compilação, qual seja, a saudação à bandeira de 7 de setembro de 1937, no Teatro São Pedro, em sessão da Liga de Defesa Nacional, no qual o tema foi o patriotismo.

A segunda parte, dedicada a algumas imagens de Dom Becker, traz dois textos, sendo o primeiro de contextualização do acervo e o outro, uma brevíssima reflexão das imagens selecionadas. A respeito do acervo, considerado um arquivo pessoal e custodiado pelo Arquivo Histórico da Arquidiocese de Porto Alegre, apresentamos um panorama de sua trajetória arquivística e de seu conteúdo, até o momento inexplorado pelos pesquisadores. Ainda em fase de tratamento, podemos considerá-lo um campo extremamente fértil de fontes a serem questionadas, uma vez que conserva parte da organização que lhe foi atribuída pelo próprio Arcebispo. Outro marco a ser comentado é o grande volume da correspondência, certamente capaz de evidenciar as relações religiosas e sociopolíticas que fervilhavam durante seu episcopado. As fotografias compõem a variedade do conjunto documental de Dom João Becker e são um elemento singular na apropriação da sua construção imagética. Por isso, optamos por trazê-las nesta publicação, aproveitando este importante material que temos à disposição. Foram selecionadas 22 fotos, dentre as quais chamamos

a atenção às suas poses e às insígnias eclesiásticas, tomando-as como elementos constitutivos de seu papel social. A perspectiva que buscamos evidenciar baseou-se nos olhares distantes, constituídos pela tradição fotográfica de estúdio, ou nos olhares diretos para a câmera (como se estivesse nos encarando, a nós, espectadores).

Esperamos que essa compilação seja produtiva ao leitor. Sabemos que as escolhas serão limitadas e limitadoras da compreensão do personagem aqui em foco, Dom Becker, mas foram necessárias para a viabilização desta obra. Lembramos ainda que no decorrer da pesquisa um novo conjunto documental veio a lume, impossibilitando sua devida incorporação e análise, mas trazendo importantes vestígios da historicidade e agência do sujeito que, esperamos, futuramente rendam mais e mais análises e divulgação.

Boa leitura!

As Organizadoras

I

DISCURSOS E
MENSAGENS DE
DOM JOÃO BECKER

DOM JOÃO BECKER EM TEXTOS E CONTEXTOS

*Gizele Zanotto*¹

João Becker tem ascendência nos estados germânicos. Nasceu na região do Sarre, em Winterbach/Sankt Wendel, em 1870. Sua família emigrou para o Brasil em 1878. Aqui, no outro lado do Atlântico, seus pais, Karl Becker, professor, e Katharina Weyand Becker, foram residir em São João do Montenegro, atual município de Montenegro-RS. O casal teve como filhos Karl Becker (1886-1911), Jacob Becker (1866-1933), Katharina Becker (1868-1869), Johann [João] Becker (1870-1846), Johan August Becker (1872-1950) e Karl Eduard Becker (1873-1873). A nacionalidade germânica dos pais fez com que a família tivesse sua naturalização realizada por força da denominada “Grande Naturalização” (Dias, 2001), a qual, conforme a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891), artigo 69, § 4º, considerava “cidadãos brasileiros os estrangeiros que, achando-se

¹ Professora na Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutora em História. Partes do texto derivam de outras publicações em anais de eventos, cuja melhoria devo agradecer aos leitores e debatedores de cada um dos encontros nos quais houve a apresentação de trabalhos.

no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro de seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o animo de conservar a nacionalidade de origem” (Brasil, 1891).

A instrução dos filhos do casal Becker inicia em casa, com o pai. João posteriormente concluiu os estudos iniciais no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo. Aos 21 anos, em 1891 matriculou-se na primeira turma do Seminário Diocesano de Porto Alegre, naquele ano inaugurado por Dom Cláudio José Ponce de Leão. Destacado aluno de Filosofia, defendeu teses elogiadas pelo jesuíta Pe. Jacob Faeh e, em 1893, matriculou-se em estudos teológicos. Concluída sua formação, recebeu a ordem do Subdiaconato em 30 de novembro de 1894. No ano seguinte foi ordenado ao Diaconato, em 30 de novembro de 1895 (Arquidiocese, 2015).

Os ensinamentos inicianos, bem como a formação moral e religiosa sólida foram bases de seu cotidiano, tal como versavam os movimentos de romanização (alinhamento à da Santa Sé romana) e ultramontanismo (movimento de revigoramento moral e doutrinário de formação de religiosos católicos) que marcaram a atuação dos chamados religiosos reformados. Esses religiosos tinham por missão renovar o catolicismo brasileiro, alinhando-o à Santa Sé, e findar os ditos “excessos” decorrentes dos séculos de atuação religiosa de caráter estatal, derivada do padroado, no qual os religiosos respondiam diretamente ao Rei de Portugal e, posteriormente, ao Imperador do Brasil. Naquele contexto os religiosos atuavam como funcionários públicos e, junto a isso, a título pessoal, promoviam outras atividades econômicas, sociais, culturais, políticas, muitos inclusive formando família, situação que irá tornar-se inadequada ante as investidas moralizantes derivadas de Roma.

Parte imprescindível neste processo de realinhamento do catolicismo à Santa Sé e a moralidade e obediência à hierarquia, foi a

formação de bispos destinados a, em cada país de atuação, encetar e solidificar os vínculos com Roma e constituir a tão quista ação disciplinadora. Como lembra Seidl (2017, p. 41/42):

O empenho da Santa Sé no controle disciplinar e doutrinário do corpo eclesiástico nacional, parte do influxo romanizador imposto desde o fim do regime de padroado, foi definitivo no processo de normatização das carreiras na Igreja. A formação de um clero profissional treinado em padrões mais homogêneos em seminários chancelados pela alta hierarquia esteve na base da recomposição da autoridade religiosa. Nesse mesmo movimento, a ampliação de cargos diversificou as possibilidades de realização profissional dentro da instituição. A introdução de escalas mais complexas de prestígio na distribuição das funções religiosas – algumas com certos privilégios – e a afirmação do poder episcopal se mostraram dados atrativos tanto a frações mais amplas do clero já engajado quanto a membros dos grupos dirigentes regionais. Vale dizer, o relativo sucesso da Igreja como empreendimento desenhou uma corporação em melhores condições de controlar sua reprodução institucional e capaz de acenar com oportunidades diferenciadas de carreiras (e de poder) a distintos grupos sociais.

João Becker viu-se num contexto formativo voltado à formação, obediência, moralidade e, sobretudo, alinhamento à Sé pontifícia. Sua ordenação foi efetivada em 1896 por Dom Cláudio Ponce de Leão (1890-1912), à época Arcebispo de Porto Alegre. Logo foi nomeado vigário da Paróquia do Menino Deus, na capital estadual, cargo no qual permaneceu até 1908, dedicando-se à formação religiosa dos fiéis, a ampliação do templo religioso e a difusão do culto ao Menino Deus. Outra iniciativa importante, realizada por Becker e Pe. Luís Mariano da Rocha, foi a criação da *Revista Eclesiástica*, órgão da

liga sacerdotal, no ano de 1906 (Dias, 2001), também em atendimento às estratégias pontificias que defendiam a criação da *boa imprensa* para orientação segura dos fiéis e religiosos e para permear o espaço editorial com análises cristãs dos acontecimentos (Fonseca; Marin, 2020, p. 17ss). Naquele mesmo ano, Pe. Becker foi homenageado com a designação de Cônego Honorário da Catedral de Porto Alegre.

Pouco depois, Becker foi nomeado para assumir a recém-criada Diocese de Santa Catarina (logo renomeada para Diocese de Florianópolis) em 1908², sendo ele então o primeiro bispo desta circunscrição. Segundo reportagem produzida *a posteriori*, publicada na revista *Unitas*, “Não foram falhas tantas esperanças e a diocese de Florianópolis destacou-se, desde logo. Tudo preocupava a D. João, da capital até ao último reducto perdido no sertão. Desdobrou maravilhosamente o plano traçado em sua primeira pastoral: A triplice missão do Bispo de *ensinar, santificar e governar*” (Unitas, 1916, p. 99-100, grifo do autor).

Em Florianópolis, Dom Becker se destacou pelo trabalho pastoral. Em seus anos de bispado em Santa Catarina, o prelado conheceu o território diocesano em viagens e visitas, realizou o I Sínodo Diocesano (1910) e publicou cinco cartas pastorais, produção marcante em sua gestão. As cartas publicadas em sua atuação em Florianópolis foram assim intituladas: *Ao Clero e ao Povo de sua Diocese* (1908), *Sobre Escolas Parochiaes* (1910), *Pro Ecclesia et Pontifice* (1911), *O Clero e sua Missa moderna* (1912) e *Despedidas* (1912). Conforme Dias (2001, p. 601), Becker ainda teria sido “pioneiro da campanha de nacionalização do ensino. Enquanto percorria o estado, introduziu nas escolas o ensino de história e geografia do Brasil, ao lado do ensino religioso”.

² A Diocese de Santa Catarina foi criada em 19 de março de 1908 pela Bula *Quum Sanctissimus Dominus Noster*, do Papa Pio X, desmembrada da então Diocese de Curitiba.

Afora os êxitos da gestão de Dom Becker à frente da Diocese, faz-se mister lembrar que também de contrariedades se fez sua empresa. Um processo iniciado pelo bispo, que foi infrutífero, resultou na proposta de alteração do padroeiro local. O município de Florianópolis, antes denominado Desterro, teve a alteração nominal realizada por força de uma lei de 1894, em adesão ao governo central e homenageando, no contexto da Revolução Federalista (1893-1895), Floriano Peixoto. A modificação de topônimo do município não foi aceita com unanimidade pela comunidade da capital catarinense. Anos depois, quando da tentativa de mudança do padroeiro local – ação encabeçada por Dom Becker -, a população inviabilizou a iniciativa (Dias, 2001). A questão do nome de Florianópolis segue como polêmica para muitos catarinenses. Uma alternativa adotada por certos grupos é defender o nome como “cidade das flores” e não “cidade de Florianópolis”. Para os saudosistas da denominação histórica, Desterro segue sendo a opção de nomeação da capital, vinculada à padroeira de Florianópolis, Nossa Senhora do Desterro. Já a padroeira da Diocese é Santa Catarina de Alexandria, mantida em seu posto pela mobilização dos fiéis ante a tentativa frustrada de Dom Becker.

Após um curto, mas intenso bispado em Santa Catarina, Dom Becker foi nomeado Arcebispo de Porto Alegre, ante a renúncia de Dom Cláudio Ponce de Leão, por questões de saúde, e pela transferência do coadjutor e sucessor direto, Dom João Antônio Pimenta³, para a diocese de Montes Claros/MG, criada em 1911. A nomeação de Becker é datada de 1º de agosto de 1912 e a posse foi realizada no mês de dezembro. De volta à capital sul-rio-grandense, Dom Becker atuou com vigor e proatividade. Entre suas ações, esteve a reorganização do seminário antigo, tornando-o provincial; o remodelamento da assis-

³ Em 7 de março de 1911, pela bula *Commissum Humilitati Nostrae*, de São Pio X, Dom Pimenta foi nomeado bispo da recém-criada diocese de Montes Claros/MG.

tência espiritual da capital, com a criação de paróquias, a visitação canônica por todo o território da Arquidiocese e a instalação do Cabido Metropolitano. Além das ações destinadas ao governo da Arquidiocese, Dom Becker voltou-se para os outros dois elementos da missão de bispo: ensinar e santificar. Em 1913, pôs em circulação a *Unitas – Revista Eclesiástica da Archidiocese de Porto Alegre*, cuja primeira edição foi lançada em set./out. daquele ano, visando ser “fonte segura de informações, avisos, ordens e leituras, que serão para o Nosso Rev.º Clero de real necessidade e indiscutível valor” (Becker, 1913, p. 3).

Um expressivo resultado da ação de bispos reformadores no sudeste e sul do país resultou na abertura de centros de formação que geraram muitos prelados derivados de famílias do campo, que ocuparam postos em todo o país. Dom Becker se insere nesse processo pelo investimento em organizar e solidificar a estrutura formativa de futuros religiosos no Rio Grande do Sul, angariando muitos neófitos entre descendentes de agricultores, de tradição religiosa, que se estabeleceram nas zonas de colonização⁴. Segundo dados levantados por Laufer (1957, p. 36), quando do falecimento de Dom Becker, foi divulgado o número de ordenações que o religioso realizou em seus anos de pastoreio, que totalizaram 320, sendo 185 sacerdotes seculares; 79 jesuítas; 16 da Sagrada Família; 7 Carmelitas; 3 Palotinos, 30 Capuchinhos. Ainda como dados do processo de ampliação da “malha” eclesiástica no território da Arquidiocese de Porto Alegre, mencionam-se, ao fim da gestão de Dom Becker, 126 paróquias. O prelado teria erigido ainda 17 comarcas eclesiásticas (Laufer, 1957, p. 39).

Em abril de 1922, noticiada pelo periódico do Centro da Boa Imprensa do Rio de Janeiro, *A União*, recebeu uma honraria vati-

⁴ Como lembra Seidl, “A eficiência do trabalho de enquadramento de populações de colonos imigrantes e de seus descendentes, estabelecidas majoritariamente em pequenas propriedades rurais, com famílias devotas e numerosas, muitas com mais de dez filhos, foi pilar mestre do sucesso da Igreja em cooptar e formar contingentes expressivos de religiosos” (Seidl, 2017, p. 43).

cana: “Por um Bréve Apostolico de Pio XI, o exemo. Arcebispo de Porto Alegre (E. do Rio Grande do Sul), d. João Becker, acaba de ser elevado a assistente do solio pontifício. Esse Bréve distingue s. exc. com muitas faculdades especiaes e com o título de nobreza” (Vida, 1922, p. 2). Em digressão sobre a figura de Dom Becker, Seidl (2003, p. 126/127) lembra,

Em que pesem as divergências com partes do clero e do laicato gaúcho – acusações de ser “autoritário” e partilhar de “ideologias autoritárias”, de “elitista”, “nacionalista” (sobretudo por parte do clero e lideranças “alemãs”), “político”, entre outras -, o período episcopal de D. João Becker consagrou uma visão respeitosa da autoridade religiosa, das instituições eclesásticas e da prática do catolicismo, sobretudo na importante região mais urbanizada do estado. Da mesma forma, sob sua liderança, a Igreja do Rio Grande do Sul logrou obter respaldo das principais lideranças políticas e culturais de seu tempo, com benefícios materiais e simbólicos fundamentais, sem contar o salto numérico nos quadros do clero regional.

Intellectual católico reconhecido nacionalmente, Dom João Becker configurava-se como mediador na interpretação católica da situação atual, de questões religiosas e do governo da Igreja e, como tal, se colocava no espaço público para liderar posições doutrinárias, leituras católicas e ações. Figura reconhecida e polêmica, Dom Becker angariou para si muita admiração e críticas ao longo de seu episcopado pois, como lembra Isaia, o entendimento do pensamento e da ação do prelado “remete a uma tessitura histórica na qual sua condição de homem da Igreja e interlocutor político, obriga-nos a perseguir relações que vão do magistério católico e da situação da Igreja ao intrincado jogo com o poder com o qual se relacionou e frente

ao qual se afirmou” (Isaia, 2002, p. 80). Tal tessitura histórica tem em políticos sul riograndenses membros de destaque da história nacional, conformando uma rede de relações que Becker visou manter benéfica à Igreja Católica.

Getúlio Vargas (1882-1954), bageense que passa a ascender politicamente desde sua região de origem, o sudoeste sul riograndense, foi intenso interlocutor de Dom Becker, seguindo o alinhamento do religioso com o Partido Republicano Riograndense (PRR) ao qual o político estava afiliado. Vargas foi eleito para a Assembleia dos Representantes para a gestão 1909-1913 a convite de Borges de Medeiros, líder do PRR. Anos depois, em 1917, foi chamado para ser Chefe da Polícia estadual, mas declinou, voltando a integrar a Assembleia dos Representantes em novo pleito. Já na Câmara dos Deputados, ocupou uma vaga como líder da bancada sul riograndense, quando foi convidado pelo então presidente Washington Luís para assumir o Ministério da Fazenda, cargo que ocupou por pouco mais de um ano. Vargas então foi convocado por Borges de Medeiros, para ser candidato à presidência do Estado, juntamente com João Neves da Fontoura. Eleito, ocupou o cargo entre 25 de janeiro de 1928 e 9 de outubro de 1930. Nesse período candidatou-se ao pleito para a presidência da república em eleição realizada em 1º. de março de 1930, no qual saiu derrotado por Julio Prestes, que não pode assumir (Noll, 2002, p. 115 a 118).

No campo católico, especificamente, a aproximação com a política no sistema republicano foi tímida ao início, mas se fortaleceu posteriormente. Segundo Gertz, jesuítas de origem alemã, preocupados com a Proclamação da República e eventuais ameaças à Igreja, unidos a uma elite pensante de origem alemã, criou um Partido Católico, aos moldes do que havia na Alemanha. O partido se envolveu nas primeiras eleições, mas teve pouco sucesso. Júlio de Castilhos aproximou-se dos líderes do Partido Católico e articulou sua aproximação e inserção

da “ala católica” no PRR. A aliança se fortaleceu em 1912 ocasião na qual Dom Becker assumiu a Cúria de Porto Alegre (Gertz, 2022b). A estratégia institucional católica acabou por optar pelo suprapartidarismo, derivado da proposta de criação da Liga Eleitoral Católica (LEC) por Dom João Baptista Corrêa Nery, bispo de Campinas, e o reforço da ideia de participação política da *Pastoral Coletiva* dos bispos do Brasil (1915). A adesão ampla à LEC, todavia, só se difundiu amplamente com Dom Sebastião Leme, em 1932. A perspectiva era de endosso de candidatos comprometidos com as demandas católicas e não a formação de um partido católico (Citino, 2013, p. 6). Todavia, no Rio Grande do Sul a situação era outra, de proximidade partidária anterior, consolidada em mais de uma década. Quando da eleição de 1933⁵ para a Constituinte, por exemplo, a posição do Arcebispo em defesa do Partido Republicano Liberal - PRL (fundado por Flores da Cunha) gerou tensões com os bispos de Santa Maria, Dom Antônio Reis, de Pelotas, Dom Joaquim Ferreira Melo, e Dom Ernesto José Pinheiro, bispo de Uruguaiana, pois esses entendiam que a votação deveria ser para o Partido Republicano, que já aceitara as pautas católicas. Pouco depois, também o PRL acatou as diretrizes católicas em seu programa de campanha (Citino, 2013, p. 17-18).

Quanto ao âmbito nacional, Dom Becker entendia que a república instaurada em 1889 trouxe problemas expressivos ao país. Em seu entendimento, expresso em discursos e cartas pastorais, a república teria gerado sequelas no Brasil, pois fora construída de modo “defeituoso”, ou seja, afastado a religião e moral cristãs de suas bases, seguindo os laivos laicistas e a separação Igreja e Estado. Assim a república, tão promissora, tornou-se antidemocrática, contrária às boas normas de governo e mesmo impolítica (Becker, 1930b, p. 494).

⁵ Ver mais em: Lapuente, 2018.

Qualificando as décadas de poder republicano como insatisfatórias, o prelado como que justifica um movimento tido por revolucionário como positivo, pois seria capaz de afastar o laicismo e o perigo comunista que rondam o país.

Quando do retorno de Vargas e esposa de uma viagem ao Rio de Janeiro e São Paulo, em janeiro de 1930, realizou-se mobilização pública para recebê-los em Porto Alegre. Uma notícia publicada na *Unitas* dá conta da efervescência que se sucedeu e do reforço da aproximação entre o político e católicos, liderados por Dom Becker. O articulista demonstra tanto o apreço pelo então Presidente do Estado, quanto reforça o discurso católico hegemônico desde a implantação da República, de indicação da importância do catolicismo como elemento de união do brasileiro, e da ascendência do poder divino ao humano, como no excerto “Ao poder publico compete manter a ordem e coordenar todas as forças vitais do Estado, sociaes, politicas e economicas, encaminhando-as para o seu fim supremo, que é a prosperidade publica, o bem estar do povo” (Becker, 1930a, p. 49).

Na ocasião, Dom Becker reforçou o discurso católico da linha de afastamento entre Igreja e Estado no Brasil e a fragilização derivada, bem como laudou a glória de sul riograndenses e que atuem positivamente no país:

Christo está em nossa frente, caminha deante de nós. Mas, infelizmente, desde a proclamação da Republica até ao presente, os conductores do povo brasileiro fecharam os olhos aos clarões seintillantes dessa columna admiravel que é a religião de Christo. Não quizeram seguir a vereda apontada pela Egreja, que embalou o berço da nacionalidade. Repellem a sua intervenção salutar, regeitam os remedios que offerece ás feridas sangrentas do organismo social. Por isso, a Republica, como se diz e como se repete, envelheceu antes do

tempo, debate-se numa decrepitude precoce, não tem energia sufficiente para reagir nas calamidades publicas, tornou-se uma anciã (...) Falta-nos, na superema direcção da Patria, um Moysés que tenha a audacia civica de escolher a Nosso Senhor Jesus Christo para guia da Nação, que tenha a coragem de restabelecer os direitos, os ensinamentos e as leis de Deus em todos os departamentos da sociedade brasileira. (...) creio, com firmeza, que o Rio Grande do Sul, nosso amado Estado natal, terra de heróes e de filhos prestimosos da Igreja, ha de contribuir eficazmente com as suas inextinguíveis reservas de elementos phisicos e moraes, civicos e religiosos para o advento daquelle grande dia, que será o mais feliz, o mais glorioso de nossa Patria (Becker, 1930a, p. 51-52).

Eis que meses depois, o bispo viu o “regenerador da república” do “heroico povo gaúcho” realizando proezas na capital da nação. Antes disso, porém, o acirramento das tensões foi progressivo: da eleição presidencial em que concorreram Getúlio Vargas e Julio Prestes no início de 1930, ao resultado das urnas, em março, até o impedimento de posse do eleito, e a efetivação da “Revolução” de outubro. Quando iniciado o movimento golpista, em 03 outubro de 1930, Dom João Becker saiu à público para rebater o que considerou como notícias tendenciosas e caluniosas do então presidente Washington Luís sobre o movimento revolucionário. Becker dirigiu mensagem ao episcopado nacional e estrangeiro condenando a “campanha difamatória” de Washington Luís. Além de indicar que se tratava de um movimento “puramente político”, afirmava que os revolucionários seriam avessos ao comunismo. Ainda denunciava a “mentira” de que uma onda de violência e desordem teria ocorrido no Rio Grande do Sul. No estado, segue o arcebispo, o governo gozava de prestígio e mantinha a ordem; as forças sul riograndenses atuavam com dignidade e honra;

a organização militar seria perfeita e a revolução nacional seguiria sua marcha triunfal, fortalecida pelo trabalho de capelães militares (Unitas, 1930, p. 504 e 505).

Desde Porto Alegre, Monsenhor Leopoldo Neis, sob ordem do arcebispo, fez publicar um aviso, ainda em 08 de outubro, direcionado a reverendos, vigários e demais sacerdotes da Arquidiocese, explicitando que o clero estava acompanhando a Nação: “Embora sua actuação tenha sido de ordem espiritual, moral e religiosa, de accordo com o seu character social e ecclesiastico, ninguem poderá duvidar da integridade do seu patriotismo, nem do seu espirito de sacrificio e abnegação” (Neis, 1930, p. 473-474). Feita e vencida a “Revolução” encabeçada por Getúlio Vargas, os religiosos apoiadores do movimento (que não foi unânime entre o episcopado), passaram a manifestar-se para reforçar a legitimidade do movimento argumentando que a “Revolução de Outubro” seria parte de um processo de recondução da república ao encontro das tradições cristãs nacionais. Nessa linha, lembravam a mediação de Dom Leme, que teria sido fundamental para convencer Washington Luís a renunciar, em 24 de outubro, ainda antes de passar o cargo ao então presidente eleito Julio Prestes, evitando mais derramamentos de sangue. Os religiosos ainda relembaram o apoio público de muitos católicos que se mobilizaram em defesa do golpe e, na sequência, do governo provisório.

Em 1º de novembro de 1930, com o fim das hostilidades, Becker conduziu um *Te Deum* da Vitória, no qual reiterou falas anteriores acerca do desacerto da recente república, que não teria realizado o ideal do brasileiro, gerando desconfiança e o desejo pela regeneração do regime, tido como incompleto e defeituoso justamente por afastar-se da índole cristã e católica da população. A esse “Brasil de fato” teria, para Dom Becker, sido imposta uma constituição imperfeita, sem rei e sem Deus. Ante a nova fase da vida nacional, governantes e

governados deveriam levantar o olhar a Cristo, a quem devem prestar obediência. E segue, “Sobre as raças, os povos e as nações, elle profere a sentença inappellavel do premio eterno e da pena infinita, do castigo temporal e da felicidade terrena. A sorte dos governos e a prosperidade dos povos dependem da observancia fiel das suas leis” (Becker, 1930b, p. 496). Becker salienta que não interessa à Igreja o domínio político, mas que, no desempenho de sua missão, a Igreja contribui para o bem público e prosperidade dos Estados com ensinamentos e sua ação santificadora, sem prejuízo das leis democráticas e sem ofender os direitos das minorias - entende que a nova constituição deve considerar os desejos e a liberdade de consciência da maioria da nação, do Brasil católico (Becker, 1930b, p. 496-497). Ainda Dom Becker asseverava,

Falta-nos, na suprema direcção da Patria, um homem que tenha a audacia cívica de escolher Nosso Senhor Jesus Christo para guia da nação, que tenha a coração de restabelecer os direitos, os ensinamentos e as leis de Deus, em todos os departamentos da sociedade brasileira.

Eu queria que este regenerador da Republica surgisse do meio do nosso heroico povo gauchó, que partisse do alto das nossas coxilhas verdejantes e, sob as benções da Egreja e os applausos unanimes de todos os brasileiros, realizasse esse sublime ideal de grandeza e da felicidade do Brasil (Becker, 1930b p. 497).

Getúlio Vargas assumiu o governo provisório dias depois, em 3 de novembro, governo esse que teria várias fases, cuja liderança seguiu com o sul riograndense até 1945. A relação entre Getúlio Vargas e a Igreja Católica no Brasil será profícua a ambos, no período de seu governo da nação. Igreja e Estado buscam no aliado reforço e legiti-

midade para seguir com suas ações. Mesmo em momentos tensos, de conflitos e de ascensão do autoritarismo varguista, a Igreja lhe foi um aporte fundamental ao enfatizar a importância de um governo forte para combater os “inimigos do país”, como veremos.

Dom Becker manteve a tradição de produção de longas e anuais Cartas Pastorais em seu governo na Arquidiocese de Porto Alegre. Sempre articulando questões religiosas à situação local, nacional e internacional, o bispo reforçava o discurso de que a Igreja é aliada imprescindível da ordem, progresso e índole nacional. Reivindicando a participação consciente de católicos em sua atuação cidadã, esperava-se mobilizar os católicos para contribuírem ao país e simultaneamente à defesa da Igreja. Na carta pastoral *Christo e a Republica* (janeiro 1931) a mesma linha argumentativa do período revolucionário foi explorada por Dom Becker, em afirmações como:

Como os mesmos homens são súbditos do Estado e da Igreja, os católicos não podem desinteressar-se do regimen político que os governa. E, justamente, na época actual é que lhes corre o estricto dever de contribuir com o esforço de sua vontade e com as luzes de suas inteligência, para que a regeneração da pátria se torne uma feliz realidade. É esse o momentoso assumpto que preocupa os elementos mais representativos da nação. (...) As exigências da actual situação do paiz manifestam vontade de Deus. A voz da nação reclama direitos divinos. É preciso que Christo seja reintegrado nas instituições da nova republica brasileira. (...) São, pois, nossos ardentes votos que, em o novo regimen republicano, Christo, o Filho Unigenito, o rei immortal dos povos, vença e extermine todos os perigos e dificuldades que ameaçam a Patria amada e a Igreja extremecida; que elle reine e impere, com seus ensinamentos e leis, para felicidade crescente da nação brasileira (Becker, 1931a, 02, 03 e 92)

Em entrevista ao *Correio do Povo*, datada de 1º. de fevereiro, pouco depois da publicação de sua carta pastoral, o prelado enfatizava “É fóra de dúvida que pretendemos amparar na bôa doutrina o movimento creador da actual situação política do paiz e auxiliar o benemerito governo provisório da Republica na sua gigantesca obra da reforma” (Unitas, 1931, p. 112). Já ao *Diário de Notícias*, também de 1º. de fevereiro, Dom Becker defendem que o movimento de 3 de outubro é justificável pela doutrina da Igreja, visto tratar-se de movimento que vai preparar a próxima eleição federal, confiante de que os governantes desejam a manifestação dos eleitores para reordenar os rumos do país, o que não se deu dessa forma, como sabemos (Unitas, 1931, p. 114).

Vemos a contínua atuação do arcebispo, em diversos ambientes, reforçando a importância do catolicismo como norteador da organização social. Em entrevista aos *Diários Associados*, em 15 de março de 1931, entre os temas abordados consta a liberdade de consciência, o ensino religioso, a liberdade da Igreja em Estado livre, a frente única contra o comunismo, a assistência religiosa nos quartéis e a defesa de uma única cerimônia matrimonial, com validade sacral e civil. Enfatizando a independência de ambos, Estado e Igreja, Dom Becker reforça a proficuidade da manutenção de boas relações entre eles e a relevância social dessa convivência harmoniosa (Diários Associados, 1931).

Uma das respostas do governo provisório de Vargas ao apoio e aproximação entre Estado e Igreja Católica Romana, foi o Decreto nº 19.941, de 30 de Abril de 1931 que tornou o ensino religioso facultativo nas escolas públicas, reabrindo a possibilidade de “catequização” no campo educacional público e, pretensamente, laico. Como resultado da aproximação entre religião e política, ante a ênfase na defesa dos direitos da Igreja, o episcopado mostrou seu poder de mobilização em manifestações religiosas que reuniram milhares de fiéis,

como os Congressos Eucarísticos, as procissões ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida e a inauguração do Cristo Redentor, evento no qual o Arcebispo de Porto Alegre teve papel destacado, ao discursar. A evidente ascendência dos líderes católicos ante os fiéis acabou por fazer muitos políticos aproximarem-se da instituição e apoiar causas religiosas, auferindo poder simbólico e legitimação religiosa a si e à Igreja Católica. Dom Becker, atento a esses movimentos e utilizando-se de estratégias comuns a outros bispos na capitalização política da força religiosa, é um entre esses líderes atuantes entre a elite militar, cultural, econômica, política e educacional de seu estado. Na avaliação de Isaia, “D. João Becker, ao mesmo tempo que como integrante da alta hierarquia católica engajava-se na luta pelo reconhecimento dos direitos da Igreja pelo novo regime, alinhava-se decididamente com Vargas, objetivando respaldar e avalizar o governo provisório” (Isaia, 1998, p. 81).

Retomando a defesa de premissas católicas, a carta pastoral *O Laicismo e o Estado Moderno* (1931) se constituiu em outro marco retórico e doutrinário do arcebispo na legitimação e na defesa da imprescindibilidade da matriz cristã pela história nacional, mas também como “antídoto” aos laivos deletérios, facilitadores do comunismo:

O laicismo integral aplaina o caminho ao comunismo russo, facilita e promove a entrada do exercito vermelho em todos os paizes. Pois, o fundamento de um e outro é o mesmo: o ateísmo, a independência absoluta do homem e a liberdade sem peias. Alicerçados nestes princípios, os dois sistemas prosseguem os mesmos fins: a destruição da fé religiosa no indivíduo e na sociedade, a soberania suprema do Estado e a felicidade terrena do homem, como seu único destino. Si, portanto, o comunismo russo é uma ameaça imediata, o laicismo constitúi um perigo mais ou menos remoto.

Mas, sua finalidade é a mesma, a destruição da civilização cristã (Becker, 1931c, p. 531).

Nessa linha de pensamento, além dos ditos “perigos externos” que teriam se embrenharam no país com “doutrinas exógenas”, em desacordo com as tradições, Dom Becker estava atento às tensões internas, derivadas de uma crise econômica mundial, certamente, mas também de descontentamentos com a própria vitória da “Revolução de 1930” e a desarticulação de outros grupos de poder que, via eleições, tinham dado direito à presidência a Julio Prestes. Seguindo sua linha de autocompreensão religiosa, Dom Becker vincula as inseguranças e os conflitos ao afastamento da matriz católica. Uma ocasião especialmente importante para esta discursividade foi aproveitada quando do convite ao Arcebispo para que proferiu um discurso na celebração de inauguração da estátua do Cristo Redentor, em 12 de outubro de 1931, derivada do esforço da ascendência católica e pressão pelas forças da massa de fiéis, evidenciada e defendida por Dom Sebastião Leme, cuja linha de atuação e estratégias tornaram-se orientadores para os demais bispos do país. No discurso, ante personalidades religiosas, civis, militares e público em geral, afirma Dom Becker a importância do fundamento religioso:

quando as leis morais são violadas, desconcerta-se a sociedade, conturbam-se as instituições políticas. (...) O povo brasileiro, para ser feliz, precisa organizar as suas instituições sociais e políticas de acordo com as leis divinas. É falta que os deveres dos homens prove-nham, exclusivamente, das leis civis ou que as obrigações recíprocas sejam apenas o resultado do desenvolvimento das relações humanas. Pois, fóra e acima de qualquer lei ou ordenação do Estado, como de qualquer costume ou instituição humana, existe a vontade de Deus, que, pela sua lei, ordena e regula as relações

dos homens, impõe deveres e concede direitos (Becker, 1931d, p. 621).

O ano de 1932 iniciou conturbado para o governo federal, em parte devido às nomeações não quistas para o cargo de Interventor em São Paulo. Inicialmente foi nomeado o capitão João Alberto Lins de Barros, pernambucano. Por nove meses a situação se aguçou até que Vargas o exonerou e nomeou para o cargo o desembargador Laudo Ferreira de Camargo, todavia, esse permaneceu somente por três meses, renunciando ante a escolha federal para seu secretariado. Foi então nomeado o coronel Manuel Rabelo, que permaneceu quatro meses no cargo, quando da nomeação de Pedro de Toledo - criticado ainda antes da posse, quando do aniversário da cidade de São Paulo, em 25 de janeiro. Em 26 de abril, é publicada entrevista de Dom Becker aos *Diários Associados*, na qual discute as tensões crescentes entre o governo federal e o paulista. Antevendo o desenrolar armado da situação, os jornalistas questionam o que esperar e em quem confiar nesse contexto difícil. Dom Becker, seguindo a linha mantida até então, analisa os problemas daquele contexto nos seguintes termos:

É preciso reedificar a Republica. Sejam a justiça, a religião, a fraternidade e a unidade as quatro vigas mestras do edifício da nacionalidade, os quatro pilares inabaláveis da majestosa cupula da grandeza nacional (...). A nova Republica atenderá ás reclamações justas e ás reformas necessarias. No entanto, para melhorar as condições de nossa terra, não ha necessidade de lançar mão de expedientes extremistas ou de transformar, completamente, a ordem social existente por meio do comunismo russo. A nossa historia, as tradições e, sobretudo, a independencia de nosso character, nossa altivez e liberdade não aceitariam as imposições tiranicas de Moscou (Becker, 1932, p. 150 e 152).

Aqui reforça-se o quanto o afastamento do catolicismo e a incorporação de ideias “exóticas e exógenas” explicaria as dificuldades pelas quais passava o país, tanto pelo laicismo quanto pelo comunismo. Afora o endosso a Vargas, Dom Becker seguiu ativamente manifestando-se pela imprensa, discursos e diretamente com o líder do governo provisório visando uma resolução rápida e menos onerosa ao país, ante uma luta fratricida. Nessa linha, em 13 de julho o prelado envia a Getúlio Vargas o telegrama abaixo, que será, tal como a resposta, publicada em *Unitas*, dando ampliada dimensão à sua pugna pelo fim das hostilidades (Becker, 1932, p. 187-188). As apreensões indicadas no telegrama seguem a linha argumentativa de reforço nacional e atenção a todos irmãos brasileiros, que marca outros textos do arcebispo. Sua preocupação com a integridade nacional, com a união dos brasileiros e com a “liga” desta identidade pelo catolicismo são constantes, mesmo que à custa de relações estreitas e/ou pessoais com lideranças. Um dia antes de enviar o telegrama, por ordem de Dom Becker, Mons. Neis publica um “Aviso geral” para que os sacerdotes da Arquidiocese realizem, quando possível, por dois meses, a oração “*pro pace*”, alternada com a oração impetrada “contra persecutores ecclesiae” (Neis, 1932, p. 189).

Com Vargas, Dom Becker encetou relações ainda quando da sua projeção política no estado extremo sulino, como vimos, e as manteve, como se comprova pelas missivas, telegramas, felicitações e mesmo pedidos privados encontrados na documentação do religioso⁶. Diante da súplica pelo fim das hostilidades com os “paulistas” (embora não somente, como sabemos), retornou Vargas historiando a relação com os paulistas, enfatizando, entre outros temas que:

⁶ Referimo-nos à documentação salvaguardada no Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis (AHMRuN), da Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre.

O governo federal foi agredido e cumpre-lhe agora resistir, para salvar as conquistas liberais, conseguidas com a Revolução de outubro. A bandeira da constitucionalização, que desfraldam os amotinados, é apenas falso pretexto de que lançam mão. Ninguém mais do que o governo se empenha pela instalação da Constituinte na data prefixada, não por palavras mas por uma serie ininterrupta de atos políticos. (...) Queremos a paz. Para a conseguir, basta que os rebeldes deponham as armas, na certeza de que serão acolhidos toda a benignidade, tratando-se de um Estado que, transviado pela indisciplina de uns e pela vaidade e orgulho de outros, se rebela contra o país inteiro. A ele cabe arrepender-se e demonstrar que deseja sinceramente a paz que veio perturbar, tramando e desencadeando a sedição injustificável, sob qualquer aspecto (Vargas, 1932, p. 188-189).

Os termos de Vargas são firmes, como também o foi a relação tensa constituída com o estado de São Paulo desde as eleições de março de 1930, o golpe daquele ano, e as sucessivas negociações e tentativas de controle do estado. Naquele contexto, todavia, a contrariedade ao governo e a defesa do retorno constitucional tornam-se bandeiras do que será a Revolução Constitucionalista de 1932, movimento que eclodiu em 09 de julho e que findou em 02 de outubro daquele ano com a rendição das tropas paulistas.

Para Isaia, nesse contexto de dramática oposição interna ao governo Vargas, a posição da Arquidiocese de Porto Alegre será delicada, visto o apoio do clero paulista à Revolução de 1932, capitaneado por Dom Duarte Leopoldo e Silva (que em 1930 aliou-se a Washington Luís), em oposição a propalada harmonia com o governo federal defendida por Dom Leme, e seguida por Dom Becker (Isaia, 1998, p. 95-96). O autor ainda aponta que a posição da Arquidiocese será de apoio a obra de reconstitucionalização, prometida pelo Governo Pro-

visório, e salienta, “Se no início de 1932 a Arquidiocese de Porto Alegre está solidária com os bispos paulistas devido à proibição do ensino religioso no Estado feita pelo interventor, contrariando o decreto federal, sua posição futura, quando eclodir o levante, será diferente. São Paulo e seu clero não receberam a adesão de D. João Becker” (Isaia, 1998, p. 95). O conflito estendeu-se até outubro, quando “voltou a reinar a paz” no país. Até lá, conflitos retóricos e físicos deram o tom do cotidiano não só nas regiões em conflitos, mas também nas plagas que auxiliaram com soldados, materiais bélicos e outros donativos. Quando do fim das hostilidades, novamente Dom Becker sai à público, agora para agradecer pela “infinita bondade divina”, nas suas palavras, em um *Te Deum* pela pacificação.

Por ocasião do I Congresso Eucarístico Nacional, de 1933, o Arcebispo de Porto Alegre foi um dos convidados a discursar, evidenciando sua precedência ante os demais pares e a valorização de sua posição pró-ecclesial, já marcada quando dos discursos proferidos nas comemorações dos 100 anos da Independência em 1922 e na inauguração da estátua do Cristo Redentor, em 12 de outubro de 1931. No Congresso Eucarístico, realizado em Salvador/BA, temos como tema ascendente a questão do totalitarismo no cenário internacional. Mobilizando a sua missão de ensinar, Dom Becker, em discurso intitulado “A Eucaristia e a Paz”, lembrava:

O Estado partidário, com seus processos antiquados e lutas estéreis, já foi substituído em vários países, pelo Estado totalitário, ou unipartidário. Neste sistema, o chefe do Estado congrega em suas mãos todos os poderes e aceita todas as responsabilidades do governo. Os cidadãos formam um só partido nacionalista, que acaba com as rivalidades facciosas, expurga a sociedade de elementos deletérios e firma, desta sorte, a estabilidade e segurança do Estado. A estrutura do Estado

totalitário, porém, deve alicerçar-se nos preceitos do direito e da justiça, e a sua legislação não póde ultrapassar os limites da esfera de suas atribuições ou atentar contra a moral cristã.

Quando, no Estado monopartidário assim descrito, o poder governamental é exercido por homens rétos e justos, inspirados no verdadeiro bem comum da nação, a liberdade e a justiça nada terão a sofrer. Quando, porém o poder onímodo se concentra nas mãos de homens ímpios e despotas, que proclamam o Estado ou seus próprios caprichos, como fonte unica de todo o direito, a nação não gozará dos benefícios da paz, nem de liberdade, nem de justiça, mas se torna vítima de cruel tirania e de aviltante escravidão. Quem quiser exemplos, olhe para a Russia, a Espanha e o Mexico” (Becker, 1933a, p. 222).

A tradição da Igreja, quando da consolidação do mundo moderno, passou a defender que não é função da instituição a defesa ou rechaço de nenhuma forma de governo em si, mas atentar para a filiação desses aos desígnios da moral e ética, assim como da religião. O cuidado com excessos, desvios e despotismo deveria ser evitado a qualquer custo, sob pena de deslegitimação dos poderes temporais. Assim, não admira que haja a observação, no texto do bispo, sobre a realidade europeia, e a ênfase ao que não deveria ocorrer - prospectando o Brasil. Por mais que tenhamos nesse excerto de discurso, proferido a multidões, reproduzido em mídias da época, a indicação de totalitarismos em países do Velho Continente, esses seriam medidas necessárias para “expurgar elementos deletérios” – tal como o fora a necessária “Revolução” de 1930 para expurgos esquerdistas no Brasil.

A contestação e deslegitimação de fato foi dirigida a governos “de déspotas e ímpios”, que extrapolaram os fins benéficos de um governo totalitário saneador, casos, para o arcebispo, de Espanha (Segunda

República Espanhola, liderada por uma aliança entre republicanos, socialistas e a esquerda catalã), México (Abelardo Luján Rodríguez conhecido pela reorganização de instituições financeiras, reposição da educação socialista, a implementação de leis relacionadas com instituições privadas de caridade e monopólios) e Rússia (URSS). Mais do que o modelo totalitário em si, a crítica aqui refere-se a governos de esquerda, identificados apriorística e genericamente com o comunismo e socialismo e, em decorrência, ateísmo. Sem aprofundar tais exemplos “deletérios”, Dom Becker se alinha ao discurso do erro/mal derivado de modelos políticos que se afastam frontalmente da ingerência da religião, convergindo com a linhagem de críticas papais (Becker, 1933a).

Uma primeira condenação ao socialismo apareceu em 1848, com a encíclica *Qui Pluribus*, de Pio IX. Anos depois, o comunismo tornou-se o maior “perigo”, pela experiência da Comuna de Paris (1871) e temor de revoluções contra governos e contra a religião. Já Leão XIII, em 1891, publicou a *Rerum Novarum* dedicada à condição operária e sistematizadora do que será chamada a doutrina social da Igreja (Portelli, 1990). Ante as transformações do mundo contemporâneo, sobretudo europeu, dada a implementação da industrialização primeiro dar-se naquele continente, tivemos com a encíclica *Quadragesimo Anno*, de Pio XI (1931) uma crítica contumaz ao comunismo e sua radicalidade. O socialismo, tido como mais moderado, é interpretado como menos prejudicial (Portelli, 1990). Nesse mesmo ano, o fascismo italiano foi condenado pela encíclica *Nom Abbiamo Bisogno* (1931), de Pio XI, em resposta direta à decisão de Mussolini de que fossem dissolvidas as associações católicas de jovens na Itália. Alguns anos mais tarde, duas publicações de Pio XI com críticas ao comunismo e nazismo alemão foram divulgadas. Em *Divini Redemptoris* (1937) o papa tratou longamente acerca do comunismo,

de modo a deslegitimar a doutrina contrapondo-a ao pensamento católico. Quanto ao nazismo, o racismo do movimento foi condenado pela encíclica *Mit brennender Sorge* (1937), marcando a posição crítica que será mantida pelo papa posterior, Pio XII, que gere a Igreja quando do aguçamento do racismo, violências e genocídios em massa perpetrados então pelos países do Eixo no contexto Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Evidenciando que há diferentes situações reais a ponderar quando se trata de governos totalitários, Dom Becker lembra que há estados mais ou menos organizados sob os princípios do direito natural e os ensinamentos cristãos e que, quanto mais afeitos a esse ordenamento, melhor tais estados promovem e contribuem para a ordem pública e a prosperidade de seu país, mesmo se necessitam adotar o totalitarismo e autoritarismo para isso. Refletindo sobre o Brasil, nesse contexto, o bispo aponta o integralismo político como bandeira de grupos específicos e que, da mesma forma que a discussão anterior, ressalta que se tal organização não for hostil à religião católica e as leis morais, e se em eventual governo não houver dissonância quanto à tradição histórica, índole social e religiosa nacional, viria a ser um governo legítimo (Becker, 1933a).

O tema do integralismo foi aprofundado na carta pastoral *Sobre o novo Estado Brasileiro* (1937), ponderando outros regimes internacionais em foco, como o italiano, e cotejando-o ao movimento liderado por Plínio Salgado no país. O integralismo foi sistematizado e capitaneado pela Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista fundado em 1932. A AIB foi tornada partido nacional, sustentado pela organização de massa em todo o país, em contexto de ascensão de ideias autoritárias de direita no país e mundo. Atento ao seu contexto e cotejando o integralismo aos modelos fascistas italiano e alemão – até então bem avaliados pela vitória con-

tra forças de esquerda -, Dom Becker, em análise desse movimento, explicava e alertava,

Como em países europeus, surgiu entre nós a poderosa idéia do integralismo nacional. Á semelhança dos poços artesianos que nascem do mesmo lençol d'água oculto no seio da terra, o movimento integralista sobe, irresistível, em altos játos, do subsolo da consciência nacional, em todos os estados da federação brasileira. Oferecerá a ação integralista a felicidade ao Brasil, ou aumentará os fatores de sua perturbação interna e de sua infelicidade? Tudo depende do teor do seu programa e do método dos seus processos.

Mussolini, na Itália, reformou sua pátria pelo estado totalitário, tangendo, harmoniosamente, as cordas mais sensíveis do coração do seu povo: a latinidade, indo até Romulo e Remo, e a religião católica, cuja sede se acha em Roma.

Hitler, o grande remodelador da Alemanha, que salvou a sua pátria das garras do bolchevismo, criou o estado totalitário, apelando para o sentimento racial do arianismo e implantando a cruz svástica nas instituições públicas. Os resultados de sua atividade estupenda não só empolgam a Alemanha, mas todo o mundo (Becker, 1933b, p. 439).

A ascensão de Mussolini ocorreu em 30 de outubro de 1922 quando alcançou o cargo de primeiro-ministro italiano, dando início a um governo que ampliou os poderes do líder, formou um estado policial e fragilizou os direitos civis. Já Hitler teve sua consolidação como chanceler (primeiro-ministro) em janeiro de 1933 e, com o falecimento do então presidente Paul von Hindenburg, foi alçado também a presidente da Alemanha por resultado de plebiscito realizado em 19 de agosto de 1934. No cenário da carta pastoral do Arcebispo de Porto Alegre, temos Mussolini e Hitler como primeiros-ministros

em seus países e a organização do integralismo brasileiro dando-se no contexto de muitos fascismos. Para Paulo Vizontini, houve fascismos católicos expressivos dessa articulação autoritária com apoio religioso. Como lembra o autor, o fascismo católico se implantou em países da denominada periferia europeia, de base agrícola, como Hungria (Alm. Horty, 1919-1944), Portugal (Gomes da Costa, 1926), Polônia (Pilsudski, 1926-1935), Espanha (Gil Robes, 1933-1936) e Áustria (Dolfuss, 1932-1934). Para Vizontini, essa forma de fascismo constitui um intermediário entre os fascismos ítalo-alemão e as ditaduras conservadoras da direita tradicional. Como marca, o autor destaca que sua diplomacia estava orientada pela política do Vaticano (Vizontini, 1989).

Ainda no ano de 1933, o país contava com a atuação da Assembleia Nacional Constituinte, que vigeu de novembro daquele ano a julho de 1934, quando foi outorgada a nova Carta Magna brasileira, consagrando a democracia com a garantia de voto direto e secreto, a pluralidade dos sindicatos, a garantia de alternância no poder, assim como os direitos civis e a liberdade de expressão. Às mulheres foi concedido o direito de votar e serem votadas.

Num contexto de pluralidade partidária, instituída com a Constituição de 1934, a carta pastoral de Becker, do ano de 1935, foi consagrada ao tema das *Normas de Renovação Social*, tema debatido em cotejo aos totalitarismos e unipartidarismos italiano, alemão e soviético (Becker, 1935). Ainda elogioso dos casos italiano, alemão, austríaco (Dolfuss 1932-1934 e Schuschnigg 1934-1938), português (Salazar, 1933-1968) e espanhol (Gil Robes, 1933-1936), o prelado enfatiza ver surgir homens de grande envergadura intelectual e política liderando suas nações. Especificamente quanto ao caso italiano, gerido por Mussolini, tido como alguém de “alto grau de força moral e genialidade”, que certamente ganhou em consideração ao negociar

o fim da chamada Questão Romana com o Tratado de Latrão (1929), Dom Becker lembrava que:

O fascismo, anti-eleitoral e anti-parlamentar por definição, evolucionou desde suas origens em um outro plano. Na dura luta pela vida entabulada manifestamente nos povos, uma grande nação há de estar unida e há de evitar qualquer divisão. Não pode atribuir-se o luxo de dar saltos para diante e para traz, á direita e á esquerda, segundo que tal ou qual partido prevalece. O partido fascista é, ao mesmo tempo, Estado, nação, governo e organização produtiva. Assim a pretensa intransigencia do fascismo não é dogmatica mas realista (Becker, 1935, p. 345).

Seguindo em sua avaliação do fascismo, até então o arcebispo enfatiza que seria este o modelo mais adequado para um povo como o italiano, que viu renascer sua civilização, depois de séculos de “abandono ou servidão estrangeira” (Becker, 1935, p. 349). Afora a condenação papal de 1931, o bispo ainda mantém um olhar condescendente ao fascismo italiano, desde outro continente, mas assevera seus temores ao integralismo nacional. Reforçamos aqui que a posição do governo brasileiro ante os fascismos europeus ficou “em suspenso” até a declaração formal de guerra, em 22 de agosto de 1942. Vargas, atento à ascensão da extrema-direita europeia, teria se inspirado em seus governos para a organização do Estado Novo, legislação e ideologia. Outra questão que vinculava os governos fascistas e o varguista, era a luta contra o comunismo, tema de ampla mobilização internacional e nacional (Cruz, 2013). Junto a isso, como lembra Cruz, a relações do governo brasileiro com os fascismos foi ambígua, ora aproximando-se, ora afastando-se em relação aos EUA e Alemanha. Certamente que esta posição do país foi também ponderada quando das manifes-

tações do prelado que, como já dito, tinha relações próximas com o presidente e auxiliava na manutenção da aliança informal entre Igreja e Estado encetada no governo Vargas.

A perspectiva de Becker quanto à Alemanha, à época, não é tão diversa. O religioso considerava que o Estado totalitário ali instituído resultaria de imperativos da realidade de seu povo e que, para a regeneração da nação, seria necessário um chefe e condutor autoritário a quem o povo fosse obediente e dedicado. Assim, segue o autor,

Com a divisa do nacional-socialismo operou-se, na Alemanha, um movimento generalizado, cuja finalidade consiste em congraçar as populações germanicas e formar uma nação disciplinada e forte. Chefes energicos, de vontade robusta e convictos da justiça de sua causa, propugnaram este processo de transformação e lhe traçaram normas definidas e seguras (Becker, 1935, p. 355-356).

Teria sido Hitler quem salvou a pátria do comunismo e constituiu um novo estado, com organização social, ampliação dos empregos e investimento em obras públicas. Mesmo com a afirmação do *Führer* de que não haveria hostilização à religião, as ações efetivadas estremeceram as “boas relações” entre Estado e Igreja. Becker, todavia, esperava que elas fossem restabelecidas. Esta posição será revista com o alinhamento do Brasil aos Aliados, a partir de 1942. Como lembra Isaia, ante o posicionamento brasileiro, o prelado “persistirá na condenação explícita ao nazismo e nacionalismo nipônico, mas silenciando completamente em relação ao fascismo italiano” (Isaia, 1998, p. 199).

Retomando a discussão sobre a carta pastoral de 1935, as digressões do religioso sobre os estados europeus não deixam de ser um preâmbulo comparativo e de cotejamento ao que o arcebispo avalia

para o Brasil. Entendia o prelado que o estado totalitário não seria o único meio de reordenar a nação – mesmo podendo ser positivo em sua aplicação. Um estado com tal característica ofereceria riscos para a organização social e para “direitos inalienáveis” do homem, dependendo, para ser deletério ou benéfico, das intenções do chefe - num discurso recorrente sobre a índole do governante que foi intensamente repetida. Para Becker,

Quando o chefe está bem intencionado e alheio a influencias perniciosas, poderá governar com justiça e equidade. No caso, porém, em que não respeite os ditames da lei divina, nem os direitos legítimos dos súbditos, destrói a prosperidade social e o bem estar humano. O despota, o tirano, não pôdem, devidamente, organizar a sociedade, nem conduzir o povo á prosperidade temporal (Becker, 1935, p. 367).

Assim, o religioso passou a defender um estado que se reveste de autoridade e força para findar insurreições e ataques externos, mas que não chegue ao totalitarismo, pois este teria os mesmos defeitos da monarquia absoluta, da autocracia e da ditadura, mesmo que essas “tenham qualidades admiráveis”. Voltando-se ao governo Vargas e a sua defesa, o bispo lembra que os possíveis benefícios de um governo integralista já estariam garantidos na Constituição e outros poderiam ser conquistados sem a mudança de regime, pois, “os legítimos representantes do povo brasileiro organizaram um regime representativo e democratico, afim de assegurar a Nação, sob a forma de republica federativa, a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar economico” (Becker, 1935, p. 368). Becker alonga-se sobre as bandeiras de luta do integralismo que o governo de Vargas já teria dado conta e/ou que poderia implementar com emendas e não alteração para outra ordem, o que não deixa de deixar claro, por um lado, o aumento de força do

movimento de Plínio Salgado, e de outro, a tentativa de legitimação do governo Vargas, tão caro ao catolicismo. Sem isentar-se de possíveis avaliações não críticas ao governo do país, o bispo lembrou que “A república democrática, expurgada de certos defeitos e vícios, é o melhor sistema para governar o Brasil” (Becker, 1935, p. 371). Em análise sobre as relações entre Vargas e Dom Becker, Isaia, em entrevista a Wolfart, reitera o projeto maior que embasava as ações do prelado:

Dom João Becker representou um momento muito especial na busca da afirmação do catolicismo frente às esferas de poder nacional e estadual. Ele tinha um projeto muito claro de dilatar a importância da Igreja Católica frente ao poder político. Ele punha em ação o que era a concepção vigente em relação à atuação da Igreja: fortalecer internamente a instituição eclesial, formar um clero e um laicato comprometidos com o que entendia como recristianização da sociedade e, a partir deste fortalecimento, influir junto às elites políticas. O projeto da Igreja passava, necessariamente, pela interlocução com as elites e com o estado. Foi baseado nesses pressupostos que D. João Becker decidiu manter um total alinhamento político com Getúlio Vargas. Este alinhamento era visto pelo arcebispo, portanto, dentro do seu projeto maior de fortalecimento do poder da Igreja. Entre as opções políticas existentes naquele momento, pareceu a D. João Becker que o alinhamento com Vargas representava a oportunidade maior para concretizar-se o projeto de recristianização (Wolfart, 2022).

Nos anos 1930, alinhado ao ultramontanismo, Dom João Becker procurou, com seus atos e escritos, deixar a posição católica em evidência para a compreensão sobre o país e o cenário mundial. Assumindo o compromisso da aliança informal entre Estado varguista e Igreja Católica, o religioso fez-se intérprete do país e de sua alma e anseios destacando a proeminência do governo federal e suas políticas

de reorganização nacional, expurgo de “forças deletérias” e respeito a “catolicidade de seu povo”. Mesmo cotejando formas de governo de outros países, a ênfase foi na manutenção e legitimação do governo varguista – mesmo em tempos de crise -, e na deslegitimação do integralismo e, sobretudo, dos soviéticos. Nessa linha, é significativa sua posição exposta na carta pastoral *Imperativos da Atualidade* (1937), quando afirmava: “O Brasil não quer, não pode assemelhar-se à Rússia soviética, onde campeia a miséria e triunfa a tirania. Nem a nossa consciência nacional permitirá que a Terra da Santa Cruz se tome um caos, um montão de ruínas como a Espanha” [em referência à guerra civil espanhola] (Becker, 1937).

Ainda em 1937, sob liderança de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, o episcopado nacional publicou uma Carta Pastoral – da qual Becker foi signatário - voltada à defesa da integridade da fé e necessidade de prevenção aos fiéis sobre os perigos que os ameaçavam no período vigente, de incertezas e apreensões, segundo o documento. Com críticas ao comunismo, retomando lições papais da alocução *Siamo ancora* (1936) e da encíclica *Divini Redemptoris* (1937), a carta pastoral enfatiza que o tempo atual é dos “mais graves” da história e que os assaltos do comunismo ateu chegam mesmo a lançar dúvidas sobre a existência do cristianismo. Assim, destacam advertindo os católicos, “Não é possível colaborar com quem planeja estabelecer um estado de coisas em que se estanquem para as almas todas as fontes de vida sobrenatural, que nos mereceu Cristo com o seu sacrifício redentor” (Leme *et al*, p. 289). A Carta finaliza destacando a importância da imprensa e Ação Católica na defesa do apostolado e em não se deixar contaminar pelo mal. O alerta é de que mesmo o silêncio sobre o tema favorece o comunismo, logo, apela-se a todos pela luta contra o comunismo como forma de defender a ordem social e o patrimônio civilizacional de que se desfruta no ocidente (Leme *et al*, 1937).

1937 foi um ano intenso e de inflexão quanto ao governo Vargas, com o fortalecimento de partidos, os anúncios de candidatos a eleições, intervenções estaduais, convenções nacionais, atuação pública de integralistas e comunistas etc., que levaram a resposta da instauração do Estado Novo, como forma de manutenção no poder. O Estado Novo foi iniciado em novembro de 1937, aguçando as tensões políticas nacionais e as relações entre Brasil e outros países. Isaia, em entrevista a Wolfart, lembra que o projeto maior fez de Dom Becker um dos prelados que “endossa todo o processo de centralização política que culmina com a instauração do Estado Novo em 1937” (Wolfart, 2022).

Em 17 de abril de 1938 Dom Becker viajou para a Europa e aproveitou para realizar uma longa excursão pelo velho continente, estendendo a estadia até 27 de novembro, quando enfim o prelado retornou ao Brasil. Na sequência, o aguçamento da situação internacional e a deflagração da Segunda Guerra Mundial tornar-se-ão o mote de muitas e muitas discussões, discursos e cartas futuras nas quais o tema do totalitarismo, autoritarismo, comunismo e paz ressoam. As manifestações do prelado seguem acompanhando o cenário nacional – com endosso ao Estado Novo – e internacional, tornando-se condenatórios de nazismo e nacionalismo japonês, após a declaração de guerra do Brasil, datada de 1942. Como intelectual atento à sua realidade, Dom Becker fez de seu apostolado esse locus de interpretação da realidade, seguindo as linhas romanas, até que suas forças não mais lhe possibilitem militar como em tempos anteriores. De sua convalescença, teremos o derradeiro falecimento desse importante interlocutor, em 1946, de cujo acervo ainda há muito a desfrutar para melhor compreender esses tempos difíceis para o país e o mundo.

Seguindo as considerações de Isaia, observamos em sua ação religiosa e política de Dom Becker o esforço de alinhamento à defesa da fé

e da Igreja ante as transformações do século XX e sua adesão incondicional à Roma e suas diretrizes. O respeito à hierarquia, que tanto prezava quanto defendia, foi marcante nas ações e alinhamentos, mesmo os político-partidários que geraram conflitos e benesses importantes à Igreja sul riograndense e, posteriormente, com Getúlio Vargas na presidência, à Igreja no Brasil. Conforme o autor (2002, p. 82),

Tanto como padre, quanto, posteriormente, como bispo, D. João Becker direcionava seus esforços no sentido de dotar a Igreja rio-grandense de uma aura de respeitabilidade, capaz de imprimir-lhe o lugar de reserva moral da sociedade. Para isso procurava reforçar e atualizar a sua autoridade como princípio direcionador de seu clero e laicato ao padrão reclamado pela obra de romanização. Sobretudo, procurava reforçar as prerrogativas da dignidade episcopal em meio a um meio historicamente marcado pela relativização da voz da Igreja e de seus homens. Sendo assim, seus escritos insistiam no reconhecimento dos princípios de autoridade episcopal e da hierarquia da Igreja.

Dom Becker faleceu em 15 de junho de 1946, ano em que findou seu mandato de Arcebispo, cujas atividades já haviam sido diminuídas em razão de sua situação de saúde. Durante sua gestão na Arquidiocese, Dom Becker vivenciou duas guerras mundiais e seus desafios ao mundo católico e brasileiro. Até o falecimento, o prelado esteve envolvido no campo político-partidário sul-rio-grandense, alinhando-se a políticos, ao governo de Getúlio Vargas e à defesa da Igreja Católica como fator basilar da história e identidade estadual e nacional. Como líder, envolveu-se também no projeto de revigoração do catolicismo via aproximação com o poder político, encetado desde a capital federal mas que teve importantes reflexos no

estado extremo sulino. Junto a isso, sua posição intelectual de analisista do seu tempo, a partir da interpretação ultramontana, deixou um importante legado analítico e de intervenção no seu tempo, que nos mobiliza a explorar mais a fundo tão rico pensamento, e tão profícua atuação político-social.

Referências

ANDRADE, Lidiane Mota de. Dioceses como territórios de ocupação da Igreja Católica no Rio Grande do Sul. **Espaço e Cultura**, n. 21, p. 07-17, jan. 2007.

ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. 1º Bispo – Dom João Becker (1908-1912). 21 fev. 2015. **Arquidiocese de Florianópolis**. Disponível em: <<https://arquifln.org.br/1o-bispo-dom-joao-becker-1908-1912>> Acesso em 20 jun. 2025.

BALDIN, Marco. **O Cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930-1942)**. 2014. Tese (Doutorado em História). Franca, UNESP, 2014.

BECKER, Dom João. **Unitas**, Porto Alegre, n. 1, p. 3-4, set./out. 1913.

BECKER, Dom João. Discurso em ação de graças pelo regresso da excursão política ao Rio e S. Paulo do Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas e sua digníssima esposa. **Unitas**, Porto Alegre, n. 1 e 2, p. 47-52, jan./fev. 1930a.

BECKER, Dom João. A Religião Catholica e o actual momento politico. **Unitas**, Porto Alegre, n. 10 a 12, p. 491-499, out./dez. 1930b.

BECKER, Dom João. Christo e a Republica. **Unitas**, Porto Alegre, n. 1-2, p. 01-92, jan./fev. 1931a.

BECKER, Dom João. Noticiário – Os postulados da Igreja Catholica deante da Renovação Constitucional do Brasil. **Unitas**, Porto Alegre, n. 3-4, p. 221-230, mar./abr. 1931b.

BECKER, Dom João. O Laicismo e o Estado Moderno. **Unitas**, Porto Alegre, n. 9-10, p. 429-534, set./out. 1931c.

BECKER, Dom João. Discurso Oficial. **Unitas**, Porto Alegre, n. e11-12, p. 620-630, nov./dez. 1931d.

BECKER, Dom João. Telegramas. **Unitas**, Porto Alegre, n. 6-7, p. 187-188, jun./jul. 1932.

BECKER, Dom João. A Eucaristia e a Paz. **Unitas** – Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre. N. 10, Ano XX, Porto Alegre/RS, out. 1933a. p. 216-233.

BECKER, Dom João. Sobre o novo Estado Brasileiro. **Unitas** – Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre. N. 11, Ano XX, Porto Alegre/RS, nov. 1933b. p. 311-447.

BECKER, Dom João. Normas de Renovação Social. **Unitas** – Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre. N. 9-10, Ano XXII, Porto Alegre/RS, set. a out. 1935. p. 209-432.

BECKER, Dom João. Imperativos da Atualidade. **Unitas** – Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre. N. 7-8, Ano XXIV, Porto Alegre/RS, jul. a set. 1937. p. 205-374.

BESSEN, José Arturino. A criação da Diocese de Florianópolis em 1908. **Encontros Teológicos**, n. 48, p. 9-63, 2007.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). Dicionário de Política. 12ª edição. Brasília: Editora da UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BORIN, Marta Rosa. A devoção popular em benefício do político (anos de 1930). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, jul. 2011. 11 pg.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Planalto**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm> Acesso em 20 fev. 2025.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Câmara dos Deputados**. 24 fev. 1891. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>> Acesso em 20 jun. 2025.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CITINO, Adriana Gillioli. Presença e ação da Igreja Católica na vida política da sociedade brasileira. **Fênix**, Vol. 10, n. 2, p. 1-19, jul./dez. 2013.

CRUZ, Natalia dos Reis. O Governo Vargas e o Fascismo: aproximação e repressão. **Boletim do Tempo Presente**, n. 4, p. 1-20, 2013.

DIAS, Sônia. João Becker. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. v. I. Ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. FGV: CPDOC, 2001. p. 601-602.

DIÁRIOS ASSOCIADOS. A palavra do Arcebispo. **Estrella do Sul**. Ano IX, N. 11, Porto Alegre/RS, 15 mar. 1931, p. 03.

FONSECA, André Dionei; MARIN, Jérri Roberto (org.). **História, imprensa e religião**. Curitiba: Appris, 2020.

GERTZ, René E. D. João Becker e o oportunismo político. In: DREHER, Martin (org.). **500 Anos de Brasil e Igreja na América Latina Meridional**. Porto Alegre: Est Edições, 2002a. p. 98-104.

GERTZ, René E. O sistema político castilhistas-borgistas na Primeira República gaúcha. In: FLORES, Alfredo de J.; FELONIUK, Wagner (Orgs.). **O oportunismo e a revolução**. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2022b, p. 39-48.

ISAIA, Artur César. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

ISAIA, Artur César. D. João Becker e o crescendo autoritário dos anos 30. In: DREHER, Martin (org.). **500 Anos de Brasil e Igreja na América Latina Meridional**. Porto Alegre: Est Edições, 2002. p. 80-97.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A espada de Dâmocles: as eleições de 1933 no Rio Grande do Sul – entre o exílio, repressão e conspiração. **Antíteses**, Londrina, vol. 11, n. 21, p. 267-287, jan./jun. 2018.

LAUFER, Pe. Frederico. A Igreja Católica de 1912 a 1957. In: **Enciclopédia Rio-Grandense**. O Rio Grande Atual. 4º. Volume. Canoas: Editora Regional Ltda, 1957. p. 09-128.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2ª. Ed. Campinas: Papius, 1986.

LEME, Dom Sebastião et al. **A Ordem**, out. 1937. p. 285-294.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. 1ª reimpressão.

MANOEL, Ivan. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: EDUEM, 2004.

NEIS, Mons. Leopoldo. Governo do Arcebispado - Aviso. **Unitas**, Porto Alegre, n. 10 a 12, p. 473-474, out.-dez. 1930.

NEIS, Mons. Leopoldo. Telegramas. **Unitas**, Porto Alegre, n. 6-7, p. 189, jun./jul. 1932.

NOLL, Maria Izabel. A Revolução de 1930 e a construção da nova ordem. In: RECKZIEGELE, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.). **RS; 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002. p. 115-122.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios & procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001b.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul-RS, v. 24, p. 78-109, 2006.

PORTELLI, Hugues. **Os socialismos no discurso social católico**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

SANTOS, Patrícia Teixeira. Ultramontanismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (dir.). **Dicionário crítico do pensamento de direita: ideias, instituições e personagens**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000. p. 444-445.

SEIDL, Ernesto. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Porto Alegre/RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SEIDL, Ernesto. Uma elite pouco (re)conhecida. O episcopado brasileiro. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 3, p. 35-60, dez. 2017.

SILVA, Paulo Julião da. A Igreja Católica e as Relações políticas com o estado na Era Vargas. **Anais dos Simpósios da ABHR**, [S. l.], v. 13, 2012. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/456>. Acesso em: 25 maio 2023.

UNITAS. D. João Becker. **Unitas** – Revista Eclesiástica da Archidiocese de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 9-10, p. 98-100, 1916.

UNITAS. Uma mensagem do Arcebispo Metropolitano. **Unitas**, Porto Alegre, n. 10 a 12, p. 504-505, out./dez. 1930.

UNITAS. Bibliografia – Alguns juízos sobre a nova Carta Pastoral “Christo e a República”. **Unitas** – Revista Eclesiástica da Archidiocese de Porto Alegre. N. 1-2, Ano XVII, Porto Alegre/RS, jan./fev. 1931. P. 111-113.

VARGAS, Getúlio. Telegramas. **Unitas**, Porto Alegre, n. 6-7, p. 188-189, jun./jul. 1932.

VIDA social – Distinções. **A União** – Centro da Bôa Imprensa, Rio de Janeiro, n. 33, 23 abr. 1922, p. 2.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Segunda Guerra Mundial: História e relações internacionais/1931-45**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1989.

WOLFART, Graziela. 100 anos depois: a mudança radical da Igreja gaúcha. **IHU On-line**. Porto Alegre, ed. 305, 24 ago. 2009. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2760-artur-cesar-isaia-1> Acesso em 24 jul. 2022.

ZANOTTO, Gizele. “A grandeza da pátria exige nossa fidelidade a Jesus Christo”: os pronunciamentos de Dom João Becker sobre o centenário da independência (1922). In: PEIXOTO, Renato Amado; ZANOTTO, Gizele. (Org.). **Direitas e Religião no Brasil (1920-1940)**. 1ed. Passo Fundo/RS: Acervus, 2023a, v. 1, p. 41-76.



UMA MENSAGEM DO ARCEBISPO METROPOLITANO¹

Sabido é que o governo do sr. Washington Luis espalhou noticias tendenciosas, calumniosas sobre o movimento revolucionario. Depois de lhe negar, a principio, qualquer importancia, passou depois a taxal-o de communista e emprestar-lhe o caracter de hedionda desordem, propalando que em Porto Alegre houve assaltos e desrespeito ás familias, saque dos bancos e do commercio e que os corpos do general Gil de Almeida e de outros officiaes haviam sido arrastados pelas ruas.

Em face de taes inverdades, o sr. Arcebispo Metropolitano fez irradiar a 11 de Outubro, a seguinte “mensagem, dirigida ao Episcopado nacional e estrangeiro”:

“Condemnando a campanha diffamatoria movida contra nossa terra e nossa gente, faço esta declaração, como bispo brasileiro, em testemunho da verdade.

A revolução do Estado do Rio Grande do Sul tem caracter puramente politico, está completamente alheia ao communismo, cujas

¹ Fonte: UNITAS. Uma mensagem do Arcebispo Metropolitano. Unitas, vol. 10 a 12, 11 nov. 1930, p. 504-505.

doutrinas e perversas praticas repelle com energia. As instituições sociaes e religiosas nada têm soffrido. O benemerito governo do Estado, hoje, como antes da situação actual, gosa do maximo prestigio e mantem inalteravel a ordem publica. As forças rio-grandenses, compostas da flor da nossa generosa e heroica mocidade, se conduzem com dignidade e honra. A organização militar é perfeita. A revolução nacional, consequencia logica de factos lamentaveis, segue, irresistivelmente, sua marcha triumphal. O sentimento religioso anima e fortalece nossos soldados. O governo nomeia capellães militares de pleno accordo commigo. O clero está identificado com o povo. São infames calumnias as crueldades attribuidas ás nossas autoridades, que desempenham suas funções com justiça e criterio. A população rio-grandense, profundamente indignada, protesta contra os insultos e as injurias que lhes são lançadas em rosto por homens sem escrúpulos. A victoria das tropas colligadas fará surgir uma nova éra de prosperidade para a Nação. Queira o Deus dos exercitos abreviar os dias da lucta e conceder-nos a paz, de norte a sul, para a felicidade da Patria e gloria da religião. (Ass.) *João Becker*, Arcebispo de Porto Alegre.”

RELIGIÃO CATHOLICA E O ACTUAL MOMENTO POLITICO²

Discurso que, no dia 1.º de Novembro, s. excia, revma. dom João Becker, arcebispo metropolitano, proferiu, por ocasião do solemne Te-Deum celebrado em regozijo pelo restabelecimento da paz e grandioso triumpho das hostes libertadoras.

O grandioso triumpho da revolução despertou um jubilo indizível no meio da população riograndense.

Nossas altaneiras serranias e cascatas tumultuosas, nossas cochilhas e sangas repetem e divulgam a fagueira noticia da victoria. Todos os corações em vibrante enthusiasmo, saudam a alvorada de uma nova éra de paz e de prosperidade nacional.

Durante tres semanas continuas, o nosso Estado apresentou scenas admiraveis de bravura, cavalheirismo e desprendimento, que enthusiasmaram a nação de sul a norte. E não obstante as apreensões que, naturalmente, gera um movimento de tamanho alcance, o povo

² Fonte: UNITAS. Secção Doutrinária. A religião catholica e o actual momento politico. Unitas, Vol. 10 a 12, 01 nov. 1930, p. 491-499.

confiava na acção efficiente e patriotica dos seus dirigentes, que lhe asseguravam um resultado de pleno exito.

Emquanto os nossos intrepidos soldados seguiam para o campo das operações militares e estendiam linhas de combate, nós, os que ficámos, desdobravamos nossa actividade em obras de caridade, em trabalhos de organização economica, politica, social e diplomatica, e dirigiamos preces fervorosas ao Deus dos exercitos, para que, por intercessão da gloriosa Rainha do Brasil, abreviasse os dias da luta armada.

No dia vinte e quatro de outubro, em consequencia da rendição da Capital Federal, emmudeceram os clarins bellicos; os fuzis, as metralhadoras, e os canhões suspenderam sua actividade hostile; e nossos exercitos, victoriosos em todos os sectores, ensarilharam as armas.

E hontem, após a realização de uma gloriosa epopéa, o illustre filho do Rio Grande do Sul, sr. dr. Getulio Vargas transferiu-se para o palacio do Cattete, sob applausos vibrantes e geraes afim de tomar posse do governo provisorio da Republica. Encerrou-se, desta sorte, a primeira parte do programma traçado pelos regeneradores da nossa Patria.

Eis o motivo que nos induz a cantarmos, jubilosamente, o hymno Te-Deum em acção de graças pela pacificação do povo brasileiro, pela victoria alcançada que proclamou a paz.

Meus senhores! A sociedade civil, considerada como conjuncto de seres livres, não obedece sempre ao mesmo rythmo harmonico na sua marcha evolutiva.

A's vezes os depositarios do poder, os agentes do Estado official não possuem as qualidades necessarias para o desempenho cabal do seu mandato, ou abusam, criminosamente, das funcções que os cargos electivos lhes conferem.

Não raro, acontece tambem que o estatuto fundamental que deve reger as instituições do Estado, não corresponde ao seu fim,

quer por defeito inicial de sua elaboração, quer em razão de alterações profundas operadas na collectividade social pelo constante evoluir dos tempos.

Em taes circumstancias, a sociedade, cansada de supportar injustiças, violencias e erros, sem esperança de obter um remedio para seus males, chega ao ponto de romper os vinculos da normalidade politica. Resulta, dahi, um movimento convulsivo, um traumatismo social de consequencias mais ou menos incisivas na vida dos povos.

Como, porém, a prosperidade publica reclama uma prompta reorganização da sociedade, devem os poderes competentes dedicar-se, quanto antes, a esse trabalho constructivo, traçando á nação normas definitivas e novas para o seu andamento regular.

Ora bem, a situação brasileira chegou a este ponto.

A revolução nacional conseguiu, rapidamente, uma victoria esdrondosa, que culminou na formação de um governo provisório, que será chefiado pelo benemerito presidente do Rio Grande do Sul.

Sim, rapido, impetuoso, como o minuano que fustiga os pampas, foi o vendavel revolucionario, graças ás medidas tomadas pela previdencia dos seus promotores. Essa rapidez espantosa diminuiu o numero de victimas da guerra e acelerou o advento da paz. E si, infelizmente, generoso sangue brasileiro tingiu o solo patrio, devemos todavia confessar que os directores desse movimento colossal se inspiravam sempre nos sentimentos da fraternidade christã, da justiça, da magnanimidade e da no-breza.

Agora, o pavilhão auriverde, que, nas suas dobras, guarda nossas gloriosas tradições, fluctúa, airoso, por toda a parte, apontando ao povo brasileiro o caminho da ordem social e da necessaria reforma da Republica.

O evento fulgurante, que nesta hora festejamos, representa, sem duvida, um resultado maravilhoso de estrategia militar, como, de

outro lado, nos revela tambem a insufficiencia da nossa organisação social, politica e economica.

Os factores que determinaram os ultimos acontecimentos politicos, ensinam á nação a necessidade de realizar um programma de vastas e profundas remodelações constitucionaes.

A Republica, no decurso de mais de quarenta annos de sua existencia, não conseguiu realizar o ideal do povo brasileiro, nem se radicou nas camadas sociaes. Dahi, o descontentamento, a desconfiança, o anseio pela regeneração do regimen politico que nos governa.

Não é o systema republicano, como tal, que a nação regeita, mas a sua organização defeituosa e incompleta.

Com effeito, as constituições politicas, para que sejam efficazes, devem ser adequadas ao meio ethnologico e social sobre o qual pretendem actuar, devem regular-se pelas tradições uniformes do paiz, acomodando-se ao character, á indole e ás justas aspirações dos subditos.

E' anti-democratica, impolitica, e contraria ás boas normas governamentaes a pretensão de impôr a qualquer nação um estatuto fundamental que despreza e repelle esses postulados basicos. A vontade nacional tem o direito de prevalecer sobre theorias philosophicas de alguma seita. Uma tal lei constitucional, fóra das normas indicadas, é uma tunica de Nesso que o povo está obrigado a vestir.

Assisti, senhores, á queda da monarchia e presenciei a proclamação da Republica, nesta capital. Tenho estudado o nosso regimen democratico em todas as phases de sua evolução.

Innumeras vezes tenho auscultado o coração do nosso generoso povo. Elle mais conhece a Republica atravez dos sacrificios que lhe impõe do que pelos beneficios que della recebe. Com effeito, esse povo, que até agora, era chamado, illusoriamente, soberano, paga, com o suor de seu rosto, a manutenção do aparelhamento governamental; defende, com o sangue dos seus filhos, as instituições da Patria; esse

povo, longo de estar identificado com a Republica, a considera inimiga dos seus mais justos interesses.

Já não me quero referir ao systema tributario que onera o povo em proveito de um grupo de potentados, nem aos processos eleitoraes, nem ao ensino nas suas differentes gradações ou a outras praticas que reclamam reformas, mas apenas quero frizar um facto que, dolorosamente, tem ferido a nação.

E' estatisticamente certo que a grande maioria da população brasileira professa a religião catholica, que abençoou o nascimento da nacionalidade. A quasi totalidade acredita na existencia de Deus e na divindade de Jesus Christo.

O numero de sequazes de seitas atheistas é relativamente insignificante.

Pois bem! A este Brasil catholico e christão foi imposta uma constituição imperfeita, sem rei e sem Deus, segundo as ideias de uma escola de poucos adeptos e contra as tradições religiosas de muitos seculos.

A população teve de enfiar essa tunica de Nesso; mas tem se sentido mal e os tristes resultados dahi provenientes são assás conhecidos. Podemos neste particular parodiar as palavras de Napoleão: "Legisladores constituintes da nova Republica, das culminancias da Patria , quarenta annos vos contemplam!"

O povo brasileiro, em quinze de novembro de 1889, quiz substituir a corôa imperial pelo barrete phrygio, mas não espesinhar a cruz que a encimava. Nas noites serenas, o nosso povo contempla a rutilante constellação do cruzeiro, symbolo de sua fé, e exclama me-rencorio e triste: A Republica afastou a cruz de Christo da familia, das escolas e dos tribunaes, da vida official e publica. Porém do nosso coração jámais conseguirá arrancar-a. como tão pouco lá do alto a poderá destruir.

Outrora, os nossos soldados e marinheiros cumpriam seus deve-

res christãos, tinham seus capellães militares. Desde a proclamação da Republica, elles não cantam mais, nos quartéis, nos navios de guerra ou nas suas marchas, hymnos á Rainha e pro-rectora do exercito, á gloriosa Virgem da Conceição.

Facil seria enumerar outras consequencias do banimento da religião da sociedade brasileira.

A critica historica demonstra ser impossivel sopitar o sentimento religioso no coração do homem. Destruir a pratica da religião da sociedade é um desastre de consequencias formidaveis. Pois, todas as instituições humanas devem basear-se sobre as leis da justiça e do direito, que se alicerçam nos mandamentos divinos.

Por isso, já disse Cicero: “Todas as cousas são movidas pela religião. Omnia religione moventur”. Le Play, o grande sociologo francez, escreveu na sua obra monumental, intitulada “Reforma social:” “A felicidade, tanto individual como publica, está na razão das crenças religiosas. O atheismo politico não é justificado nem pela historia, nem pela pratica dos povos modelos que eu examinei e estudei, e os quaes não prosperam senão porque conservam vivo, nas praticas da vida social, o espirito christão.”

Realmente, é a religião que torna felizes as nações; é a impiedade que attráe sobre ellas toda a sort ede calamidades; por que os povos vivem das suas virtudes e tradições religiosas. Quando estas virtudes e tradições religiosas são esquecidas ou desprezadas, as forças moraes da nação enfraquecem, e ella caminha, de defeito em defeito, de erro em erro, de crime em crime, até que, por um impulso natural de conservação, tome um novo surto vital e resurja, qual Phenix, dos escombros sociaes.

A religião é necessaria, igualmente para a solução dos grandes problemas politicos e sociaes que, actualmente, agitam o nosso paiz.

A salvação da nossa Patria encontra-se em Jesus Christo, Rei

immortal do povo brasileiro. Suas doutrinas e suas leis plasmaram o caracter nacional.

A Igreja Catholica, a fôrma organizada da religião de Christo, tem acompanhado a nação desde o dia em que Pedro Alvares Cabral implantou a cruz em terras brasilicas, até ao presente, nas horas de tristeza e nos dias de jubilo.

Nesta nova phase da vida nacional, é preciso que governantes e governados levantem seu olhar e seu coração a Christo Nosso Senhor, Rei supremo e legislador maximo do céo e da terra, a quem devem prestar obediencia os individuos e as collectividades, os Estados e os parlamentos, os partidos politicos e as instituições publicas.

Elle é Deus e juiz do genero humano. Sobre as raças, os povos e as nações, elle profere a sentença inappellavel do premio eterno e da pena infinita, do castigo temporal e da felicidade terrena. A sorte dos governos e a prosperidade dos povos dependem da observancia fiel das suas leis.

A Igreja não pretende, de fôrma alguma, o dominio politico. Mas, no desempenho de sua missão divina, reclama que Christo seja reconhecido na vida dos povos, que seus mandamentos e suas doutrinas sejam observadas na sociedade civil, bem como nas instituições e nos costumes politicos para a gloria de Deus e bem dos homens.

Sim. a Igreja não aspira ao governo temporal da sociedade humana. Seu fim é superior ás cousas terrenas, porém ninguém lhe poderá negar o direito de dirigir e orientar os catholicos em assumptos que affectam seus interesses mais sagrados.

Comtudo e não obstante o caracter eminentemente espirital da missão da Igreja, ella contribue, de modo extraordinario, para o bem publico e para a prosperidade do Estado, em virtude dos seus ensinamentos salutaes e da acção santificadora que exerce no meio dos homens.

Com razão, disse, por isso, o arcebispo Culey, de Baltimore: “O Estado recebe da Igreja o apoio mais efficaz e generoso, em tudo quanto se relaciona com as aspirações nacionaes, com a harmonia nacional e com a prosperidade nacional.”

Sem prejuizo das leis basicas que regem as democracias e sem offender os direitos das minorias religiosas, a nova constituição da Republica brasileira deverá tomar na devida consideração os desejos e a liberdade de consciencia da maioria da nação. Pois, os catholicos não pleitearão privilegios, mas defenderão direitos em beneficio da Patria commum. Assim procedem paizes importantes e de reconhecida prosperidade, cujas populações professam varios crédos religiosos.

Pelas razões expostas, declarei, publicamente, em 12 de janeiro passado: “Falta-nos, na suprema direcção da Patria, um homem que tenha a audacia civica de escolher a Nosso Senhor Jesus Christo para guia da nação, que tenha a coragem de restabelecer os direitos, os ensinamentos e as leis de Deus, em todos os departamentos da sociedade brasileira.”

E accrescentei: “Eu quizeria que este regenerador da Republica surgisse do meio do nosso heroico povo gaúcho, que partisse do alto das nossas cochilhas verdejantes e, sob as benções da Igreja e os applausos unanimes de todos os brasileiros, realizasse esse sublime ideal da grandeza e da felicidade do Brasil.”

Estas palavras valeram-me ataques violentos da parte de jornaes que, ha poucos dias, deixaram, ruidosamente, de existir.

Entretanto, antes que o dia quinze de novembro despontasse no horizonte, o eleito da nação, sob os mais delirantes applausos, coberto de flores, em viagem triumphal chegou ao Rio de Janeiro e será, no dia tres do corrente, investido das altas funcções de presidente da Republica.

Em outra occasião affirmei que o Rio Grande, unido e forte, qual pharol, havia de projectar sua luz scintillante sobre toda a terra de Santa Cruz, desde o Chuy ao Amazonas, do Atlantico ás fronteiras do Perú.

A primeira parte desta epopéa nacional realizou-se esplendorosamente. Queira Deus que o exito da segunda não seja menos glorioso. O Rio Grande do Sul, nosso Estado natal, berço de heróes, terra de prestimosos filhos da Egreja, ha de contribuir, efficazmente, estou certo, com seu patriotismo e sentimentos de fé, com seu talento e cultura, com sua boa vontade e prestigio, para que, em breve, todas as justas aspirações se tornem um facto real, feliz e satisfactorio.

Salve, povo heroico do Rio Grande! Tu escreveste mais uma pagina brilhante nos annaes de tua historia. As tuas energias, temperadas ao sopro do rijo pampeiro e ao sol ardente de um céu de anil, não foram anniquiladas pela compressão irritante de magnatas, nem tão pouco enfraquecidas pelas armas vis da calumnia, da diffamação, da caricatura ou da penna mercenaria.

Povo Gaucho, tu não renegaste o teu passado honroso; o sangue dos legendarios Farrapos continúa a ferver nas tuas veias; a religião catholica, a religião dos teus antepassados, ainda em-polga a tua alma, como nos tempos da fundação da Republica de Piratiny! Accrescido de novos elementos ethnologicos, identificados comtigo pelo sangue, pelos mesmos ideaes, pelas tradições e pelo ambiente mesologico, tu opulentaste o cabedal de tuas forças e adquiriste novos louros e esplendidos merecimentos.

Os nomes de gaucho e de riograndense, tantas vezes vilipendiados e achincalhados serão de hoje em diante, mais do que nunca, um symbolo de gloria e de bravura, admirado por todo o paiz e pelas nações estrangeiras.

Salve, Rio Grande unido, que dêste um formoso exemplo do que póde um povo impulsionado pelo mesmo pensamento e guiado por chefes insignes, tanto por sua força de vontade, como por sua intelligencia e civismo!

Gloria á nossa amada Patria, que accedeu ao appello vigoroso do Rio Grande, sempre ao lado, hombro a hombro, dos nobres Estados de Minas e Parahyba, ambos dedicados collaboradores nas lutas travadas e dignos de nossa sympathia, amizade e admiração.

Gloria ás forças armadas, notaveis pela sua disciplina, intrepidez e abnegação.

Meus cumprimentos e congratulações ao distincto senhor Secretario do Interior no exercicio da presidencia do Estado, ás dignas autoridades civis e militares, á nossa illustrada e patriotica imprensa, a toda a população e, de modo especial, aos preclaros riograndenses ausentes, o novo presidente da Republica, dr. Getulio Vargas, e o promotor da paz, dr. Oswaldo Aranha, um e outro orgulho do nosso povo e gloria genuina da nação.

Mas, sobretudo, honra, louvor e Christo Senhor Nosso. gloria ao Principe da paz,

Te Deum laudamus. – Disse.

TELEGRAMMA DO DR. GETULIO VARGAS³

No dia 1.º de Novembro, o sr. Arcebispo Metropolitano dirigiu o seguinte telegramma ao dr. Getulio Vargas.

“Acceite v. ex. minhas calorosas congratulações e cumprimentos fulgurante triumpho. Meus votos se realisaram. Regenerador Republica surgiu do meio nosso heroico povo gauchó. Partiu de alto nossas cochilhas verdejantes. Chegou Rio sob as benções da Egreja e applausos delirantes da Nação. Parabens. (A.) *João*, Arcebispo de Porto Alegre.”

A resposta do presidente da Republica é concebida nos seguintes termos:

“D. João Becker, Arcebispo de Porto Alegre. – Palacio Cattete, 5-11-30, 21 horas. – Sinceros agradecimentos pelas vossas congratulações, que reflectem no seu enthusiasmo a nobre attitude do clero riograndense. – (Assig.) *Getulio Vargas*.”

³ Fonte: UNITAS. Telegramma do dr. Getulio Vargas. Unitas, Vol, 10 a 12, 01 e 05 nov. 1930, p. 509.

ENTREVISTA⁴

Concedida pelo exmo. e revmo. sr. Arcebispo Metropolitano dom João Becker, aos 26 de Abril, ao representante dos “Diarios Associados”

Quando o clero brasileiro, cumprindo seu nobre determinismo historico que remonta ao dealbar da nacionalidade, desde as horas vivas da nossa formação social, da colonização e da defesa do solo patrio contra as investidas do estrangeiro conquistador, ás inglorias lutas nativistas que culminaram no periodo regencial e nos derradeiros dias do primeiro império – se ergueu, sem deslize de suas prerogativas sacerdotais, num movimento de homogenea e expressiva solidariedade á Poderosa Reivindicação que acendia o Norte e o Sul contra um governo que cada vez mais se distanciava de seus graves deveres, o baculo de Porto Alegre foi o clarim vibrante que, levando aos católicos de todas as latitudes da nação o clangor precioso do ensinamento cristão, mostrou aos patriotas, no simbolismo apostolar de um gesto magnifico, o verdadeiro caminho da Patria e da Fé!

⁴ Fonte: UNITAS. Seção Doutrinária - Entrevista. Unitas, Vol. 3 a 5, 26 abr. 1932, p. 146-157.

De sua catedral episcopal a voz do insigne pastor se projetou, nimbada de elevação moral, a todos os sectores do país, pronunciando a justa do conselho na severa advertência da verdade que se ia restaurar.

Depois, em pleno deflagrar da grande jornada, D. João Becker soube unir a exortação ao ato. Sua ação agigantou-se através do rádio, dentro e fóra do país, mostrando ao olhar atônito do mundo o verdadeiro propósito que levára o Rio Grande a pegar em armas contra o último governo constitucional. A mensagem do ilustre prelado ao Sumo Pontífice, restaurando, traço a traço, o contorno integral da verdade, foi um documento de alta virtude cristã, que definiu, sem meia-tinta, o perfil do sacerdote que havia de consagrar-se ao afeto do povo brasileiro, no aplauso irrestrito de toda a nação.

Autenticado o movimento com a vitória da idealidade de outubro, D. João Becker, como patriota e como diretor de almas, não interrompeu seu sublime apostolado. Continuou de atalaia á causa de sua igreja, propugnando pela paz e concordia da família brasileira, dentro do espírito moral e religioso que é todo um programa de grandeza e de imortalidade. Sua palavra de fé e de razão se repetiu e multiplicou na pregação dos nobres postulados que deveriam articular todas as aspirações de engrandecimento, animando e coordenando as idéas nascentes para a plasmagem de um estatuto que detalhasse o verdadeiro anseio da nacionalidade.

A sabedoria de seu conselho não cessára. D. João Becker, no exercício de seu sagrado ministerio, transpôs a confinação do Rio Grande e foi projetar seu gesto onde as alucinações da desordem de um momento, não haviam, ainda, sedimentado o milagre de patriotismo que a nação recem realisára. E, lá, com a magestade de sua atitude, ergueu, sobre os destroços da incompreensão que aluía, o primeiro marco de uma nova era.

Voltou. Os dias que se seguiram, porem, trouxeram, mais uma vez, o imperio da sua palavra de fundo cristianissimo a que o magnetismo de sua pessoa coloria de tonalidades imprevisas. Revolta no torvelinho da duvida, ou da volupia do mando, nunca a patria estivera tão necessitada da voz do bom senso, através da exortação inspirada em motivos que pairam acima das paixões dissolventes.

E D. João Becker falou. Falou ao *Diario de Noticias* com a serenidade de quem esposa um idealismo tão alto como o que governa todos seus gestos e anima todas suas atitudes. Sua fisionomia moça se transfigura ao contáto da magnitude da causa. A facilidade com que penetra e revolve os mais graves problemas de religião e de politica não altera a expressão de risonha franqueza com que recebe e refuta a objeção formulada. O conceito bróta com a intangibilidade de uma certeza de longo amadurecimento. A' pureza de suas idéas ajunta o prelado ilustre a convicção do crente. Não abandona, nem contorna a rectilineidade de sua postura: vai, inflexivel, ao encontro do motivo para ministrar-lhe, ou a consagração de uma solidariedade ou o repudio formal de uma condenação superiormente documentada.

Não esconde nas dobras sinuosas de uma insegurança armada a eventuaes sortilegios do pensamento, a intrepidez moral com que prega, e proclama, e exalta a sinceridade transparente das verdades de fé e de patriotismo com que amalgama e norteia o espirito católico do povo de sua patria.

Visão do ambiente politico

O arcebispo de Porto Alegre inicia suas declarações para o *Diario de Noticias* mostrando os motivos por que não pode apreciar com a firmeza de visão indispensavel o aspecto politico da atualidade. E diz:

– Para quem vive fóra dos círculos políticos, não é fácil formar uma opinião exáta sobre a presente situação nacional. O governo provisorio e as interventorias estaduais têm segredos que não conheço e lutam com dificuldades, cuja gravidade e extensão ignoro.

Por sua vez, os partidos políticos obedecem a programas elaborados de acordo com sua mentalidade e assumiram compromissos nem sempre integralmente conhecidos do publico. Meu parecer, portanto, será imperfeito e lacunoso.

Entretanto, no momento atual, todos sentem uma forte pressão da atmosfera politica, saturada de sérias apreensões. O barometro da politica nacional oscila, está irrequieto. A agulha indica óra tespestade, ora tempo variavel, ora bonança. Essa atmosfera pesada gera um nervosismo contagioso, que se propaga em todo o país, entre todas as classes e passa as nossas fronteiras.

A hipotese de uma luta armada

– Que nos espera? Uma nova revolução fratricida ou a paz geral, benefica e tão desejada? Tenho grande confiança na atuação reconciliatoria dos nossos benemeritos governantes e proceres politicos! Seu lema, na delicada situação que atravessamos, é e ha de ser: “Salus populi, suprema lex esto! A felicidade do povo tem de ser a lei suprema! A nação exige, reclama esse direito de proteção aos seus mais altos interesses.

São incomensuraveis as responsabilidades que, na presente conjuntura, cabem ao Rio Grande. A nação toda volve seu olhar ancioso ao heroico torrão gaúcho. Da solução definitiva que os paredros rio-grandenses tomarem, depende a sorte do nosso amado Estado e, quicá, a tranquilidade social das outras unidades da Federação brasileira.

Rompimento ou separatismo

O ilustre prelado se detem neste capitulo de suas declarações. Analisa com calculo medido, as consequencias desastrosas que resultariam para o Rio Grande de qualquer movimento armado, embora com tendencias definidas ou inspirado em altas razões de Estado, que s. ex. desconhece. Manifesta, todavia, a sua confiança no exito das negociações.

– Mas, estou certo de que nossos patrioticos dirigentes sabem medir as consequencias de um áto de tamanha relevancia. Não me seduz o pensamento de rompermos as relações officiais com o governo provisorio e, muito menos, a idéa separatista.

Devemos impedir qualquer dessas resoluções que faria estremecer a nação de sul a norte. Estaria em jogo o bem estar, a prosperidade de milhares e milhões de familias laboriosas.

Logo, impõe-se a reconciliação. Si, devéras, a arrancada triunfal de tres de outubro de novecentos e trinta não encontra fato igual nos anais da historia patria, quem nos poderá garantir novo sucesso feliz em outra tentativa heroica?

Paz, para o trabalho!

D. João Becker, como prelado e como rio-grandense sente o mesmo anseio incontido de progresso que palpita em todos os sectores do Estado. Deseja, por isso, que a situação politica se ambiente dentro de formulas pacifistas para que o trabalho possa ser dinamisado sem sobressaltos e sem recuos. Seu ponto de vista, nesse sentido, é expresso e claro:

– Deve-se tomar em conta o desanimo da população que não pede, como os antigos romanos, “panem et circenses”, pão e jogos de

circo, mas deseja paz e trabalho para recompôr suas finanças e levar uma vida tranqüila.

O erario publico está exausto e nosso terceiro “funding” está apenas negociado. Acresce o perigo da implantação da completa desordem social e politica por elementos subversivos, que entre nós não dormem e apenas aguardam o momento oportuno para a realização de suas idéas funestas.

O patriotismo de todos os brasileiros requer uma formula conciliatoria, reclama uma medida garantidora da paz nacional. Por isso, confio no alto criterio, na larga e nitida visão politica dos benemeritos cidadãos que presidem aos destinos do paiz.”

As quatro vigas mestras

– E’ preciso reedificar a Republica. Sejam a justiça, a religião, a fraternidade e a unidade as quatro vigas mestras do edificio da nacionalidade, os quatro pilares inabalaveis da magestosa cupula da grandeza nacional.

A justiça exalta as nações. A religião orienta os povos no cumprimento dos seus deveres morais, civicos e sociais. A fraternidade une os cidadãos e os fortalece pelo mutuo afêto e auxilio. A unidade do nosso povo dá ao Brasil seu admiravel prestigio no convivio internacional.

A consecução desse alevantado fim exige a franca e decidida cooperação de todas as classes e instituições da Terra do Cruzeiro. A Igreja Católica, que tem acompanhado a nação desde o seu inicio através de todas as fases de sua existencia, não lhe negará, hoje, como ontem, apoio sincero, constante, desinteressado.

E essa cooperação que ela oferece consiste em mostrar aos governados e aos dirigentes o caminho que conduz á felicidade do individuo e á prosperidade coletiva do povo brasileiro”.

A causa de todos os males

O ilustre sacerdote estuda, a seguir, dentro do puro espirito religioso, as causas visíveis ou remotas que estão influenciando nos destinos dos povos, no instante atual, e doutrina:

– A causa precípua dos males atuais da humanidade é a apostasia de Deus na vida particular e publica. Em varias constituições modernas, os legisladores excluíram, propositalmente, o nome de Deus e igualaram a Igreja Católica, vinte vezes secular, ás corporações religiosas de todos os matizes e de datas recentes.

Não evitaram somente o nome de Deus, mas ainda todo o sentimento cristão, como si o espirito do cristianismo pudesse prejudicar a legislação moderna. Daí é que, para muitos politicos da atualidade, não ha mais poder que venha de Deus, nem dever garantido por uma sanção extra-mundana, nem autoridade que chegue além do braço policial.

As constituições modernas preconizam a irreligiosidade do Estado. Porem, não significa isto tambem que o Estado ficou privado, assim, de sua autoridade? Os fatos, pelo menos, o provam. As lutas intestinas multiplicam-se, o poder civil enfraquece, não tem apoio moral, apenas a força material. A disciplina publica diminue, á medida que cresce a demagogia”.

Paralêlo filosofico

– E’ uma consequencia logica do ateismo pratico, a qual conduz á subversão dos fundamentos de todos os direitos e de toda a segurança juridica. O Hegelianismo e o positivismo juridico não acertaram o alvo que seus representantes visavam. Deificaram o Estado, mas este idolo está agora devorando seus proprios subditos.

O mesmo fenómeno se observa com referencia aos penosos trabalhos da Liga das Nações. Emquanto não se escrever sobre o palacio das sessões: “Gloria a Deus nas alturas”, não se verifica-rá a palavra: “Paz aos homens de boa vontade!” Pois, já Platão disse: “Um Estado que não tiver um Deus, mas um mortal por soberano, jamais salvar-se-á do infortunio e da miseria.”

A crise mundial reflète-se sobre o Brasil e agrava ainda mais a sua situação, dificultando a solução dos seus problemas vitais. Requer-se uma atividade ponderada e eficiente,

O ideal da Patria em face dos partidos com idéas avançadas

Do escorço leve do panorama politico universal, d. João Becker, com a visão madura da serenidade aplica a experiencia ao caso particular do nosso paiz, para entrar na análise dos partidos politicos que se formam sob bandeiras avançadas em face da doutrina do catolicismo puro. E reata a ordem de idéas que vinha expendendo.

– Não devemos perder a esperança. Si agrupamentos politicos se dirigem por programas diferentes, não quero duvidar de sua sinceridade. A grandeza da patria tambem é seu ideal. E não podemos negar que a evolução dos tempos exija reformas legislativas, mórmente no concernente ás leis sociais. Esse trabalso salutar já foi iniciado pelo governo provisório.

A nova Republica atenderá ás reclamações justas e ás reformas necessarias. No emtanto, para melhorar as condições de nossa terra, não ha necessidade de lançar mão de expedientes extremistas ou de transformar, completamente, a ordem social existente por meio do comunismo russo. A nossa historia, as tradições e, sobretudo, a independencia do nosso character, nossa altivez e liberdade não aceitariam as imposições tiranicas de Moscou.

Em 1888, o Brasil sacudiu o jugo da escravidão negra. Hoje, o nosso povo, apesar dos embaraços que o cercam, repêla a escravidão vermelha. Pois, outra cousa não é o regimen sovietico, que escraviza e explora o povo russo.”

O voto feminino perante o canon

– Quanto ao voto feminino, que a nossa legislação eleitoral admite, devo dizer que a Igreja se empenhou, desde os primeiros seculos do cristianismo, para reabilitar a mulher perante a sociedade, conferindo-lhe uma dignidade que o paganismo desconhecia.

Nada obsta a que ela se consagre a novas profissões, uteis e honestas, segundo as vicissitudes dos tempos. As dificuldades economicas que, atualmente, assoberbam a humanidade, convidam a mulher a procurar novos meios para garantir sua manutenção propria ou o sustento de sua familia. Porque não poderão elas desempenhar funções em repartições publicas, em casas comerciais, contanto que sejam acautelados os interesses de lar domestico e afastados os perigos morais que possam prejudicar sua virtude?

Razão bastante assiste ás feministas quando pleiteam a abolição da duplicidade da moral, que absolve os homens de todos os excessos e desvarios, insurgindo-se, hipocritamente, contra as faltas atribuidas á mulher.

Com severidade, porém, a Igreja condena as reprovaveis aspirações de certas mulheres avançadas, que pretendem conseguir a dissolução universal dos costumes, pela destruição da familia e pela permissão official do “amor livre”.

A Igreja não proíbe á mulher o exercicio dos seus direitos civicos e, em particular, não se opõe ao voto feminino, sem prejuizo, porém, das leis da justiça e da caridade.

Vemos, por isso, que em varios paizes europeus até religiosas, freiras e monjas, com licença dos seus superiores eclesiasticos, sáem dos conventos e mosteiros para depôr o seu voto nas urnas eleitorais.”

A aleluia da nacionalidade

D. João Becker deixa-se empolgar pela visão de uma patria maior e melhor. Sua confiança na soberba destinação do Brasil não vacila, nem alui: prende-se a fatores de ordem moral e material, num todo indestrutivel, conducente á convicção dos soberbos dias que o futuro proximo reservará para a nacionalidade.

– O Brasil não sucumbirá, se observar os preceitos e seguir os ensinamentos da Igreja, se cultivar a justiça e a fraternidade. Mas, resurgirá vitorioso, forte e unido do meio das vicissitudes que, presente-mente, o afligem. Entoará, em breve, o hino do seu triunfo, cantará a aleluia de sua ressurreição.”

RESUMO DO DISCURSO⁵

*Proferido pelo exmo. e revmo. sr. arcebispo metropolitano dom João Becker,
no encerramento da festa de Nossa Senhora Madre de Deus e apanhado
por um dos assistentes.*

Mais uma vez, os catolicos de Porto Alegre prestaram as suas homenagens de veneração e piedade filial á excelsa Padroeira. Depois duma magnifica novena, realisamos esta manhã a festa solene da gloriosa Mãi de Deus; e agora, acabámos de conduzir pelas ruas desta capital a sua veneranda imagem, de acordo com os preceitos da liturgia, o que corresponde perfeitamente aos postulados da natureza humana.

Muitas procissões já se têm feito no Brasil, mas a primeira foi nos albores da nossa nacionalidade: Pedro Alvares Cabral trouxe, lá de Portugal, a imagem de Nossa Senhora da Esperança.

Não quero deixar de vos dirigir, motu proprio, amados fieis, algumas palavras, no encerramento destas festividades como nos annos passados.

⁵ Fonte: UNITAS. Resumo do discurso. Unitas, Vol. 3 a 5, s.d. 1932, p. 154-159.

Iter para tutum, Mater Dei! – Preparai-nos um caminho seguro, ó Mãe de Deus!

Nunca como nos tempos atuais, foi tão necessario que a Mãe de Deus preparasse um caminho ao povo brasileiro, que o conduzisse aos seus destinos. Catolicos, de pé pelo Brasil – assim vos disse no anno passado neste dia e neste lugar. As minhas palavras provocaram censuras nos circulos hostis á Igreja. Pouco importa!

Hoje repito: Catolicos riograndenses, de pé pelo Brasil, pela Patria!

O genero humano é um grande enfermo. Tambem a nossa Patria está atingida desta mesma enfermidade geral. Os medicos, isto é, os politicos, estudam e emitem diagnosticos sobre o estado sanitario do paiz, lembram e ensaiam remedios, que não passam de paliativos inefficazes. Os mais bem intencionados entre os politicos não acertam o rumo; assim caminhamos para um futuro incerto e sombrio.

Quatro são as crises principais que abalam as bases do edificio nacional.

A crise filosofico-religiosa, pelo agnosticismo, pela filofia materialista; originou-se no indiferentismo dos que julgam superflua e inutil a religião.

A crise politica. Entendei-me bem; falo de politica no sentido genuino deste vocabulo, que significa a arte de governar os povos segundo os ditames do direito e da justiça para conduzi-los á prosperidade temporal.

E esta politica tem falhado na sua magna tarefa.

Atualmente tateia; falta-nos uma norma certa e segura de governo. Sem Constituição, vamos á mercê da boa vontade e da habilidade dos dirigentes, navegamos num mar perigoso. Ai de nós, si elementos subversivos se apoderassem ou se apoderem dos postos de mando! Seria o dominio do comunismo com os seus horrores.

A crise economica. Quebram bancos, abrem falencias as casas comerciais que pareciam as mais solidas, com prejuizos incalculaveis das economias do povo que trabalha e as conquistou no suor e com sacrificio.

A economia publica está profundamente abalada. O erario publico está exausto. O cambio baixou como nunca e, em consequencia, a nossa moeda está desvalorisada.

A crise biologica, a crise da natalidade, originada da má orientação da burguezia que apostatou de Deus, tanto com relação á finalidade da vida terrena como aos principios da filosofia religiosa, da politica, e da economia publica. Querem acumular fortunas para alimentar o individualismo egoista. E por isso intenta-se o suicidio da nação em seu germen. A desnatalidade era, antigamente, um crime occulto; hoje é praticada e ensinuada ás escancaras.

Quando a civilização grega declinou para o seu ocaso, não se poudede deixar de reconhecer como causa precípua a desnatalidade, a desnatalisação do lar domestico.

E' um crime de lesa-familia, de lesa-patria, de lesa-natureza humana! E' o odio á procreacção da prole e á propagação da propria raça!

O suicidio se tem tornado vulgar, figura, quasi habitualmente, no noticiario dos jornais.

As grandes figuras do commercio, da industria e das finanças suicidam-se não tanto por falta de recursos, mas por falta de religião e porque, assim, a vida perdeu, para esses infelizes, a sua finalidade superior.

Deante deste quadro sombrio e angustiante que apresenta a nossa Patria, que faremos nós, catolicos? Nós, catolicos riograndenses, ficaremos inertes, inativos? Não!

O espirito da sociedade hodinerna é produto formado pelo elemento burguez que despreza a Deus, seus preceitos e doutrinas. Des-

se ambiente surgiu o estado politico que organizou suas instituições, deixando-se dominar pelo agnosticismo e ateismo oficial. Deus para ele não existe, o decalogo divino é desprezado. A familia se constitue oficialmente sem respeitar sua finalidade religiosa. A infancia se educa, sem atender á espiritualidade e fim sobrenatural de sua alma. Nas casernas, todas as doutrinas tem ingresso, menos a doutrina de Deus. Nas constituições o nome de Deus é banido, no direito publico o erro filosofico é equiparado á verdade. Em materia religiosa, todos os credos são considerados eguaes.

A' primeira Republica, colocada sobre esta base, faltou necessariamente a firmeza, porque estava divorciada de Deus e nunca lançou raizes na alma popular, porque não fazia jús ás suas tradições e convicções religiosas. Por isto, um sopro rijo do pampeiro a derrubou.

Agora, é preciso reedificar sobre os escombros e construir a nova Republica; todos os bons elementos devem colaborar nesta gigantesca tarefa e em conjurar as quatro crises que nos assoberbam.

Conjurar a crise filosofico-religiosa. Sem a filosofia cristã, sem essa filosofia perene que radica na propria natureza humana e sem religião, um povo não póde subsistir; desorganiza-se, arruina-se e desnorteia completamente. A Igreja deve reformar a sociedade desorganizada, desarticulada nas suas instituições.

Quanto á crise politica, a Igreja sempre foi a colaboradora valiosa no governo dos povos. Ela sempre tem prégado e prêga: Dae a Cesar o que é de Cesar, e a Deus o que é de Deus. Mas, quando a politica quer afastar dum povo a influencia religiosa e quer agir fóra dos principios cristãos, perde-se para o governo e para a ordem publica, o esteio mais firme; o Estado é abalado nos seus fundamentos e perde sua estabilidade.

Quanto á crise economica, é preciso que se processe a economia publica segundo as leis cristãs. Nós vemos as fortunas acumuladas em

poucas mãos e a grande massa do povo na pobreza. E' um desequilíbrio pernicioso. Neste ponto, para a reforma urge aplicar a doutrina do imortal Leão XIII, consignada na sua encíclica "Rerum novarum" sobre a questão social, que só em tais moldes pode encontrar a sua conveniente solução.

A' crise biologica devemos opôr-nos com todas as forças e combater o crime nefando do assassinio dos inocentes. A família tem os seus encargos, não é apenas um estabelecimento de diversões. Sem a sanção superior, sobrenatural, todas as leis perdem a sua eficacia. Só a Igreja, com a força de sua autoridade divina, pôde opôr um dique a este mal.

Sim, é preciso que haja uma nova revolução, não uma revolução politica, mas um movimento cristianizador, que implante a doutrina de Jesus, os mandamentos do decalogo, no individuo, na família, na sociedade.

Dir-me-ão, porém: a religião nada tem que ver com a politica!

Axioma comodo, mas sofisticado! Como? A religião não tem que ver com a politica? Mas eu vos direi que o maior politico é o proprio Deus que implantou na natureza humana a necessidade de governo, que procure a prosperidade temporal. Deus é o autor da politica. Como? Si da politica dependem os bons e os máus governos, a liberdade religiosa e o bem publico!

Como, pois, curar o grande enfermo que é o Brasil, a nossa querida Patria? Pela continuação do sistema até agora vigente, ignorando e excluindo oficialmente a religião e a Igreja?

Não! Seria caminhar para o mesmo desastre: o governo continuaria a estar privado de raizes no coração do povo, que sente a necessidade da religião.

Qual o remedio então? O comunismo? Seria o aniquilamento, como na Russia, da família, a subversão de toda a ordem, a tirania geral!

Só pela doutrina da Igreja é possível salvar o paiz do abismo que o ameaça tragar.

Em primeiro lugar, devemos, para isso, procurar a santidade e perfeição pessoal e do meio em que exercemos influencia. Tivessemos um Santo, como o foi p. ex. S. Francisco de Assis, o reformador de sua época, e poderia reformar a nossa Patria.

Trabalhar pois com cada vez maior empenho na Ação Catolica, para que extenda e dilate o raio de sua influencia.

Esforçar-nos e fazer o que estiver em nós para que os deputados á Constituinte sejam homens que saibam e queiram cumprir o seu mandato, de acordo com as verdadeiras aspirações do povo.

Por isso, eu vos digo: confio em vós, catolicos riograndenses para esta grande obra de reconstrução nacional! Oxalá que dos pampas surgesse um homem capaz de conduzir a nação aos seus elevados destinos, á verdadeira prosperidade e ao genuino progresso.

Formemos, pois, todos em torno da bandeira de Cristo, prontos para escutar a voz dos chefes quando soar a hora solene.

Tambem o vosso arcebispo quiz erguer a sua voz nesta fase que atravessa a nacionalidade, para lhe apontar o rumo a seguir. Não quero que, mais tarde, se diga que não houve um bispo riograndense que tivesse a coragem civica de falar e explicar ao povo o que se deve fazer e que medidas adotar para o saneamento da nação e a reconstrução politica do paiz.

Antes que silenciar, prefiro ser acoimado, como o meu grande padroeiro, S. João Batista, de “vox clamantis in deserto”, “vóz de quem clama no deserto.” Pois, é bem possível que minha voz se perca sem éco, no deserto arenoso das opiniões divergentes e que a cruzada dos catolicos não obtenha o resultado almejado; pode acontecer que triunfem os nossos inimigos; mas ao menos cumpri o meu dever.

Prefiro ser martir do cumprimento das minhas obrigações, a ser inativo e assumir uma atitude comoda e inexpressiva.

Iter para tutum Mater Dei! preparai-nos um caminho seguro, ó Mãi de Deus, a nós e á nação brasileira! Aplainai-lhe as dificuldades que se antepõem á conquista dos seus direitos e liberdades.

Inspirai, ó Mãi de Deus, as familias, os homens públicos, os partidos politicos, para que não errem e não excluam da futura lei basica os preceitos divinos, sem os quais impossivel é haver ordem e paz e prosperidade.

TELEGRAMAS⁶

*Expedidos pelo exmo. e revmo. sr. Arcebispo Metropolitano
em data de 13 de Julho.*

Dr. Getulio Vargas – Chefe Governo Provisorio. – Rio.

Na situação especial e angustiosa em que se acha o nosso amado Rio Grande, onerado enormes responsabilidades perante nação, rogo Vossa Excelencia oferecer a São Paulo urgentemente formula aceitavel para solucionar prontamente esse gravissimo problema não só de carater local mas nacional. Sejam feitas razoaveis concessões mutuas, á volta imediata do paiz ao regime constitucional é uma necessidade premente. Está claro luta fratricida ha de terminar mais cedo mais tarde pela reconciliação partes litigiosas. E' preciso, portanto, impedi-la. Não se deve permitir autofagia da nação nem que a morte enlute milhares de familias brasileiras. Emquanto nossos patricios gemem sob o peso formidavel das armas, sofre todo o paiz. Terriveis serão as consequencias de uma nova guerra civil. Os inimigos ocultos do Brasil

⁶ Fonte: UNITAS. Telegramas. Unitas, Vol. 6 e 7, 13 jul. 1932, p. 187-189.

procurarão triunfar. Confio no alto criterio e clarividencia de Vossa Excelencia na certeza de poder ainda impedir essa desgraça e achar uma solução cristã e patriotica para a delicadissima questão.

Atenciosas saudações.

A resposta do Chefe do Governo Provisorio

Urgente – Arcebispo D. João Becker – Palegre – De Rio – 510/285 - 214 -15 -16hs.40 – Recebi e respondo, com a mais alta consideração, o telegrama de V. Exc. Em face aos acontecimentos que agitam o país, tenho a consciencia tranquila. Após empregar quasi todos os recursos disponiveis da Nação para salvar a economia de São Paulo, libertando-o da crise do café, concedi tudo quanto reclamára, em materia politica, dando-lhe até o governo que desejava, tão do agrado da sua frente unica, que, desencadeada a revolta, foi mantido integralmente. Elementos a quem entreguei o governo, serviram-se, entretanto, do poder que lhes confiei para tramar a sedição militar que acaba de explodir com carater francamente reacionario. O governo federal foi agredido e cumpre-lhe agora resistir, para salvar as conquistas liberais, conseguidas com a Revolução de outubro. A bandeira da constitucionalização, que desfraldam os amotinados, é apenas falso pretexto de que lançam mão. Ninguém mais do que o governo se empenha pela instalação da Constituinte na data prefixada, não por palavras mas por uma serie ininterrupta de atos politicos. A frente unica de São Paulo, que bem conhece esta verdade, em vez de preocupar-se com o alistamento de seus eleitores, tenta, para reaver antigo predominio causador do movimento revolucionario, perturbar a ordem e interromper a normalidade, já estabelecida, da vida da Nação. O Governo Provisorio, resistindo, propugna pela manutenção

dos principios da Revolução da qual V. Exc. foi um dos mais respeitaveis paladinos, pelo seu alto pensamento cristão. Queremos a paz. Para a conseguir, basta que os rebeldes deponham as armas, na certeza de que serão acolhidos toda a benignidade, tratando-se de um Estado que, transviado pela indisciplina de uns e pela vaidade e orgulho de outros, se rebela contra o país inteiro. A ele cabe arrepender-se e demonstrar que deseja sinceramente a paz que veio perturbar, tramando e desencadeando a sedição, injustificavel, sob qualquer aspéto. Reafirmando a V. Exc. o meu alto apreço de sempre, retribuo suas atenções. Saudações. – (a.) Getulio Vargas.

A EUCARISTIA E A PAZ⁷

Discurso proferido em sessão solene de 8 de setembro
“Agnus Dei, qui tollis peccat mundi, dona nobis pacem.
Cordeiro de Deus, que tirais os pecados do mundo,
dai-nos a paz”.

Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhora Cardial Legado.

A Vossa Eminência Reverendíssima, ao exmo. sr. Nuncio Apostólico, ao preclaro sr. Arcebispo da Baía e Primaz do Brasil, ao digno sr. interventor federal, aos demais srs. Arcebispos e Bispos, às beneméritas autoridades civis e militares, a esta egrégia assembléa e ao nobre povo baiano, tenho a honra de apresentar respeitosas e cordiais saudações.

1. O Rio Grande e a Baía

E seja-me permitido salientar, de início, um dos motivos que, neste momento, me impelem a ocupar a tribuna. É o fato de existirem

⁷ Fonte: BECKER, Dom João. A Eucaristia e a Paz. Unitas – Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre. N. 10, Ano XX, Porto Alegre/RS, Vol. 10, out. 1933. p. 216-233.

entre o Rio Grande do Sul e a Baía, de ha muito, relações de simpatia e amizade, vínculos morais concretizados pelo influxo de ciências e da literatura, pelo afeto do parentesto etnológico e da afinidade espiritual. Mas, de modo especial, quero referir-me ás relações eclesiásticas que prendem a terra gaúcha ao distinto povo baiano.

Menciono os nomes de dois sacerdotes, verdadeiros apóstolos da caridade cristã, ambos já falecidos. O primeiro é o padre Joaquim Cacique de Barros, fundador de tres asilos, um de meninas, denominado Santa Tereza, outro de mendicidade e o terceiro de expostos, cujas obras iniciou, mas não pôde concluir. O segundo sacerdote é o conego José Marcelino de Bitencourt, fundador da Pia Instituição do Pão dos Pobres de Santo Antonio, obra grandiosa nas suas varias ramificações de beneficência religiosa e social.

2. Prelados da Baía

Pronuncio, porém, com profunda reverencia, os nomes de Dom Sebastião Dias Laranjeira, segundo bispo do Rio Grande do Sul, e de Dom Claudio José Gonçalves Ponce de Leão, seu sucessor imediato. Este dois prelados são beneméritos do Rio Grande do Sul, pelos relevantes serviços que lhe prestaram.

Dom Sebastião nasceu em 20 de Janeiro de 1922, na freguezia de Monte Alto, no sertão deste Estado, foi pároco de Nossa Senhora do Carmo do Morro do Fogo e seguiu, em 1857, para Roma, onde estudou na universidade da Sapienza, sendo em 1860 chamado pelo Papa Pio XI que, ao entrar, lhe disse: “Ecco il nostro curato é diventato vescovo, bravo”. O nosso vigario ficou bispo, bravo.

Sagrado bispo, pelo próprio Papa Pio XI na Capela Sixtina, chegou ao Rio Grande do Sul em 25 de Julho de 1861. Durante 27 anos,

honrou Dom Sebastião o trono episcopal rio-grandense, falecendo em 13 de Agosto de 1888. Amado de Deus e do povo, era ele um atleta corajoso da religião católica e luzeiro da sociedade. À sua gloriosa memória rendo o tributo do meu respeito e veneração.

O terceiro bispo do Rio Grande do Sul e sucessor de Dom Sebastião foi Dom Claudio José Gonçalves Ponce de Leão, nascido nesta cidade a 21 de Fevereiro de 1841. Foi nove anos bispo de Goiás. Nomeado bispo da diocese de São Pedro do Rio Grande do sul, tomou posse em 20 de Setembro de 1890, e, depois de um governo próspero de 22 anos, renunciou em Janeiro de 1912 e foi distinguido com o título de arcebispo de Anazarbo. Veio a falecer no Rio de Janeiro em Maio de 1924.

A estes dados biográficos quero apenas acrescentar que Dom Claudio José Ponce de Leão conferiu a mim a tonsura clerical, as ordens menores, todas as ordens sacras e a plenitude do sacerdócio. Depois de 4 anos de bispo de Florianópolis, fui nomeado seu sucessor, entregando-me ele o governo da arquidiocese de Porto Alegre. A esse insigne prelado, que sempre dizia, com certo orgulho, “sou baiano da Baía”, voto sentimentos de gratidão e de saudade.

Quero referir-me ainda aos dois primeiros bispos de Santa Maria: D. Miguel de Lima Valverde, hoje arcebispo de Olinda Recife, e D. Atico Euzebio da Rocha, o atual bispo de Cafelandia; ambos deixaram saudosas recordações.

Prestada esta merecida homenagem á gloriosa Baía, permita-me Vossa Eminência Reverendíssima, sr. Cardial Legado, que inicie o meu despretensioso discurso.

Julgo não ter procedido mal, por haver escolhido para tema a Sagrada Eucaristia e a paz. Cristo é o príncipe da paz e a Sagrada Eucaristia é o próprio Salvador, verdadeira e substancialmente. Cristo morreu na cruz pela paz dos homens e no sacrifício eucarístico reza-

mos: “Cordeiro de Deus, que tirais os pecados do mundo, dai-nos a paz. Agnus Dei, qui tollis peccata mundi, dona nobis pacem”.

3. Falta de paz

A falta de paz é o sinal característico dos tempos atuais. Depois da guerra mundial observa-se este fenômeno mais do que nunca em todos os departamentos da vida humana. Verificam-se as palavras dos profetas: “Esperamos a paz, e este bem não chega, o tempo do remédio, e só ha temor e perturbação. Esperamos a luz, e não ha mais do que trevas; esperamos a salvação e ela se afastou de nós”.⁸

Vemos uma luta contínua entre as nações e as raças, entre as classes e grupos sociais, entre o erro e a verdade, entre a impiedade e o proprio Deus.

E esse fato, de caráter universal, reflete-se também em nosso país. Sem esforço nem dificuldade, notamos essa discordia no domínio social e religioso, no domínio economico e politico.

Mas, uma nação que não goza dos beneficios da paz não pôde prosperar nem manter-se em pé.

Quem contempla a transformação dos Estados modernos nos ultimos tempos, recorda-se das palavras de Bossuet diante do esquife de Luís XIV: “Dieu seul est grand. Só Deus é grande”. Sim, o mais está sujeito ás leis da instabilidade, é pequeno e transitório. Os tronos pareciam inabaláveis, e os governos, apoiados em milhões de baionetas, consideravam-se invencíveis. O progresso em todos os domínios do saber e da atividade humana havia chegado a um ponto em que parecia arrostar a própria onipotência e sabedoria de Deus.

Mas, dentro de pouco, muitas instituições revelaram sua decrepitude e foram repelidas por novas tendenciosas e novas necessida-

⁸ Jeremias 8, 15; 14, 9. Isaias 59, 9 e 11.

des. Tronos ruíram por terra e sistemas com seus processos antigos baquearam. A humanidade, vendo esses destroços, celebrou os funerais de suas efêmeras grandezas, exclamando: “Dieu seul est grande. Só Deus é grande”.

4. Definição de paz

Sobre estas ruínas, num esforço titânico, começou a sociedade humana a reedificar os Estados contemporaneos. Porém, a falta de paz lhe embaraça a reconstrução.

Mas, que é a paz? Em que consiste? A esfera de sua beneficência ultrapassa o conceito de ausência de guerra e de violências materiais. Santo Agostinho traçou, em carateres indeleveis, a definição da paz verdadeira, aceita pelos melhores mestres da idéia cristã e do pensamento filosófico.⁹

A paz em todos os seus domínios, escreve Santo Agostinho, é a tranquilidade da ordem. A ordem é essa harmonica disposição dos elementos semelhantes e diversos, a qual mantém a todos no seu justo lugar, segundo as exigências da razão e do direito. Esta será a paz.

Mas, a boa ordem social exige um fundamento estavel e seguro. Trata-se de homens livres e de leis destinadas a ligar entre si forças centrífugas ou opostas. Pois, essa ordem, dentro de uma nação, mantém as devidas relações entre os súbditos e os governantes, entre a sujeição e a autoridade, produzindo o necessario equilíbrio na vida publica.

Não é possível, porém, que o fundamento dessa ordem seja, unicamente, a resultante da atividade e sabedoria do homem. Não! Os fatos provam o contrario. Si queremos a paz, devemos garantir a estabilidade da ordem pelos ensinamentos de Cristo, que obrigam

⁹ De Civitate Dei, 19,13.

as consciências, reformaram o mundo antigo e devem normalizar as condições sociais da época presente.

Pois, o prestígio da autoridade está profundamente abalado. O conceito de moralidade dos atos humanos desvirtua-se a cada passo. O próprio direito perdeu o esplendor de sua majestade soberana. Numa tal confusão de idéas só os princípios indestrutíveis do cristianismo podem oferecer á ordem publica um fundamento sólido.

Não se pode conseguir a ordem social e, portanto, nem a paz interna de uma nação sem Cristo, o Principe da paz.

O Brasil acha-se, igualmente, num período de plena reconstrução. Os ideais da revolução violenta ainda não foram atingidos. Continuam os processos de revolução branca ou pacifica para integrar a nação na vida normal de um regime novo.

Mas, a paz social e politica, tão necessária para esse fim, ainda não existe entre nós em toda a sua amplitude. Qual é o direito e o dever de todos os cidadãos nesta situação nacional? Cooperar para a conquista da paz, indicando as bases para a tranquillidade da ordem publica. E, por isso, é necessaria a pacificação dos espiritos, impõe-se a pregação dos ensinamentos de Cristo como fundamento da prosperidade social, e da caridade cristã como vinculo dos corações.

A Igreja não está ligada a determinados sistemas políticos ou formas governamentais; pode tão bem exercer sua missão divina nas democracias como nos regimes monarchicos, tão bem no Estado pluripartidario como no Estado totalitario.

Provas evidentes desta verdade oferece o grande Papa Pio XI. Ele reconhece como legitimas as novas republicas e admite os novos sistemas de governo, introduzidos segundo as exigencias dos tempos, enquanto não repugnarem aos direitos de Deus e da Igreja, e, pairando acima das versatilidades humanas, procura ele e sempre visa o bem das almas, a felicidade dos homens e a gloria de Deus.

5. *O Estado brasileiro*

Na reedificação do Estado brasileiro, nós queremos ser auxiliares sinceros e dedicados. Não queremos limitar-nos a cantar as grandezas dos tempos passados, chorando as misérias do tempo atual. Em vista das ruínas morais que presenciamos, não queremos desanimar ou entoar cantos fúnebres. Mas, levantamos um olhar de esperança ao céu. Queremos ser construtores do novo Estado, para que ele ressurgja transformado, rejuvenescido, vigoroso e nos permita cantar o hino de aléluia pela sua ressurreição social e religiosa.

O Estado partidário, com seus processos antiquados e lutas estéreis, já foi substituído, em vários países, pelo Estado totalitário, ou unipartidário. Neste sistema, o chefe de Estado congrega em suas mãos todos os poderes e aceita todas as responsabilidades do governo. Os cidadãos formam um só partido nacionalista, que acaba com as rivalidades facciosas, expurga a sociedade de elementos deletérios e firma, desta sorte, a estabilidade e segurança do Estado. A estrutura do Estado totalitário, porém, deve alicerçar-se nos preceitos do direito e da justiça, e a sua legislação não pôde ultrapassar os limites da esfera de suas atribuições ou atentar contra a moral cristã.

Quando, no Estado monopartidário assim descrito, o poder governamental é exercido por homens rétos e justos, inspirados no verdadeiro bem comum da nação, a liberdade e a justiça nada terão a sofrer. Quando, porém, o poder onímoto se concentra nas mãos de homens ímpios e déspotas, que proclamam o Estado ou seus próprios caprichos, como fonte única de todo o direito, a nação não gozará dos benefícios da paz, nem de liberdade, nem de justiça, mas se torna vítima de cruel tirania e de aviltante escravidão. Quem quizer exemplos, olhe para a Rússia, a Espanha e o México.

6. *Integralismo politico*

Há, porém, outros países nos quais, em consequencia de circunstancias e condições peculiares, se organizou o Estado totalitario mais ou menos de acordo com os princípios do direito natural e dos ensinamentos cristãos, promovendo, assim, a ordem publica e a prosperidade do povo.

Ora, nós estamos diante de um processo igual com relação á nova estruturação do Estado brasileiro. A ideia do Estado totalitario acha, por toda a parte, maior aceitação. A tendencia está se generalizando. No Brasil, aparecem influenciadas pelo exemplo de outras nações, correntes favoráveis ao Estado totalitario, preconizando o integralismo politico, que, aliás, se pode organizar de uma maneira tal que não seja hostil á religião nem contrario ás leis morais.

Eu pergunto novamente: Qual nesta emergência nacional o dever dos católicos e de todos os bons brasileiros? Terão eles o direito de abster-se de uma colaboração eficaz, dando margem a que a reforma constitucional se precesse segundo a mentalidade perigosa dos extremistas de todos os matizes? Ou deverão eles empenhar seus esforços no sentido de que a nova constituição corresponda, de fato, aos reclamos e ás justas esperanças da nação? A resposta é clara.

A nossa organização estatal deve arraigar-se de tradições históricas, na indole social e religiosa do nosso povo, seja qual fôr o regime politico que a assembléa constituinte elaborar. É esta uma condição essencial, sem a qual o Estado brasileiro nunca estará organicamente vinculado com a nação.

Si a futura constituição não se inspirar nestes princípios, será ela como a couraça de Golías imposta a Davi, dentro da qual a nação não se poderá movimentar, ou será para ela uma túnica de Nessus, que lhe causará constantes e atrozes tormentos.

E neste caso não haverá paz. A verdade é esta, não obstante as impugnações e sofismas dos adversarios da Igreja, que são os inimigos de Cristo.

7. A voz da Historia

Ouvi a voz da historia antiga e contemporânea. As nações que histilizaram a Cristo Nosso Senhor tiveram uma existencia agitada e desapareceram como nomes escritos na areia que os ventos espalham á beira-mar. Na atualidade, testemunham esta verdade os gritos de desespero e de fome que ecoam no interior da Russia bolchevizada, as chamas do fogo que avermelharam os horizontes do Mexico e da Espanha e o sangue rubro que ensopou parte daquelas terras.

Crsito garante a prosperidade da nação, ensinando a observancia do direito, da justiça e da caridade evangelica.

Não teremos a paz nacional sem que voltemos á fonte de aguas vivas e eternas que são os ensinamentos de Cristo. Por isso, diz Santo Hilario: “Bela é a palavra paz, encantadora é a imagem da concordia. Mas, quem não saberá, que sem Cristo não póde haver concordia nem paz”?

8. A paz das classes sociais

Cristo tambem é o pacificador de todas as classes e profissões da sociedade humana. Assim como os diferentes membros do corpo, apesar da diversidade de suas funções, integram a finalidade do organismo total, assim todas as classes e grupos humanos devem unir-se numa aspiração comum, numa tendencia geral, para que se possa conseguir o supremo fim da sociedade, o bem publico. Onde se despreza essa lei social, imperam lutas constantes.

Semelhante fato é notório, também, entre nós pela oposição existente entre a maioria dos que oferecem e dos que aceitam o trabalho. É um problema social que pôde causar a ruína do país, si não tiver em tempo oportuno uma solução equitativa. Por isso, o Sumo Pontífice Pio XI, na sua encíclica *“Quadragesimo Anno”*, traçou as normas reconstrutoras da economia pública dos povos.

O Santo Padre condena o capitalismo absorvente, bem como o socialismo destrutor. A remodelação económica dos nossos tempos exige, antes de tudo, a reforma da mentalidade das classes sociais. É a reforma moral dos costumes.

Essa reforma, porém, não se pôde operar segundo os processos do bolchevismo. O predomínio de uma classe significa a opressão de todas as outras. A Rússia soviética o prova claramente pelos fatos. Em vez do paraíso prometido, preparou o inferno terrestre como todos os seus horrores e desenganos.

Cristo é o advogado do direito de todas as classes sociais, é o pregador dos deveres particulares e públicos. Ele ensina, como norma da vida económica, a justiça e a caridade. E, por isso, na sociedade em que Cristo reina, as dificuldades são vencidas, articulam-se os interesses reciprocos e se coordenam as actividades das classes.

Sómente dessa maneira, se apagará o fogo que ameaça incendiar e reduzir a cinzas a sociedade contemporânea. Cristo é a nossa paz.¹⁰

9. A paz religiosa

Ele também nos oferece a paz confessional. Será possível supor que a religião separe os homens entre si, apesar de ter por fim uní-los com Deus, o Pai comum? Nós, certamente, não queremos hostilizar nossos irmãos que professam crédos diferentes do nosso. A prosperi-

¹⁰ S. João 2, 14.

dade de nossa patria exige a paz religiosa. Por isso, não reprovoo certas medidas de igualdade religiosa tomadas pelo nosso benemerito governo, apesar da prioridade historica da Igreja Catolica, da grande maioria que a professa e de sua indiscutivel legitimidade divina sobre as demais religiões.

Pois, o Estado não tem o direito de impor religião alguma ao povo que ele governa, mas tão pouco lhe é dado tolerar corporações filosoficas e religiosas que professem doutrinas subversivas e contrarias á moral publica e atentatorias da soberania de Deus.

É fato positivo que em nosso país existem diferentes profissões religiosas que o Estado deve tolerar. Qual a attitude dos catolicos neste particular?

Difícil será lançar uma ponte sobre o abismo que medeia entre a Igreja Catolica, fundada e organizada por Cristo, e as seitas cristãs, que têm por base uma organização religiosa segundo o arbítrio e a interpretação de cada um dos seus componentes.

Mas, na escuridão da impossibilidade de reunir todos os homens no mesmo crêdo religioso, brilha, como estrela rutilante, a profecia de Cristo de um só rebanho e de um só pastor, e em opposição a todas as lutas religiosas tão estereis quão irritantes, temos o mandamento de Nosso Senhor: “Nisto conhecerão todos que vós sois meus discípulos, si vos amardes uns aos outros”.

Esse será o nosso caminho: demonstrar os nossos sentimentos catolicos pela pratica da tolerancia cristã e da caridade, que a todos ajuda, sem perguntar si o necessitado reza em Jerusalem ou no monte Garizim.

Com efeito, devemos praticar essa caridade que pensa as feridas e não abre novas; que derrama azeite e vinho nas chagas e não sal ou soda caustica; que leva o ferido á estalagem e paga as despesas e depois discute, si há tempo.

É essa uma ponte em que nos poderemos encontrar com os irreligiosos e acatolicos, tornando-nos émulos da caridade cristã, até que Cristo conceda ao nosso povo a suspirada hora de salvação, em que ele feche os abismos e retire as pontes. Naquela hora haverá um só rebanho e ele será o unico pastor.

Tambem a paz religiosa é a paz de Deus, e não uma paz por graça dos homens. Cristo é a nossa paz.

10. As relações internacionais

Si não póde haver paz sem a tranquilidade da ordem, exige a paz internacional a normalisação das relações dos diferentes povos entre si. Mas, o fundamento desta ordem não póde consistir unicamente de palavras e concessões humanas e sim deve ter por base inabalável o direito natural que o cristianismo ensina. Cristo, Rei e Senhor dos povos, disse: “Amai-vos uns aos outros” e esta palavra não se refere só aos individuos mas tambem se estende ás nações.

Si antigamente se dizia: “Si queres a paz, prepara a guerra”, hoje é forçoso admitir o imperativo: “Si queres a paz, prepara a paz pela concordia”.

As relações diplomaticas internacionais, os calculos politicos e os sofismas humanos variam e mudam como as fases da lua e como as ondas do mar. Uma paz verdadeira, entre os povos, não se póde alcançar sem Cristo, porque sua lei moral deve servir de norma á justiça internacional. Não póde haver paz constante, quando não se reconhece a autoridade da Igreja que, sempre e por toda a parte, ensina que o poder do direito é superior ao direito do poder, ou quando são desprezados os preceitos de Deus: Não furtarás, não matarás!

Não haverá paz duradoura quando não se respeita nas relações internacionais o mandamento divino do amor do proximo. É porque foi esquecida esta doutrina, as nações se odeiam e se perseguem. De um lado das fronteiras ouvimos bençãos, e, do outro, maldições, e o que deste lado é motivo de tristeza e de lamentos, do lado de lá é motivo de júbilo e de hinos triunfais.

Este fáto, não sómente, se observa entre os povos da Europa, mas também entre as nações sul-americanas. Sómente a orientação cristã tem força para enterrar os sentimentos de odio, de vingança e de intimizade e construir a verdadeira paz entre as nações. E, por isto, é tão importante a ação da Igreja nos dias que correm, por ser ela uma grande potencia da paz universal, pelo seu poder social e religioso.

11. Comunicação da paz

A Igreja constrói a paz no interior do coração, a paz que o mundo não póde dar nem tirar, a paz que, segundo a palavra de Cristo “Minha paz eu vos dou”, é um dom de Deus.¹¹ Essa paz transborda das almas individuais para as famílias, das famílias para todas as classes e camadas sociais e dali para o Estado e para as nações do universo.

Diz Santo Agostinho: “Tu, ó Igreja, confraternizas os homens e povo por povo, apontando-lhes sua origem comum dos mesmos pais”. Um Deus para todos os povos. Não como nos tempos pagãos, em que os deuses nacionais acompanhavam o exercito para a guerra e que, nos revezes bélicos e nas derrotas dos guerreiros, perdiam os seus tronos divinos. Um Deus e um Salvador! Uma cruz e um sacrifício eucarístico! Uma comunidade dos redimidos e um destino na peregrinação terrena.

¹¹ S. João, 10, 16; 13,35.

Sem Cristo, não obstante as conferencias sobre desarmamento e a corte suprema de justiça internacional, nenhum resultado permanente se conseguirá.

12. O Papado e a Eucaristia

Neste congresso, eu vejo duas colunas principais da concepção católica de mundo, o Sumo Pontificado e a Sagrada Eucaristia. O Papado nos ensina como pensamento fundamental a necessidade de uma autoridade que conserve e proteja o tesouro doutrinal da revelação, a necessidade de um poder supremo que pronuncie uma sentença definitiva, na confusão de opiniões e interpretações humanas. E, além disso, nos repete que sem obediência aos legítimos poderes públicos, não pôde prosperar nem existir a sociedade politicamente organizada.

A Eucaristia nos revela o seguinte pensamento basilar: Nosso Salvador e Redentor encontrou no seu amor infinito o misterio de perpetuar sua presença entre os homens pelo sacramento do Altar e lhes servir de alimento. Cristo antes de instituir a Sagrada Eucaristia pediu ao Pai celeste que concedesse união e paz aos fieis e aos homens em geral.

O Santo Padre quis estar no meio de nós por intermedio de seu legado apostólico, na insigne pessoa de sua eminência reverendíssima o sr. Cardial Dom Leme, em torno do qual se reúne o episcopado brasileiro e se acham numerosos peregrinos que representam a população católica do país. Eles adoram o Salvador do mundo, realmente presente sob as espécies eucarísticas, e cantam-lhe hinos de amor, e ao mesmo tempo lhe suplicam a união e a pacificação da nossa terra e da nossa gente.

13. A Paz da Família Brasileira

É essa uma graça, quiçá a maior e a mais necessaria que devemos pedir a Nosso Senhor no atual Congresso Eucarístico. Haverá dificuldades invencíveis para conquistar esse ideal? Não! O governo não se negará á pacificação da família brasileira. Mas, tambem da parte dos súditos é preciso que haja bôa vontade. Em cada nação, como diz Santo Tomaz, é necessario um governante, que cuide dos interesses publicos e do bem geral, sem o que reinará a desordem.

Ora, em certas situações sociais não sómente os governantes têm o direito, mas ainda lhes corre o dever de empregar meios coercitivos para cohibir insurreições, evitar derramamento de sangue e impedir desordens, afim de garantir a marcha normal da vida social e proteger os interesses coletivos da nação.

No atual momento historico é preciso fazer justiça ao governo, porquanto ele procura a concordia, a paz, a prosperidade do nosso povo. Ele fará concessões oportunas e convenientes.

Eis, porque todos aqueles que se julgam vitimas da revolução de trinta e das contrarrevoluções subsequentes, deponham seus sentimentos de rancor e vingança, procurando conseguir, por meios pacíficos, o que por justiça lhes compete. Pois, as tentativas de insurreição perturbam a tranquilidade publica e prejudicam tanto os seus promotores como aqueles que são atingidos. Por isso, o governo, tendo em vista o bem geral da nação, deve impedí-las.

A paz da familia brasileira é de absoluta necessidade. Peçamos a Cristo eucarístico que inspire e oriente governantes e governados, afim de que possamos obter esse grande beneficio nacional para felicidade do nosso povo e grandeza da nossa patria.

14. Oração oficial

Os povos e os individuos dependem de Deus, a quem devem tributar homenagem. A oração official de uma nação é o reconhecimento publico da soberania suprema de Deus. Ora, para confusão nossa, estamos obrigados a confessar que o Brasil como nação, como Estado, não reza. Nações hereticas e cismaticas, neste particular, nos levam a palva e nos oferecem lições altamente significativas.

Verdade é que o nosso episcopado e o clero rezam diante do Santissimo exposto pelo chefe da nação e dos estados e pela prosperidade da terra de Santa Cruz. Mas, o Brasil official, o Estado brasileiro, durante quarenta anos, não cumpriu esse dever. Os inglezes e os americanos rezam oficialmente como nações politicamente organizadas. Torna-se, pois, necessario que cada brasileiro repare as omissões do Estado. Numa perfeita democracia em que todos somos um, em certo sentido, soberanos, urge repararmos com orações em comum a apostasia do poder estatal e das instituições publicas.

15. Situação nacional

O Brasil, actualmente, é semelhante a um navio majestoso, mas batido de mil correntes contrarias e de mil tempestades furiosas, a singrar por entre traiçoeiros cadhopos e escolhos. O Estado brasileiro ainda não tem uma rota constitucional a eguir. Apenas existem anteprojetos e a barca da nação navega á mercê do alto criterio e da boa vontade de patriótico e destemido piloto. Correntes extremistas anticristãs, anticatolicas e antipatrioticas surgem aqui e acolá, para imprimir á futura constituição uma feição contraria ás legitimas aspirações nacionais.

Oremos, para que não se apoderem do governo do Estado brasileiro homens que digam: “O Estado somos nós”, e martirizem a nação, como succede nos povos cujos governos apostataram de Deus.

Sejam os pilotos da nação não sómente iluminados pelo brilho da autoridade, mas caracterizem eles e pautem também seus atos pelos imperativos da sabedoria e justiça dos preceitos cristãos. Si o Senhor não defender a nau do Estado, inutilmente vigiarão os seus timoneiros.

A barca do Brasil, na hora presente, balança, irrequieta, sobre o dorso de vagas tempestuosas e ameaçadoras. Porém, Cristo amigo do nosso povo e protetor da nação acha-se a bordo.

Sim, ele está em centenas de milhares de igrejas no Santíssimo Sacramento, agora exposto solenemente na igreja catedral, onde recebe deste Congresso Eucarístico as mais sinceras homenagens. Entretanto, Jesus parece adormecido! Permitirá que a nação naufrague ou seja presa de piratas? Ó não! Digamos, como outrora os apóstolos no mar de Tiberíades: “Domine, salva nos, perimus, Senhor, salvai-nos, porque perecemos”!

16. O Padre Antonio Vieira

Ergamos nossa voz ainda mais alto do que o grande padre Antonio Vieira o fez em 1640 na igreja de Nossa Senhora da Ajuda:

“Exsurge, quare obdormis, Domine! Exsurge et ne repellas in finem. Quare faciem tuam avertis, oblivisceris inopiae nostrae et tribulationis nostrae? Exsurge, Domine, adjuva nos et redime nos propter nomen tuum!”

“Levantai-vos, porque dormis, Senhor! Levantai-vos e não nos desampareis para sempre. Porque apartais o vosso rosto e vos esqueceis da nossa miséria e da nossa tribulação? Levantai-vos, Senhor, e ajudai-nos e salvai-nos por amor de vosso nome”.¹²

Não permitais, Senhor, que a nação fundada sob os auspícios de

¹² S. João 14, 27.

vossa Santa Cruz e protegida pela constelação do cruzeiro, seja entregue oficialmente aos inimigos do vosso nome.

Não permitais que o povo brasileiro, que tanto vos ama, seja vítima dum aparelho estatal organizado segundo a mentalidade errônea de um punhado de homens que guerreiam a vossa doutrina e vossos preceitos.

Não permitais, Senhor, que a nação, como navio em meio de tormentas continuas, se desarvore e periclite. Exsurge, quare obdormis, Domine!

Levantai-vos e acalmai as tempestades. Mostrai á futura Constituinte o rumo que deve seguir. Inspirai-lhe animo, fortaleza e energia sobrenatural. Exsurge, Domine, adjuva nos, et redimenos propter nomen tuum!

Levantai-vos, Senhor, e abençoai o Brasil como outróra o fizestes na Sagrada Hostia que Frei Henrique de Coimbra levantou ao céu, na primeira missa celebrada em terras brasileiras.

Domine, adjuva nos. Ajudai-nos, Senhor!

E a tempestade ha de serenar. O novo Estado brasileiro, qual navio airoso a sulcar mares bonançosos e placidos, será feliz. Nossa patria circundada pelos esplendores do íris da paz será prospera e brilhará no concerto das nações como astro de primeira grandeza, na formosura da paz.

Disse.

DISCURSO¹³

proferido pelo Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, por ocasião da chegada do Exmo. Sr. Presidente da Republica, Dr. Getulio Vargas, a esta capital, no dia 23 de Novembro do ano p. passado

Exmo. sr. dr. Getulio Vargas – D.D. presidente da Republica. No desempenho de honrosa delegação, apresento a v. exa. os cumprimentos e as boas vindas do patriótico governo do Estado e municipio, das distintas autoridades civis e militares, da garbosa população de Porto Alegre, e do Rio Grande do Sul, sem diferença de classes, associando a esta manifestação de apreço minhas homenagens pessoais e as de todo o clero. Outrosim dirijo respeitosas saudações á sua dignissima familia e comitiva.

Nosso contentamento cresce e se avoluma, quando consideramos que v. exa. alía ao carater de egregio presidente da Republica a qualidade de rio-grandense ilustre e amigo dedicado ao nosso povo.

Seja bemvindo, justamente na época em que a natureza desdobra suas galas primaveris, como simbolo auspicioso da primavera da paz

¹³ Fonte: UNITAS. Discurso. Unitas, Vol. 01 a 05, 1935, p. 50-56.

social que aflora e reina em todo o territorio rio-grandense, baseada na ordem publica, na justiça e na fraternidade. Bemvindo, na prospera capital do Rio Grande e nos queridos pagos gaúchos!

Após quatro anos, v. excia. visita esta cidade, onde cultivou as sciencias nas escolas superiores. Aqui iniciou sua vida parlamentar na assembléa de representantes. Depois, foi deputado ao Congresso Nacional e ministro do Estado. Mas, logo voltou para assumir a presidencia do Rio Grande do Sul. Passado algum tempo, v. exa. na arrancada heroica de outubro de 1930, chefiou as forças armadas, ao lado do destemido e benemerito general Flores da Cunha, que preferiu a palavra historica: “Desta viajada volta-se com honra ou não se volta mais.”

V. exa, regressa hoje com honra e volta triunfante. Mas, sua entrada triunfal nesta cidade não é semelhante ao regresso dos vencedores romanos, que, em marcha ao Capitolio, levavam diante de si como troféos de guerra, reis cativos e escravos algemados, enquanto os descendentes de Romulo e Remo deliravam de entusiasmo, conduzindo os triunfais coroados pelos arcos de triunfo, que, ainda atualmente, são objéto de admiração na cidade eterna.

V. Exa., volta triunfante a esta cidade. Sua fronte é cingida do diadema fulgente de merecimentos indiscutíveis. Seus troféos são louros virentes de estima, de amizade e de paz. Passa V. Exa. por entre arcos monumentais de triunfo, não construidos de materiais frios e mortos, mas formados dessas pedras preciosas e vivas que são os corações magnanimos e amigos do povo riograndense, que aplaude o seu nome e vitória o seu regresso.

V. Exa. se dirige á fronteira gloriosa, cujos habitantes em peito de aço sentem pulsar um coração de ouro; peito de aço, que tantas vezes se transformou em escudo na defesa do solo patrio, e coração de ouro sempre pronto a iniciativas generosas e patrioticas.

V. Ex. vae em visita aos seus dignos progenitores, pois o brilho da suprema magistratura do paiz não póde obliterar nem diminuir o seu amor filial. A alegria dos autores de sua vida será intensa, visto que a gloria do filho constitue a honra dos seus pais.

Com este gesto V. Exa. dá um belo exemplo e ensina aos contemporaneos o respeito devido á autoridade paterna, em obediencia ao mandamento divino: Honrarás pai e mãe. Pois, a autoridade paterna é a pedra angular da autoridade publica, sendo, como é, a sociedade domestica e celula mater da sociedade civil.

De fâto, como os filhos devem, por disposição da ordem natural estabelecida por Deus, prestar acatamento a seus progenitores, assim os subditos são obrigados, igualmente a obedecer aos legitimos depositarios do poder publico.

V. Ex. merece os aplausos não sómente dos seus coestadoanos, mas de todos os brasileiros, porquanto tem prestado á Nação os mais relevantes serviços.

Já no inicio da nova Republica, V. Exa. dirigiu, como timoneiro perspicaz e providencial, a náó, quasi desarvorada do Estado brasileiro, atravez de ondas agitadas e recifes dolosos, com grande felicidade, ao porto da bonança. E quando mais furiosa se levantava a procela, V. Exa. com maior atenção e tranquilidade de espirito, examinava os horizontes anuviados, concertando os meios para conjurar os perigos iminentes.

Serenada a tempestade, que ameaçava convulsionar o paiz inteiro, V. Exa. consagrou seu talento, seu esforço e todas as suas energias á reconstrução financeira, economica, moral e politica da Nação.

Si nem todos os nossos concidadãos desde logo, compreendiam as providencias tomadas para realizar esse trabalho titanico, agora ninguem lhes regateia encomios em face dos magnificos resultados conseguidos.

Si o alcance não se percebia imediatamente, o acerto desfazia as duvidas e as censuras.

Salientam e proclamam a alta benemerencia do seu governo, sr. presidente da Republica, a melhoria das finanças e da economia publica, a proteção dispensada ás instituições, ás necessidades e aos interesses vitais do povo brasileiro.

Para conseguir esse fim, v. exa. não poupou esforços. E tendo em vista o bem geral, celebrou acordos ou tratados honrosos de carater comercial, economico e politico com varios governos estrangeiros.

As relações diplomaticas, que v. ex. mantem com as outras nações e com o Vaticano, honram sobremaneira o seu governo, assim como merecem louvores gerais a attitude briosa e desassombrada que assumiu perante a Liga das Nações, quando se tratava do prestigio de nossa Patria.

Na reforma das leis sociais v. exa. não se esqueceu do operariado brasileiro, propulsor denodado do nosso progresso e da prosperidade economica do paiz. Eis porque tambem, nesta hora, as mãos calejadas dos prestimosos operarios de Porto Alegre batem estrepitosas palmas á chegada de v. exa., seu pródigo e vigilante protetor.

O Brasil tem um sentimento acentuado de sua unidade nacional, não obstante a ameaça de crises dissolventes e dos trabalhos subversivos de elementos extremistas.

Mas em que consiste esta unidade? O Brasil, como Nação, é comparavel ao homem individual, cuja unidade se funda num principio intrinseco e espiritual. De modo semelhante é ao cristianismo que o Brasil deve a formação da indole e do carater do seu povo, além da consciencia de sua personalidade, do seu espirito creador e da ansia de progredir e prosperar. A unidade de do Brasil tem por fundamento as leis de Deus e a doutrina de Cristo.

Pois, o cristianismo universal possui essa propriedade de imprimir aos povos as diferentes formas de cultura, do pensamento e da vida, fundando por toda a parte o reino da ordem e da razão.

Ora, v. exa., em memorável discurso, afirmou a mesma verdade, dizendo:

“Quem percorrer as páginas da fundação das nossas grandes cidades, o desenvolvimento da instrução e a origem e a evolução das nossas liberdades e das nossas instituições sociais, encontraria em todas elas a eficiente, perseverante e benemerita ação da Igreja.

Desta ação imprescindível continua sempre o Brasil a esperar o concurso inestimável para a construção do seu porvir.

E’ sobre a sólida formação cristã das consciências e é sobre a conservação e defesa dos mais altos valores espirituais de um povo, que repousam as garantias mais seguras da sua estrutura social e a esperança mais fundada da grandeza, da estabilidade e do desenvolvimento das suas instituições.”

V. Exa., estadista clarividente e conhecedor das realidades brasileiras, segue a orientação de conspícuos chefes de Estado e de governos, como sejam o general Augustin P. Justo, presidente da República Argentina, o presidente Miklas da Austria e o genio administrador de Benito Mussolini, afim de garantir á Nação um futuro prospero e feliz.

V. Exa., como supremo magistrado da Nação, reconhece que a solução de continuidade das tradições religiosas e sociais do nosso povo, dos costumes que se alicerçam na gloria do nosso passado, seria desastrosa, seria fatal para o futuro da nacionalidade. Pois a sociedade, que rompe os vinculos sagrados que a prendem a instituições fundamentais, é como um planeta que passa as raias de sua orbita destruindo, no seu percurso, tudo o que encontra, e se esfacela a si proprio.

A crise universal, que a humanidade atravessa, é em ultima análise profundamente espiritual.

Essa crise formidável, esse desequilíbrio das instituições humanas, não é o produto de geração espontânea, é porém o efeito de causas que estendem suas raízes por diversos departamentos da vida atual e penetra nas largas camadas sociais.

O ensino publico, em muitos paizes, perdera sua alta finalidade superior.

E por ser o ateismo fonte do comunismo vermelho e do bolchevismo russo, verificou-se de novo o prologo: Quem semeia ventos, colhe tempestades.

Porém, tempestades desencadeadas não param, mas avançam, devastam, destróem, aniquilam.

Videant consules, tambem em nossa Patria.

Por esse motivo a applicação das medidas, que V. Exa. ordenou para reprimir as tentativas extremistas, é urgente e de absoluta necessidade, visto tratar-se da defesa do proprio Estado e dos interesses coletivos da população.

O humanismo paganisante considerou o homem como centro de todas as atividades e aspirações, colocando-o numa esfera independente de qualquer ordem superior.

Modificou, assim, a visão, a concepção do mundo.

Inventou um novo sistema de moral, de acôrdo com os pendores e aspirações do homem alheio á influencia sobrenatural, e subtraído ás leis morais e divinas. A noção do homem integral, quanto a sua natureza e destino, foi obscurecida ou rejeitada. Os valores morais foram desconhecidos ou menosprezados. A ordem geral, estabelecida pelo creador, foi substituida pelo individualismo desconcertante e o liberalismo filosofico e economico.

Por isso diz, com razão, um dos mais eminentes auxiliares de v. exa., o dr. Osvaldo Aranha, que o drama mundial, que se está desenrolando aos nossos olhos, que nós estamos vivendo, atravez das noticias

diarias, é qualquer cousa de infernal. Assistimos todos, declara nosso considerado embaixador em Washington, assistimos não a uma simples crise economica, mais ou menos extensa, mas a uma reviravolta da historia, a uma mutação mundial.

Todos estes fatores produziram o desequilíbrio, a desarticulação dos movimentos do mecanismo universal, que se torna semelhante a uma maquina perturbada no funcionamento por um acidente verificado na engrenagem.

E' por isso que v. exa., convencido como está de ser a Igreja a maior força moral do mundo contemporaneo, muito espera do seu concurso para o engrandecimento da Nação.

V. exa., desde o inicio de seu governo, tem promovido a prosperidade publica, objetivo precipuo do poder temporal. Por isso mereceu o seguinte louvor, expressão exata da verdade, quando foi lançada a sua candidatura á presidencia constitucional: "A longanimidade do seu espirito, mais inclinado á indulgencia, á moderação e á bondade do que aos atos de violencia, deu ao governo ditatorial, sob que temos vivido estes anos, aspétos inéditos de suavidade e brandura, desconhecidos até nos regimes normais constitucionais".

V. exa. não se tem esquecido de nenhum ramo da vida nacional, procurando sempre fortificar e defender as instituições e a estabilidade do Estado contra as ideologias extranhas ao nosso meio e contrarias á solução brasileira dos problemas do Brasil.

As correntes anarquicas que visam a subversão das nossas instituições seculares, e as tendencias extremistas, que pretendem destruir o nosso sistema estatal e substitui-lo pelo regime do comunismo, não acham guarida no governo de v. exa. Pois, reconhece perfeitamente que o dominio do pavilhão vermelho em nossa Patria seria desgraça indizível para o paiz e o maior perigo para a nacionalidade.

V. exa. não ignora que o bolchevismo é semelhante ao fogo. Como este velozmente e com profusão de materias se estende por mil partes, assim aquele se alastra por todas as categorias sociais. Porém, quanto mais um e outro parecem brilhar, tanto mais se consomem. Si agora resplandecendo muito, ostentam pompas de luzes, logo abatidos de forças, se tornam miseraveis cinzas e serão o desprezo daqueles mesmos que lhes admiram os esplendores.

V. exa. tem sido e continuará a ser o defensor do Brasil, para que, em meio desse cataclismo de idéas funestas, desse naufragio, como disse alguém, de nações e de povos, que presenciamos surpresos e amargurados, nossa Patria seja sempre uma idéa nova, um povo que avança, uma aza que ascende, uma alvorada que se torna sol, uma esperança fagueira, uma gloria do mundo.

V. exa. é credor dos aplausos e da gratidão de todos os brasileiros. Apesar de não lhe ter sido possivel solucionar sempre, em dois tempos, os problemas complexos, em situações as mais dificeis, sua attitude serena e calma triunfou dos obices e embaraços.

Como prova do seu acrisolado patriotismo, V. exa. poz ao serviço da Nação o cabelal dos seus extraordinarios dotes e qualidades notaveis. Os predicaos que exornam a pessoa de V. Exa. nos lembram o valor militar de Caxias e de Osorio, o fino tato diplomatico de Nabuco e de Rio Branco, a habilidade politica de Silveira Martins e de Pinheiro Machado, a ciencia estatal de José Bonifacio e de Julio de Castilhos.

Salve, pois, egregio chefe da Nação, salve! Esta saudação repetem, com jubilo, as cidades e as aldeias, os palacios e os ranchos, as montanhas e a cachoeiras; salve, redizem as coxilhas e as canhadas, as flores dos jardins e os pinheiros da serra; salve, exclama todo o povo do Rio Grande do Sul; salve o inclito presidente da Republica, Doutor Getulio Vargas, salve!

Disse.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO 1. CONGRESSO DOS CIRCULOS OPERARIOS DO RIO GRANDE DO SUL¹⁴

Convidado para presidir á sessão final do Congresso Operario Riograndense, tenho o prazer de apresentar a todos os que compareceram a este importante conclave, meus efusivos cumprimentos e congratulações sinceras pelo exito feliz dos trabalhos realizados. Foram dias de ocupações arduas e constantes, dias que contribuíram, eficazmente, para que os dignos representantes do operariado do Rio Grande do Sul tivessem uma grata oportunidade de trocarem idéas relativas aos seus interesses profissionais e de estreitarem laços de real amizade.

Pelas conclusões congressionais verificamos que foram estudados assuntos da maior relevancia social e podemos estar certos de que grandes beneficios daí provirão ás classes tanto dos empregadores como dos operarios em geral.

Tive a sorte de apreciar varios discursos, repassados de sentimentos cristãos, proferidos por eloquentes operarios. Ressoaram aos meus ouvidos quais hinos magnificos ao trabalho e á patria.

¹⁴ Fonte: UNITAS. Discurso de Encerramento do 1. Congresso dos Circulos Operarios do Rio Grande do Sul. Unitas, Vol. 11 e 12. 1935, p. 487-490.

O mundo moderno, para solucionar os problemas mais empolgantes de sua vida, acha-se diante de um dilema: cristianismo ou bolchevismo. Outro caminho não ha para escolher. O bolchevismo não sómente quer dominar nas republicas sovieticas da Russia, mas prefende estender seu dominio a todas as nações do mundo civilizado.

O Estado, cuja finalidade deve consistir em procurar o bem comum da sociedade civil, transforma-se, na pratica comunista, em tirania e despotismo cruel, que priva os cidadãos dos seus direitos naturais. O Estado é tudo; o individuo nele desaparece como elemento insignificante; é peça qualquer na grande maquina do regime sovietico. A familia não existe. Quereis ouvir a palavra de Dionisio Napal? Ele nos apresenta o seguinte quadro: Como na antiguidade, pratica-se a dominação discrecionista de uma classe sobre as demais, com este doloroso resultado para a maioria: trabalho servil obrigatorio, inexistencia de habitações, infancia abandonada, arraçoamento de viveres, falta de roupa, estrangulamento da liberdade, exercito ao serviço do despotismo, policia que fiscaliza e castiga as intenções mais secretas, prisões com inauditas crueldades, fuzilamentos periodicos, lares que se precipitam, auge da delinquencia, perseguição aos que crêm em Deus, no ideal e na liberdade.

Si o progresso, a mais alta aspiração da união sovietica, se fundamenta no alcance de uma enorme produção agricola e industria, explorando multidões de escravos, nas cidades e nos campos, afim de competir com os capitais estrangeiros e levar a cabo a ofensiva vermelha para incendiar a revolução mundial: que persistam os comunistas russos no desenvolvimento do seu sinistro programa.

Porém, si a vida de um povo não consiste em igualar os seus habitantes com os presidiarios; si a cultura e dignidade não se graduam com o numero de toneladas que mandam aos mercados; si, ao contrario, seu valor descança na paz, na liberdade, na justiça, no bemestar e

na honra dos lares e na educação dos filhos: não reconheçam os bolchevistas ante o mundo, que sua ditadura é o fracasso mais dramático e gigantesco que hajam presenciado os séculos.

É este o caminho que o bolchevismo pretende abrir ao Brasil. Mas, senhores, será possível que nossos operários e camponeses queiram ser condenados à sorte de verdadeiros escravos? Será admissível que o Estado brasileiro, arquitetado por uma constituição liberal, de regime democrático e republicano, possa transformar-se em tirano e despota? Quem poderá supor que nosso brilhante exército, tão cheio de glórias, possa um dia representar a missão aviltante da tcheca vermelha? Seria possível que nossa imprensa, que tem sido um valioso fator de cultura e da prosperidade nacional, encampe as idéias soviéticas e sirva de instrumento para reduzir o povo brasileiro à miserável condição de escravos sem direito e sem dignidade? Não! Isto seria um crime de lesa-pátria, um clamoroso delito contra a nação.

Resta, pois, seguir o caminho tradicional que o cristianismo nos traça. As dificuldades com que luta a nação, podem ser solucionadas, facilmente, com a cooperação de todos os bons brasileiros. O regime estadual que adotamos, é a forma de governo mais consentânea com a índole e as tradições do nosso povo. As lacunas que, acaso, ainda ocorram na constituição federal, podem ser preenchidas por dispositivos legais que atendem às exigências do bem comum. A tentativa soviética de substituir o nosso sistema democrático atual, seria o maior desastre para o Brasil, seria uma autofagia nacional. Os poderes públicos reconhecem esta verdade inofismável.

Sirva-nos de exemplo, neste particular, a Itália fascista. O grande duce Mussolini, numa circular dirigida, há pouco, a todos os diretores escolares, recomendou com as seguintes palavras a introdução do Novo Testamento nos estabelecimentos de ensino: todos os professores e mestres de escola devem explicar esse precioso livro às

crianças e cuidar que elas decórem as passagens mais formosas. E' o mais importante de todos os livros, o mais necessario de todos os livros, porque é divino. O governo nacional deseja reconquistar, dessa maneira, as crianças e, por meio delas, a alma do povo italiano, afim de que ele trilhe o caminho seguro que conduzirá a patria á sua verdadeira grandeza.

Nós consideramos o ensino religioso facultativo em nossas escolas como uma garantia da prosperidade da nossa patria. E nutrimos a firme esperança de que a articulação tecnica da instrução publica não venha a prejudicar essa louvavel conquista, que o povo brasileiro conseguiu com tanto trabalho, pela dedicação dos seus legitimos representantes no congresso constituinte.

A chave do problema social, não sómente quanto aos operarios, mas tambem com referencia aos que dão trabalho, achamos nos ensinamentos da Igreja. Os Papas Leão XIII e Pio XI nos oferecem a verdadeira solução cristã. Vem a proposito uma declaração de um dos mais poderosos industriais americanos. Mister Hide, presidente de um grande consorcio industrial, disse, ha pouco, festejando seu 87.º aniversario natalicio: Como chefe de uma poderosa organização economica, convenci-me, sempre mais, de que, na difficil situação social de hoje, se deveriam espalhar, mais do que nunca, os ensinamentos de Cristo. Si estes ensinamentos, por exemplo, o sermão da montanha, fossem, só em parte, aceitos pelos homens do poder e praticados na vida quotidiana, todas as necessidades do mundo desapareceriam dentro de pouco. A doutrina de Jesus Cristo oferece solução a todos os problemas e é o que experimentei na minha vida. Isto eu creio e procurei agir de acordo com esta verdade.

Os nossos benemeritos governos, federal e estadual, reconhecem que o unico caminho a seguir neste tormentoso periodo da vida nacional no-lo apresentam as normas cristãs que elevaram o Brasil ao

alto conceito de que gosa no concerto das nações. E por isso, também a organização do operariado nacional lhes merece todo o carinho e interesse.

Sejamos, portanto, defensores dos maiores bens da nação, os quais consistem na tranquilidade social, na ordem publica, na fraternidade brasileira. Amparemos a legitima autoridade, concretisada no supremo magistrado da nação, da mesma maneira respeitemos o egregio governador do nosso Estado. Ambos não sómente por serem ilustres filhos do nosso Estado, mas, principalmente, por sua alta benemerencia, merecem nossa devotada e profunda consideração.

Nós queremos, sinceramente, a paz e a felicidade da nossa gloriosa e estremecida patria. Mas, para que esses dons beneficos se tornem uma feliz realidade, é preciso que Cristo reine em todo o Brasil. Sejamos, portanto, soldados de Cristo e seremos os vanguardeiros da grandeza da terra de Santa Cruz. Cristo, nosso rei, salvará o Brasil.

DISCURSO¹⁵

proferido pelo exmo. sr. arcebispo metropolitano por ocasião da missa campal promovida pela colonia italiana no dia 8 de novembro de 1936

A presente solenidade reveste-se dum esplendido caráter religioso e patriótico. Pois, esta santa missa ofereceu-se em sufragio daqueles que tombaram no campo de batalha, derramando seu rubro sangue pela Italia, sua gloriosa patria. Cumprimos desta sorte o aviso da Sagrada Escritura que diz: E' bom e salutar fazer preces pelos defuntos, para que sejam absolvidos dos seus pecados.

A nebre colonia italiana de Porto Alegre não se esquece da religião, nem da patria longinqua, sabendo, perfeitamente, conciliar os sentimentos de catolicidade e de italianidade. Ela cultúa os mesmos sentimentos religiosos e nutre as mesmas aspirações patrióticas de sua gloriosa nação que olha orgulhosa para o seu passado, contempla altiva o presente e caminha confiante para o futuro.

¹⁵ Fonte: UNITAS. Seção doutrinária - Discurso. Unitas, Vol. 11 e 12, 08 nov. 1936, p. 526-531.

A Italia pôde sempre ufanar-se de sua religiosidade e patriotismo. Que foi a religião na antiguidade para o povo italiano? A historia no-lo diz! Na aurora do cristianismo a historia do povo italiano se identifica com a historia da Igreja catolica. Os martires da antiguidade cristã pertenciam, na maior parte, ao povo italiano.

Costuma-se qualificar a idade media como um tempo de superstições e de tutela espiritual. Mas, isto é uma injustiça. O sentido e a significação da vida religiosa na Italia medieval reconhecemos facilmente, quando consideramos as figuras empolgantes de Francisco de Assis, de Tomás de Aquino, de S. Boaventura e de Dante. Eles nos apresentam os traços característicos daquele tempo e demonstram como todos aqueles movimentos e suas obras radicam no cristianismo.

Muitos consideram o renascimento como uma fase historica em que o ceticismo abafasse todo o sentimento religioso. Estudos recentes, porém, ensinam que esse aspecto é pelo menos duvidoso. Quando muito, pôde-se falar em duas diferentes tendencias espirituais daquela época. Certo é, em todo o caso, que poucas épocas houve em que a vida religiosa se tivesse desenvolvido com tanta força e intensidade como no periodo do renascimento italiano. O tempo moderno tem um carater especial que se deve estudar, tanto nos acontecimentos como nos homens, quando se quer compreender a Italia de hoje.

Para a Italia é o seculo XIX uma fase historica de lutas espirituais e de aperfeiçoamento. Emquanto a Italia parecia receber seus sistemas filosoficos e doutrinas politicas simplesmente do estrangeiro, ela preparava, devagar mas constantemente, uma vida nova que, depois, no fim daquele seculo, apareceu pujante e expansiva.

A crise era tão profunda que em determinada época, principalmente nos ultimos decenios, se podia supôr que o povo italiano estivesse resolvido a regeitar o seu passado e renegar a sua fé religiosa. Neste ponto é tipica a attitude de Artigó na Italia superior, de Espa-

vanta e De Sanctis na Italia inferior. A evolução por que passou a vida espiritual da Italia, conduziu-a de um positivismo antireligioso e materialista, a um idealismo capaz de destruir as ultimas fontes da vida religiosa.. Na poesia basta indicar dois nomes: Carducci e D'Annunzi. Além disso, desde a abertura da brecha na Porta Pia, estava a vida politica da Italia em conflito constante com o Vaticano e as justas pretensões da Igreja.

E contudo, todos estes fenomenos eram epidermicos e superficiais, porque estavam em contradição evidente com as verdadeiras tradições da Italia. O positivismo lhe veio da França, e o evolucionismo da Inglaterra e o idealismo da Alemanha. O conflito entre a religião e a patria era puramente externo e não afetava estes dois ideais que continuavam a viver intimamente no espirito do povo. Pois, os germes da vida religiosa não pouderam ser extintos ou abafados. Os conductores espirituais da Italia continuavam a doutrinar os ensinamentos do seu grandioso passado: na filosofia: Santo Tomás e São Boaventura; na poesia: Dante e Manzoni; nas belas artes: os genios catolicos da renascença, desde o beato Angelico a Miguelangelo.

Portanto, as desavenças do seculo dezenove ou ottocento italiano devem, em ultima analise, attribuir-se a esse conflito interior, provocado na alma italiana pela influencia de doutrinas alienigenas, vindas, principalmente do norte. Essa intervenção intelectual procurava, por algum tempo, dominar completamente os espiritos e envolvê-los numa imitação servil do estrangeiro. A vitoria eventual desse movimento teria significado o desaparecimento dos verdadeiros e mais preciosos bens culturais da nação. Felizmente, não se chegou a este ponto. A Italia venceu a crise em beneficio proprio e, simultaneamente, das outras nações. Por isso, hoje, de novo, está em condições de transmitir ao mundo os valores eternos de sua cultura tradicional.

Como operou-se essa mudança admirável na vida da Italia moderna? Antes de procurar os motivos, esclareçamos a singularidade desta transformação. Hoje a Italia apresenta aos forasteiros uma fisionomia nova, radiante na luz de sua nova beleza. Esta fisionomia manifesta os seguintes sinais característicos: a consciência de sua vocação histórica que, hoje está viva em todas as camadas do povo italiano; a consciência de sua grandeza, de sua vitalidade e da força creadora de seu proprio passado cultural; o espirito de sacrificio que anima todos os preclaros filhos da Italia e os dispõe a servir a sua patria com dedicação e risco da propria vida; e, em fim, a união espiritual do povo.

O visitante estrangeiro que viaja pela Italia hodierna, tem ocasião de admirar a disciplina, o espirito de ordem, a alegria de trabalhar dos seus habitantes. Os campos são cuidadosamente cultivados. Nas fabricas ouve-se o ruido das maquinas, nas oficinas o trabalho do profissional não cessa. Os forasteiros não podem conter sua admiração, reconhecendo a grande reforma operada nestes ultimos anos.

O rejuvenecimento da Italia tem sua origem na guerra mundial. Nas trincheiras despertou no povo italiano a consciência de sua unidade nacional e de sua sorte comum. O bolchevismo, por um momento, tentou aniquilar as vantagens eticas da guerra, mas o movimento fascista salvou o povo italiano do abismo de perversidades. Na mesma ocasião, com os outros valores espirituais resurgiram também os religiosos.

Em favor desse processo interno de transformação falam as conversões de italianos notaveis. São fatos tipicos as conversões de Oliani, Josué Borsi, Giovanni Papini e Gemelli. Giovanni Papini, antes de sua conversão, era escritor e artista. Os seus trabalhos literarios de hoje são admirados por todo o mundo. O padre Gemelli, antes de converter-se, era medico, naturalista e filosofo. Professava o positivismo e era zeloso propagandista dum partido antireligioso, anticlerical e so-

cialista. Converteu-se e se tornou franciscano. E' hoje o celebre reitor da universidade catolica de Milão. Sua atuação científica e religiosa honra a sua patria e transpõe as fronteiras da Italia.

Para essa transformação da Italia tambem contribuiu não pouco a morte cristã dos seus eminentes conductores espirituais, como Arnaldo Mussolini, Micheli Bianchi e Alfredo Rocco. A orientação cristã dos homens da ciencia, como Marconi, Lucca Beltrame, em torno de Pio XI, a nova mentalidade religiosa na politica da Italia fascista, consequencia da concordata com a Santa Sé; todos esses factores colaboraram magnificamente na mencionada reforma da jovem Italia, hoje uma potencia poderosa, que se impõe ao respeito de todas as nações.

A Italia fascista deve trabalhos de incalculavel relevancia ao senhor Mussolini. Em 1914. escrevendo o artigo de fundo no primeiro numero do "Populo d'Italia", dirigiu ele um ardente apêlo á juventude italiana, dizendo no fim: "E' a vós que lanço meu grito inaugural, seguro de que terá em vosas fileiras uma vasta resonancia de ecos e de simpatias. Dos malvados e dos idiotas não me preocupo. Eu caminho!"

E Mussolini realmente caminhou. Em 14 anos de governo transformou a Italia. Transformou-a no poder militar e diplomatico. Transformou o regime interno, substituindo a esteril luta politica e de classes pela ordem e pela cooperação, e o dissidio religioso pelo acordo Lateranense. Transformou o regime da educação nacional, multiplicando as escolas, elevando o prestígio e a dignidade do corpo docente e fundando a Academia da Italia.

Transformou o sistema de comunicações terrestres e maritimas, desenvolvendo, em proporções grandiosas, a marinha mercante. Pôz ordem nos servicos ferroviarios e postais, aperfeiçoando em proporções magnificas a rede de estradas e os portos de mar.

Transformou a agricultura, dispensando-lhe todo o genero de providencias: diques, reparos, melhoramentos, premios e financia-

mentos. Favoreceu a industria e o comercio pelo desenvolvimento das communicações, por meio de exposições e feiras. Transformou o sistema judiciario e está transformando a legislação e outros departamentos da administração publica, sem que queira falar da intensa campanha demografica e outras obras sociais.

Mussolini é o estadista moderno, que se notabiliza pelas suas realizações, é digno de ser imitado pelos governantes contemporaneos.

O grande valor e a significação historica de Benito Mussolini consistem no fato evidente de ter ele restituído o povo italiano á Italia. Conseguiu que o povo restabelecesse as suas relações entre o presente e o seu glorioso passado e nele despertou a consciencia de sua missão historica.

Mussolini ensinou ao povo italiano que o mesmo continúa a ser o povo, cujo paiz é a patria da arte e da ciencia, o mesmo povo que transmitiu ao mundo as indestructiveis creações da cultura da idade media, do renascimento e da contra reforma, o mesmo povo que, pela espinhosa estrada do resurgimento, lutando subiu a altura de invulgar destaque no meio das nações, para cumprir a vocação mundial. Numa palavra, o Duce resuscitou a alma romana, como afirmou o general Castelnau. Continúe Mussolini a caminhar avante, sempre avante.

O catolicismo tem inegavel benemerencia neste processo de transformação, a qual, no futuro mais do que hoje, será devidamente apreciada. Em 11 de Fevereiro de 1929, recebeu o povo italiano, novamente sua liberdade religiosa, graças á larga visão do Sumo Pontifice Pio XI e á boa vontade do chefe do governo da Italia, resolvendo-se assim o difficil problema da questão romana.

Com razão se póde dizer que Pio XI, o Papa da grande obra de reconciliação, o Papa erudito e sabio para quem o estudo é uma necessidade vital, o qual na sua biblioteca, onde trabalha e recebe visitas, viu diante de si os homens mais conspicuos da ciencia, da literatura,

da arte e da politica, o Papa que proclamou a necessidade da paz de Cristo no reino de Cristo, é ao mesmo tempo o Papa que contribuiu, eficazmente, para a grandeza e prosperidade da Italia moderna.

No ano passado, em solenidade identica, pedi a Deus que protegesse e não humilhasse a Italia. E a Italia não foi humilhada. O lobo moscovita uivava, preparando-se para o salto. A Liga das Nações decretou o bloqueio economico. Cincoenta e duas nações aceitaram essa medida iniqua. Mas a Italia, tendo á frente do governo a figura empolgante de Mussolini e conscia do seu valor, de sua força, pronta aos maiores sacrificios, resistiu gloriosamente. Confundiu os seus inimigos e adversarios. Em vez de humilhada, a Italia foi exaltada, em vez de vencida, triunfou. Em vez de ser-lhe roubada a coroa regia, conquistou uma coroa imperial. Deus não humilhou, mas defendeu a Italia. Que ela continue a prosperar em beneficio da propria nação, em prol da Igreja e da humanidade, são meus votos.

Disse.

SAUDAÇÃO A' BANDEIRA¹⁶

proferida por s. excia. D. João Becker no Teatro São Pedro em 7 de Setembro de 1937, por ocasião da sessão solene realizada pela Liga de Defesa Nacional.

Dignissimas autoridades civis e militares, e prezados ouvintes.

A Igreja catolica, prasenteiramente, associa-se ás grandiosas comemorações do aniversario da independencia politica da nossa Patria. Durante toda a sua existencia, a nação brasileira jámais se divorciou da religião catolica, que lhe embalou o berço.

O principe regente D. Pedro, depois de haver proclamado a independencia em 7 de Setembro nas margens do Ipiranga, já em 12 de Outubro, sob as mais vibrantes aclamações, aceitou no campo de Sant'Ana, no Rio de Janeiro, o titulo de imperador constitucional e defensor perpetuo do Barsil. E mal acabaram as estrepitosas ovações, quando o novo imperador, acompanhado de brilhante sequito, se dirigiu á capela do Paço da cidade, para assistir ao Te Deum cantado em ação de graças ao Todo-poderoso.

¹⁶ Fonte: UNITAS. Saudação à bandeira. Unitas, Vol. 11 e 12, 07 set. 1937, p. 494-497.

Hoje, devia realizar-se uma solenidade religiosa semelhante em regosijo da celebração do dia da Patria, mas o tempo desfavoravel não o permitiu. A nossa Patria é a terra que nos viu nascer, a casa dos nossos pais, o amor dos nossos progenitores, as recordações da nossa infancia, as nossas tradições, as nossas leis, os nossos costumes, a nossa liberdade, a nossa independencia politica, a nossa historia e a nossa religião.

Portanto, a Patria não é uma ficção, uma criação imaginaria, uma entidade puramente ideal. A Patria é uma realidade objetiva, viva, tangivel, limitada e não cosmopolita. Ela não é escrava de nenhuma potencia estrangeira, mas uma nação soberana no concerto dos povos.

Esta Patria devemos conhecer atravez de sua historia e de sua grandeza física e importancia social. Esta Patria nós a devemos amar pelo cumprimento dos nossos deveres civicos, pela renuncia dos interesses pessoais em favor do bem coletivo, pelo desprendimento e pelo sacrificio. Devemos servir á nossa Patria pelo desempenho fiel dos cargos que ocupamos e das tarefas a nós confiadas. O serviço da Patria nos impõe a obrigação de proteger as suas instituições e guardar, zelosamente, o patrimonio moral e cristão que nossos antepasados nos legaram.

O genuino patriotismo nos impõe o dever de colaborarmos na grandeza da nação, qualquer que seja a posição social que Deus nos destinou. Queremos um Brasil uno, indiviso e prospero, onde floresça a fraternidade cristã e a paz e a justiça se osculem. Devemos contribuir, pelo nosso esforço e boa vontade, para que a nossa Patria fórme, internamente, um bloco granitico pela união dos seus filhos e seja respeitada pelos seus altos valores morais entre todas as nações. A Patria se engrandece, em fim, pelo sacrificio e pela pratica das leis de Deus.

Seja o nosso patriotismo real e eficaz e não simplesmente platonico ou uma figura retorica. Quem jámais falou melhor do que os gregos e os romanos! Entretanto, a excelencia de sua literatura, longe

de ser um véu que encubra sua fraqueza moral, dela constitue uma revelação transparente e perene. As obras de arte arquitetadas por essas duas linguas hão de testemunhar, até aos ultimos dias, que a barbarie dos costumes pôde andar unida a uma exquisita cultura mental, e uma grande imperfeição de pensamento pôde ligar-se a uma admiravel ciencia de estilo.

De facto, todos sabem a que cousa se reduzem as belas palavras dos gregos e romanos. Ao brilhante seculo de Pericles seguiu a guerra civil que preparou o caminho aos conquistadores estrangeiros Felipe e Alexandre de Macedonia. O seculo de Augusto viu que ao trono imperial subiram monstros como Tiberio, Caligula, Claudio e Nero. O patriotismo retorico dos gregos e romanos não pôde retardar, nem uma hora sequer, a sua decadencia desastrosa. Sirva-nos de advertencia esse fato historico. *Res non verba*: atividade, trabalho, constancia e disciplina, e não sómente palavras!

O verdadeiro patriotismo deve ser mais real e operante do que verbal. E' melhor cumprir do que descrever e censurar a lei. O amor á Patria reside mais em nós proprios do que em nossas tribunas e em nossos museus. O Brasil tem um passado glorioso e depende de nós, subditos e governantes, preparar-lhe um futuro digno e feliz.

Nossa Patria é livre e independente, mercê de Deus! Porém, si os dirigentes dos Estados e da Nação não forem vigilantes, ativos e previdentes, ela perderá sua liberdade e sua independencia politica e, cedo ou tarde, será um feudo conquistado pelo despotismo e pela tirania de elementos estrangeiros. Não nos enganemos! Ninguém se iluda. Alerta, mocidade; alerta, povo bom e ordeiro!

Mas, perante a Nação, perante o mundo civilizado e perante Deus será imensa a responsabilidade daqueles que, enquanto ainda fôr tempo, não conjurarem o mal ou impedirem a catastrophe sinistra, ou seja por fraqueza ou por imprevidencia.

Eu te saúdo, Patria amada, na vastidão e na formosura do teu admiravel territorio, nos teus rios e montanhas, na fertilidade do teu solo e nas riquezas absconditas das tuas entranhas! Eu te saúdo, Patria encantadora, na tua historia e tradições, na tua familia alicerçada no casamento indissolúvel, no teu exercito glorioso, nunca vencido, e na tua armada sempre vencedora. Eu te saúdo, Patria magnifica, no teu magisterio e na tua magistratura, nas tuas instituições publicas e na tua sabia legislação, nos teus benemeritos governantes e na tua diplomacia esclarecida. Eu te saúdo, Patria admiravel, no teu povo invicto e heroico e peço a Deus que te defenda contra todos os inimigos, que te proteja nos transes dificeis da vida nacional, e que te conduza sempre a novos triunfos e novas vitorias.

O' Patria amada, idolatrada, salve, salve!

Disse.

II

DOM JOÃO BECKER:
ACERVO E IMAGENS

“NO ARCHIVO PARTICULAR DO GRANDE ANTÍSTITE
EXISTE ELOQUENTE DOCUMENTAÇÃO”:

panorama sobre o arquivo pessoal de Dom João Becker (1897-1946)

Vanessa Gomes de Campos¹

Aos 13 de setembro de 1908 iniciava uma nova etapa na vida do Cônego João Becker: sua carreira episcopal, com a ordenação na paróquia Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre/RS, pelas mãos do bispo Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, estando presentes Dom João Antônio Pimenta, bispo auxiliar de Porto Alegre, e Dom João Francisco Braga, bispo de Curitiba/PR. Designado a ser o primeiro prelado da Diocese de Florianópolis/SC, Becker lá ficou até 1912, sendo nomeado a 1º de agosto e tomando posse da Arquidiocese² de Porto Alegre no dia de Nossa Senhora da Conceição (08 de dezembro).

¹ Historiógrafa e Arquivista no Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis da Arquidiocese de Porto Alegre/RS. Doutoranda no PPGH/UPF, bolsista CAPES.

² A Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul foi instituída em 07 de maio de 1848 e elevada à categoria de Arquidiocese em 15 de agosto de 1910.

De volta a Porto Alegre/RS, Dom João Becker decidiu transferir o Seminário Episcopal, que também servia de Cúria e de casa dos bispos, para São Leopoldo/RS, e adquiriu uma residência privativa³, cerca de 4 km distante da catedral metropolitana, onde também moravam suas duas irmãs. Nesse sentido, desde 1913 até 1946, ao falecer, manteve sua “*archivo particular*” no mesmo local, pois era onde residia e despachava em seu Palácio Arquiepiscopal.

No ano de 1947, Dom Vicente Scherer, arcebispo sucessor de Becker, entregou à família um arrolamento de tudo o que havia dentro do imóvel da Rua Mostardeiro, o qual foi esvaziado e vendido. Embora em referido escrito não haja referência de qualquer conjunto documental, sabemos de sua existência, como mencionado por Mons. Nicolau Marx em 1937: “No *archivo particular* do grande Antístite existe eloquente documentação que, um dia, poderá provar quanto elle se tem mostrado preocupado do bem publico do Estado e do paiz” (Marx, 1937, p. 1).

A ideia da guarda de materiais para que a posteridade se encarregue de examinar posturas assumidas e ações tomadas no exercício das atividades do titular do arquivo constitui um dos eixos de nossa discussão em relação ao *arquivo pessoal* de Dom João Becker, custodiado no Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis (AHMRuN) da Arquidiocese de Porto Alegre/RS. Nesse sentido, a formação de um arquivo pessoal, por mais arbitrária que possa parecer, “não é um processo involuntário” (Cox, 2017, p. 232). Embora as vicissitudes do tempo tenham interferido na organização primariamente atribuída ao material, a justificativa de Mons. Marx endossa intenções e práticas desse sujeito social.

³ Em 1913 Dom João Becker adquiriu uma casa na rua Mostardeiro, em Porto Alegre/RS, com recursos da Arquidiocese, e lá residiu até falecer. À exceção do imóvel, todos os bens pertenceriam à família que, em 1947 decidiu doar tudo à Arquidiocese.

De qualquer modo, não sabemos exatamente a trajetória do material; nesse momento, apenas inferimos que Dom Vicente Scherer (1947-1981) o tenha mantido com seus próprios documentos, até como necessidade de retomar algum assunto, se fosse o caso. Scherer, sucessor de Becker no cargo episcopal, por exemplo, fez diversas anotações junto ao dossiê *Graus – Seminário Central (1915-1947)*, inclusive juntando documentos pós agosto de 1946.

O conjunto documental de Dom João Becker permaneceu por décadas no Arquivo Secreto da Arquidiocese de Porto Alegre, sem identificação alguma da titularidade. Por volta de 2010 o Chanceler determinou que todos os documentos do Arquivo Secreto fossem recolhidos ao Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis da Arquidiocese de Porto Alegre/RS (AHMRuN) para serem tratados e organizados. Iniciamos o trabalho, colocando os materiais em caixas de arquivo, apenas para proteção, a fim de aguardarem o processamento técnico. Até então, não tínhamos noção que se tratava do *acervo* de Dom João Becker, que julgávamos inexistente, e, por estar misturado a outros tantos documentos, não havíamos reconhecido a proveniência de fato.

Na medida em que avaliávamos os inúmeros dossiês, ou seja, materiais acumulados pelo produtor de acordo com temas de interesse, concluímos que estávamos diante de um *arquivo pessoal*. De acordo com Oliveira (2012, p. 33), o arquivo pessoal se define como “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”. Ao tratá-lo como arquivo pessoal, estamos considerando a proveniência, ou, como afirma Heymann (2009, p. 54), o “nexo que une o titular ao conjunto de documentos que constituem os ‘seus’ documentos”, assim como a(s) intencionalidade(s) na acumulação dos materiais.

O princípio da proveniência articula, no âmbito dos documentos arquivísticos, o eixo fundamental de sua definição. Ao tratarmos da proveniência, referimo-nos à organicidade geradora dos documentos, assim como ao processo de acumulação. Dessa forma, os documentos de uma mesma origem se qualificam como *arquivo*, formando um conjunto que reflete as atividades e ações de uma entidade jurídica ou física. A manutenção do conjunto é essencial para a compreensão da entidade produtora/acumuladora, permitindo o acesso às estruturas administrativas (se jurídica) e aos papéis sociais do sujeito e suas visões de mundo (se privada).

Tendo em vista todos esses aspectos, o texto a seguir tem a proposta de apresentar um panorama do arquivo pessoal de Dom João Becker, arcebispo da Arquidiocese de Porto Alegre entre 1912 e 1946, custodiado pelo AHMRuN, e que se baliza no período de 1897 até 1946, ano de sua morte. É interessante perceber que os documentos mais antigos se referam aos manuscritos de homilias e discursos, marcando o momento em que iniciou sua trajetória de pároco⁴.

Desde fins do século XIX a Igreja Católica teve que mudar suas estratégias em relação à sociedade, já que não tinha mais o amparo do estado (a partir da promulgação da Constituição republicana de 1891). Parte das estratégias consistia na formação do clero que, conforme Isaia (1998, p. 44), situava-se dentro dos “parâmetros reformistas”. O menino Johannes Becker, nascido em 1870 na Alemanha, emigrou com pais e irmãos na idade de oito anos. Após as primeiras letras – ensinadas pelo pai, que era professor – estudou no Colégio dos Jesuítas, em São Leopoldo, passando (1891) para o Seminário Episcopal em Porto Alegre. Na atmosfera do período, entre sua formação e ascensão episcopal, Becker consolidou-se como um “forte

⁴ Ele foi ordenado sacerdote em 02 de agosto de 1896, sendo nomeado pároco da igreja do Menino Deus de Porto Alegre no dia 04 do mesmo mês e ano.

soldado da romanização do catolicismo no estado do Rio Grande do Sul” (Leon, 2017, p. 92).

Como dissemos, a caracterização como *arquivo pessoal* deu-se pela proveniência e acumulação do conjunto documental. Através dos indícios presentes no próprio material, buscamos elementos que nos possibilitem articular a trajetória do titular e a custódia até a atualidade. Entendendo que o processo de acumulação passa por diferentes fases de custódia, estas também contribuem para compreendermos a história social do arquivo. Para Meehan (2018, p. 308-310), a organização de um arquivo pessoal é determinada pela acumulação através dos tempos, a qual atravessa três momentos distintos, que equivalem à: (1) custódia pessoal, quando os documentos estavam sob guarda do produtor; (2) história custodial, ou seja, “o modo como os documentos são utilizados, guardados e transmitidos por custodiadores ulteriores”; e (3) intervenção arquivística, que significa dizer como os documentos foram/serão tratados na custódia institucional.

Já mencionamos as circunstâncias da chegada do arquivo pessoal de Dom João Becker ao AHMRuN. Até o momento, ainda estamos buscando compreender a lógica da acumulação, assim como possíveis intervenções sofridas antes mesmo de seu falecimento. Heymann (1997, p. 45) nos alerta que

o trabalho com arquivo pessoal tem que levar em conta o caráter arbitrário da configuração de cada um desses conjuntos, dada a independência e variedade de situações em que são gerados e acumulados os diversos documentos que os compõem, além das múltiplas interferências a que estão sujeitos.

Entre a *custódia pessoal* e a *história custodial*, definidas por Meehan (2018), devemos associar à ideia das múltiplas interferências,

ou *subjetividades intermediárias*, como nomeia Heymann (1997, p. 49), uma vez que o arquivo ingressa na instituição de custódia tendo recebido intervenções de familiares, de secretários etc. Nesse sentido é que nos propusemos a apresentar um panorama do arquivo pessoal de Dom Becker, porque ainda nos faltam elementos que nos ajudarão a compreender seu processo de criação e acumulação, assim como contribuições sobre que auxiliem a *intervenção arquivística* (Meehan, 2018) nesta nova fase custodial do conjunto.

O período de Dom João Becker à frente da Arquidiocese de Porto Alegre (1912-1946) pode ser traduzido como de “intensificação da presença católica na vida Rio-grandense”, tendo atuado “ativamente no fomento da prática religiosa no estado” (Leon, 2017, p. 94). Dom Becker era comprometido com a ideia de romanização da Igreja Católica, afirmando a autoridade episcopal como estratégia de controle sobre a postura do clero e do laicato” (Leon, 2017, p. 94).

Apesar da forma que o arquivo pessoal foi incorporado no AH-MRuN, o primeiro *tratamento* dado ao material foi o acondicionamento de modo apropriado para ser manuseado e estudado. Com isso, pudemos apurar que se constitui de três metros lineares de documentos, estimando-se a existência de cerca de 30 mil itens e a existência de muitos dossiês⁵, com seus documentos agrupados tematicamente e a identificação na capa com própria caligrafia do titular.

Para Cox (2017, p. 249), os “arranjos artificiais” nos arquivos pessoais são simbólicos e “buscam criar ordem e sentido”, o que nos levou a mantê-los como foram classificados, a fim de possibilitar-nos a apropriação do conjunto. Sendo assim, por ora envolvemos cada dossiê, inclusive as capas, em uma nova embalagem. No quadro 1, apre-

⁵ Dossiê: Unidade documental na qual se reúnem informalmente documentos de natureza diversa com uma finalidade específica (Bellotto, 2002, p. 66). Convém esclarecer que a nomenclatura *dossiê* foi por nós atribuída, a fim de identificar a tipologia documental que estamos abordando.

sentamos os temas classificatórios, atribuídos pelo titular, tendo em vista que a baliza temporal foi construída por nós:

QUADRO 1. DOSSIÊS DO ARQUIVO PESSOAL DE DOM JOÃO BECKER

Dossiê	Período
Congregações Romanas e Secretaria de Estado, Breves Apostólicos	1908-1946
Nunciatura Apostólica	1907-1936
Nunciatura Apostólica - Rio	1921-1924
Roma e Nunciatura	1932-1944
Documentos Santa Sé/ Nunciatura/ Bispos – Secretaria particular	1922-1940
Pe. Reinaud e Visita Apostólica	1924
Cartas Bispos americanos e europeus	1906-1936
De Dom Leme [correspondência recebida] ⁶	1927-1931
Reunião Episcopal	1941
1º Congresso Eucarístico Nacional	1932
Congresso Eucarístico Buenos Aires	1934
Congresso Eucarístico Estadual (1936 - Belo Horizonte)	1936-1937
Congresso Eucarístico de São Paulo	1941-1942
2º Sínodo 1942	1942
Tipografia do Centro - resultados da V Conferência Episcopal - 5/11/1942; A Nação - relatórios e cartas	1942
Seminários ⁷	1920-1930
Seminário da Alemanha (maioria em alemão)	1928-1942
Graus – Seminário Central ⁸	1915-1947

⁶ Optamos por tratar as correspondências agrupadas pelo titular e com alguma nomeação na capa da pasta como dossiê, por entender que eram distintamente mantidas em relação ao resto do conjunto da correspondência.

⁷ Projetos, correspondência etc.

⁸ Documentos pertencentes a Becker que, ao que parece, foram juntados por Scherer sobre o Seminário de S. Leopoldo.

Dossiê	Período
Seminário de São Leopoldo ⁹	1924-1943
Consultas e respostas do Pe. Ed. Monsaert S.J.	1927-1930
Seminário São José	
Bispados Caxias do Sul e Passo Fundo	1917-1934
Capelães militares [correspondência]	1945
Questão escolar em 1920	1917-1930
Nacionalização	1939-1941
Secretaria Educação ¹⁰ ofícios, circulares	1941-1943
Governo federal e escolas [correspondência]	1915-1944
I Congresso dos Professores Rurais Católicos	1942
Ação Católica e Associação de professores católicos	1939
Secretaria de Educação - Convênio e Escola Normal - Escolas	1939-1940
Escolas ¹¹	1938-1939
Regulamento da Faculdade de Ciências e Letras	s/d
Faculdade de Educação e Curso Complementar [correspondência recebida]	1936
Documentos de autoridades federais, estaduais e municipais	1926-1929
Cartas e telegramas de ministros	1931-1933
Governo federal [correspondência]	1914-1946
Governo federal e prefeituras [correspondência]	1929-1940
Cartas do governo federal e estadual	1926-1946
Governo estadual [correspondência]	1918-1943
Serviço militar [correspondência]	1927-1930

⁹ Correspondência entre Dom João Becker e os jesuítas, que administravam o Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo/RS, e responsáveis pela formação do clero arquidiocesano.

¹⁰ Ofícios, circulares.

¹¹ Resposta a um questionário.

Dossiê	Período
Anistia – minutas ¹²	
Política – recortes	1930
Revolução 3/10/1930 - documentos	1930
Dr. Simplicio e Dr. Paim Filho	1921-1930
Tribunal de honra – General Flores da Cunha	1931-1932
Tribunal de honra ¹³ - 30 set. 1932 a ...	1932-1933
Integralismo	1934-1937
Cópia do manifesto de Flores da Cunha	1941
Cópia do manifesto de Plínio Salgado aos integralistas	1941
Pregação - Documentos da Chefatura de Polícia	1939
Religiosos	1936-1942
Irmãs do Imaculado Coração de Maria	1921/1938
Provincial das Irmãs Franciscanas	1914-1929
Carmelitas	1922
Irmãs de Nossa Senhora Aparecida – estatutos	s/d
Capela São José	1918-1927
Relatório do Pão dos Pobres	1931-1943
Boa Vista de Santa Cruz	1945
<i>Volksverein</i> ¹⁴	1939-1942
Cartas em Geral	1897-1945
Cartas particulares	1927-1929
Autografo (agradecimentos e comunicações) [correspondência recebida]	1926-1940
Recomendações - pedidos	1926-1937
Queixas e depoimentos	1909-1930
Documentos despachados para arquivar por enquanto	1927-1929

¹² Ao Presidente da República e à Câmara dos Deputados.

¹³ Trata-se de correspondência expedida e recebida, jornal, manifestos, apontamentos.

¹⁴ “Associação do povo”, traduzido literalmente, cujo conteúdo é: Damas da Caridade, Irmandades, Irmãos Lassalistas, Centro do Violino etc.

Dossiê	Período
Cúria - requerimentos - paróquias	1926-1940
Cúria - questões em geral ¹⁵	1937-1932
Contas	1925-1940
Viagem à Europa – 1938	1938
Dossiê	Período
Discursos mais presentes	1931-1937
Discursos	1942
Homilias e discursos	1897-[193...]
Pessoais ¹⁶	1925/1940

Fonte: Elaborado pela autora.

Internamente, a maior parte dos dossiês é formada por correspondência recebida de diferentes proveniências e que, em função do assunto a que se refere, assim como os interlocutores, foram agrupadas. Correspondência é uma espécie documental¹⁷ muito presente nos arquivos pessoais e sob tal designação incluem-se cartas, cartões de visita com informações manuscritas, telegramas e ofícios¹⁸. Há casos em que a resposta pode estar junto, em forma de rascunho ou minuta, caracterizando-se como correspondência expedida.

Os dossiês abarcam assuntos que revelam o período e as relações que Dom Becker mantinha. De modo geral, distinguimos sete temas principais, a saber: relações com a Sé Romana, Nunciatura e outros

¹⁵ Essencialmente, correspondência recebida de diferentes proveniências.

¹⁶ Diplomação de doutor em Filosofia 1925; medalha de prata, comemorativa ao cinquentenário da Proclamação da República 1940.

¹⁷ A espécie documental refere-se à configuração do documento, conforme a natureza e a disposição das informações nele contidas, ostentando uma estrutura que pouco se altera com o passar do tempo (Bellotto, 2004, p. 52).

¹⁸ Para esclarecer a inclusão dos *ofícios* neste conjunto: diplomaticamente, as entidades privadas não expedem ofícios e sim cartas (Bellotto, 2002, p. 76).

Bispos; Congressos Eucarísticos; Seminários; Escola e Nacionalização; Política; Administração eclesiástica; Homilias e discursos.

Já, no quadro 2, buscamos apresentar como, até o momento, estão balizadas as correspondências, tendo em vista o trabalho técnico ainda incipiente que pudemos realizar. Concordamos com Sobral (2019) quando menciona que as “nuances entre o público, o social e a intimidade são aspectos presentes nas cartas produzidas e recebidas por indivíduos no decorrer de sua trajetória e representam um desafio aos arquivistas”. Nesse sentido, embora denominemos *correspondência recebida/expedida* aos conjuntos a seguir, temos plena consciência que a tarefa de os tratar devidamente esteja só começando, dada a diversidade de relações sociais estabelecidas pelo arcebispo:

QUADRO 2. CORRESPONDÊNCIA NO ARQUIVO
PESSOAL DE D. JOÃO BECKER

Correspondência	Período
Recebida/Expedida	1908-1942
Recebida	1931-1943
Expedida	1916-1946
Expedida – minuta ¹⁹	1919-1921/1940
Expedida – copiador ²⁰	1912-1942

Fonte: Elaborado pela autora.

Integram ainda o arquivo pessoal uma *coleção fotográfica* composta – até o momento – por 95 imagens; as *Cartas Pastorais*²¹, desde

¹⁹ Redação preparatória de um documento textual. É o pré-original já concluído, não tendo apenas os sinais de validade que o tornaria o original (Bellotto, 2002, p. 75).

²⁰ Livros copiadores estão originariamente em branco e recebem a cópia de documentos expedidos por uma autoridade ou entidade (Bellotto, 2002, p. 108). Também entendemos como *registro de minutas*.

²¹ São impressas e estão encadernadas.

o período que foi Bispo de Florianópolis (1908-1912) e as que produziu como Arcebispo de Porto Alegre (1913-1946), assim como *discursos impressos* (1899-1942) e seus dois livros publicados: *Viagem e Estudos* (1925) e *O comunismo russo* (1945).

No decorrer do processo, estabelecemos alguns critérios, como a manutenção de qualquer conjunto de documentos da forma como estavam agrupados. Dom João Becker foi um sujeito reconhecido pelo público, que ocupou os altos escalões eclesiásticos e teve um grande envolvimento político. Sendo assim, a nova etapa do processo de organização é reconstituir a trajetória social dele, buscando *traduzir* suas atividades e ações nos documentos acumulados. Nos arquivos pessoais, os interesses do titular imprimem significado ao acúmulo dos documentos. Heymann (1997, p. 46-48) sugere que os arquivos pessoais são como projetos de “pedaços fragmentados da memória”, onde o indivíduo cristaliza o que foi usado para fundamentar seu pensamento em determinados momentos e situações.

No período do episcopado de Dom Becker, o Estado se anunciava como laico, o que estimulou a Igreja Católica “a estabelecer novas estratégias de ação” que a mantivesse “como um espaço de referência religiosa e cultural no país” (Leon, 2017, p. 90). É sobre como esse processo se articulou e qual o papel de Dom João Becker, visto sob seu próprio olhar, que trata o arquivo pessoal.

Referências

BALDIN, Marco. **O cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930-1942)**. 2014. 149 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 2a. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. **Constituição social, interferências e contornos**: o Arquivo Pessoal do Monsenhor João Maria Balem e o Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis (1887-1978). 2022. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, UPF, Passo Fundo, 2022.

COX, Richard J. **Arquivos pessoais**: um novo campo profissional – leituras, reflexões e considerações. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997, p. 41-66.

HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público**

Mineiro, Belo Horizonte, n. 2, p. 40-57, jul./dez. 2009.

LEON, Adriana. O jornal Estrella do Sul como uma estratégia de intervenção no debate educacional na primeira metade de 1930. **Linhas Críticas**, n. 23, v. 50, p. 88-110, 2017.

MEEHAN, Jennifer. Novas considerações sobre ordem original e documentos pessoais. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (orgs.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 305-327.

MOREIRA, Regina da Luz. Leme, Sebastião. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEME,%20Sebasti%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

SILVA, Paulo Julião da. A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na Era Vargas. **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 13, São Luís,

UFMA, 2012. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/456>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SOBRAL, Camilla Campoi de. **Cartas em arquivos pessoais**: uma discussão necessária. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2019.

ZANOTTO, Gizele. “A grandeza da pátria exige nossa fidelidade a Jesus Cristo”: os pronunciamentos de dom João Becker sobre o centenário da Independência (1922). *In*: PEIXOTO, Amado; ZANOTTO, Gizele (orgs.). **Direitas e religião no Brasil (1920-1940)**. Passo Fundo: Acervus, 2023, p. 41-76.

Fontes

MARX, Nicolau. **Estrella do Sul**, ano XV, n. 47, 2 dez. 1937.

OLHARES E CRUZES:

percepções nas fotografias de Dom João Becker

*Vanessa Gomes de Campos*¹

A singular variedade de gêneros documentais que compõem o arquivo pessoal de Dom João Becker nos oportuniza apresentar alguns exemplos para divulgá-lo e, ao mesmo tempo, explorar as múltiplas possibilidades de pesquisa que podem surgir.

Embora não seja nossa intenção aprofundar-nos na análise das 22 fotografias selecionadas para compor esta parte do livro, faz-se necessário discorrer algumas questões que nos pautaram na elaboração da narrativa visual que trazemos. O uso dos documentos visuais como fonte de pesquisa é reconhecidamente utilizado em diversas áreas do conhecimento. No caso da História, como enfatiza Löwy (2009, p. 13-14), as fotografias não substituem a historiografia, mas “captam o que nenhum texto escrito pode transmitir: certos rostos, certos ges-

¹ Historiógrafa e Arquivista no Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis da Arquidiocese de Porto Alegre/RS. Doutoranda no PPGH/UPF, bolsista CAPES.

tos, certas situações, certos movimentos”, tornando “visíveis aspectos da realidade que frequentemente escapam aos historiadores”.

Diante de nossa intencional seleção, privilegiamos a posição hierárquica do retratado Dom João Becker, com fotos que o mostram desde 1908 até 1943. Queremos deixar clara a opção em evidenciar algumas percepções, seguindo o argumento que nos conduziu, qual seja, chamar a atenção às poses e insígnias eclesiásticas como elementos constitutivos de seu papel social. Bourdieu (1989) anuncia que a vestimenta é um mecanismo simbólico de distinção social que reflete as hierarquias e desigualdades e, além de ser uma expressão estética, é também uma forma de construção de identidade e de poder.

Independente das poses de Dom Becker – a maioria *fabricada* em estúdio fotográfico – as vestes são o primeiro elemento identificador da sua condição clerical. Não se trata apenas de comodidade ou bem-estar, a adoção do vestuário reforça, como afirma Galvan (2024, p. 73), o “comportamento exterior de acordo com as ambições ou as virtudes da alma”.

A construção identitária e de poder se verifica nos elementos que variam conforme o grau hierárquico que o sujeito ocupa. No caso do (Arce)Bispo, integrando a veste talar, negra, os acessórios em tecido, como a faixa e o solidéu, são de cor violácea. Outros itens, presentes na maioria das fotos, são a cruz peitoral e o anel. Oficialmente, as insígnias pontificais entregues no ato da ordenação episcopal são o anel, a mitra e o báculo. Porém, a cruz peitoral, mesmo não sendo uma dessas insígnias, será o objeto de maior destaque em relação à pose e ao papel social distintivo do prelado.

Para fins de apresentação elencamos as imagens pensando em quatro eixos, que deixaremos para o leitor tirar as conclusões: retratos e fotos *oficiais*, para serem utilizadas e distribuídas; discursando; relaxando; e com ares de espontaneidade.

Finalmente, encerrando nossos breves comentários, muitos questionamentos surgem: qual a intenção na produção das fotografias? Serviam para agraciar os devotos mais próximos? Para serem utilizadas na imprensa? Pensamos que a circulação das imagens seria um eixo de pesquisa muito poderoso.

Os desdobramentos são múltiplos.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

GALVAN, Vera Maria. Vestes litúrgicas, moda e identidade: significados e expressões das vestes nas celebrações litúrgicas. **Anais do Seminário de Ciência da Religião Aplicada**, São Paulo, PUC-SP, 2024, p. 73-81.

GONÇALVES, Aroldo. Vestes sagradas: poder e influência ou símbolo do sagrado? Uma reflexão. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, n. 7, v. 7, p. 683-756, 2021.

LÖWY, Michael (org.). **Revoluções**. São Paulo: Boitempo, 2009.

RIBEIRO, Carmem Adriane. **Imagens negociadas**: retratos de família pelas lentes do estúdio Foto Klos nas décadas de 1930 e 1940 em Panambi – RS. 2016. 252 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2016.



FOTO 1: Recém nomeado Bispo de Florianópolis, Dom João Becker, sentado, mira o horizonte, remetendo-nos às pinturas clássicas. A preocupação compositiva, a *peregrineta* sobre ombros alinhados, destacam a cruz peitoral, a faixa que delicadamente recai na perna esquerda, enquanto a mão direita segura o barrete e deixa em evidência o anel no dedo anelar.

No cartão suporte da imagem, a dedicatória:

“Ao Seminario Episcopal de P. Alegre
+João, Bispo de Flplis 13-9-908”



FOTO 2: Trata-se de uma produção a partir da fotografia número 1. No formato *carte-cabinet*, a sofisticação do cartão suporte evidencia o investimento no famoso estúdio fotográfico da capital gaúcha: *Ferrari*.

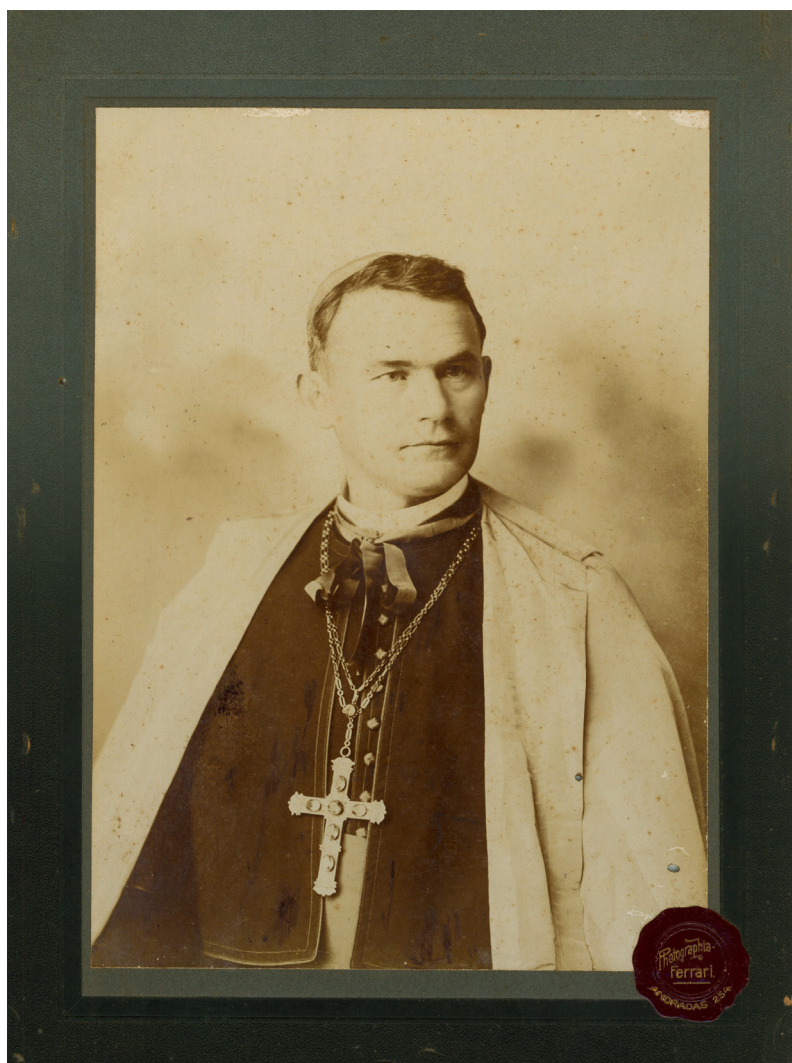


FOTO 3: Na pose de retrato, os contrastes com o fundo, o clérigo e a capa Ferraiolo, atribuem um ar solene à imagem. A cruz peitoral, em evidência, teve a corrente rearranjada. O carimbo em cera do estúdio *Ferrari* lembra um selo de qualidade [década 1910].



FOTO 4: A altivez do excelentíssimo príncipe da igreja reforça as características físicas e simbólicas de seu cargo e nível social. A fotografia no cenário do estúdio mostra tapetes cadeiras e um painel rebuscado ao fundo. A capa Ferraiolo era usada em eventos solenes, o que nos mostra a elaborada preocupação com a composição da imagem. A mão direita, entre a veste negra contrasta com a capa clara, mostrando o anel episcopal. A mão esquerda repousa sobre a cadeira e talvez tenha servido de apoio durante o tempo de captura. Na cabeça, o chapéu que não tem características clericais, pois a aba não é reta. O que pode ter havido? O pé direito revela o sapato de fivela. Nenhum detalhe podia escapar. Do *Atelier Ferrari* também acompanhamos a produção técnica. [década 1910].



FOTO 6: Dom João Becker nos encara. O fundo é semelhante ao da foto número 3. O clérigo branco atrai o olhar, que, automaticamente, nos faz mirar a cruz peitoral. É um retrato sem mãos, apenas o olhar que mistura altivez e serenidade: tradução desta personagem paradoxal da história. Fotografia do estúdio *Ferrari*, de 1922.



FOTO 7: A idade começa a transparecer. Afora as feições marcadas pelo tempo, os óculos são o novo acessório. Retrato clássico, sóbrio. O fundo preto profundo contrasta com o outro tom de preto da veste talar. A *peregrineta* sobre os ombros e o clérigima branco formam quase um cenário para a cruz peitoral que, a propósito, é diferente das imagens anteriores. Com o tempo, o fotógrafo também é outro: *Azevedo Dutra* – *P. Alegre* [final década 1930].



FOTO 8: Poses quase repetitivas, mas sempre com a possibilidade de novos detalhes. O olhar profundo, a iluminação definindo os acessórios, sobressaem-se com o fundo desfocado. A faixa e a capa Ferraiolo, originalmente violáceas, contrastam a composição. Um ar de maturidade e confiança se depreende do semblante. O fotógrafo segue sendo *Azevedo Dutra – P. Alegre* [final década 1930].



FOTO 9: Posicionado do lado esquerdo, diferentemente das imagens anteriores, o papel de parede mais nítido, a cadeira quase desfocada ao fundo: será uma das salas de sua residência? Teria sido a imagem capturada em seu ambiente doméstico? A cruz peitoral e o olhar distante são as constantes que costuram o conjunto. A cruz é a mesma das imagens mais antigas [final década 1930].



FOTO 10: Discursando. Proferir discursos era uma das atividades que desempenhava com frequência não só em Porto Alegre e região, mas pelo território nacional. Os símbolos de seu nível social estão presentes, afinal, tratava-se de uma pregação no púlpito do 1º Congresso Eucarístico Nacional (1933, Salvador/BA). A percepção do fotógrafo, captando a autoridade em um momento de concentração.



FOTO 11: Os sujeitos anônimos, difusos ao fundo, contrastam com o homem no púlpito, em primeiro plano. Estão na frente da igreja Nossa Senhora das Dores (Porto Alegre/RS), enquanto escutavam a propaganda da Ação Católica. Há uma descrição na foto que informa a presença do Interventor Federal General Flores da Cunha na ocasião. A mão direita levantada parece reforçar a eloquência da fala. Seria inverno? Provavelmente, pois sobre a veste talar, está usando a greca, o casaco que aquece o corpo e esconde a cruz [1932 ou 1933].



FOTOS 12 E 13: No púlpito de *sua* catedral. A mão direita se manifesta na mesma medida que a fala. O olhar está concentrado em direção aos fiéis. O fotógrafo retrata dois momentos diferentes, denunciados pela cor do paramento litúrgico. A insígnia episcopal é a mitra, que, durante as celebrações litúrgicas, deve ser usada quando está sentado, ao proclamar a homilia, ao fazer as saudações, as alocuções e os avisos, ao abençoar solenemente o povo, ao executar gestos sacramentais [final década 1930].



FOTO 14: Báculo, mitra: no palanque improvisado, a 1º de janeiro de 1930, na presença de algum público, o arcebispo inaugura as obras da nave da nova catedral de Porto Alegre. Enquanto alguns prestam atenção, outros desejam um momento de curiosidade com o fotógrafo.



FOTO 15: Mobilização pública, aguardando o arcebispo voltar da Europa, em 17 de novembro de 1938. No verso da fotografia, constam as informações que o prelado estava “no automóvel, acompanhado pelo bispo de Santa Maria (Dom Antonio Reis) e pelo secretário da educação, dr. José Coelho de Souza”.



FOTO 16: A solenidade da colocação da pedra fundamental do Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 17 de junho de 1943, distinguiu o chefe da igreja com uma de suas mais tradicionais insígnias: a mitra. Enquanto fazia a leitura de seu discurso, o fotógrafo capturou a cena, sob a supervisão do menino, que ao fundo observa a câmara.



Fotos 17 e 18: Dois momentos do mesmo evento, transitando entre a solenidade de distinção eclesiástica e a distinção social. O dia era 06 de julho de 1930, na cerimônia de inauguração da capela de Santa Teresinha de Minas do Butiá/RS. O benfeitor foi dr. Roberto Cardoso, diretor das Minas.

Na foto 17, Dom João Becker, paramentado com as roupas litúrgicas, mira a câmera, quase com ar de repreensão “eu não estou preparado para a foto”. A mitra, a capa magna e o véu umeral denotam a solenidade da circunstância. Ao fundo, à direita, Pe. Vicente Scherer segura o báculo que alguns anos depois lhe pertencerá.



Findada a celebração religiosa, iniciou-se a comemoração entre amigos (foto 18). Qual teria sido a conversa? A eleição presidencial de março já aconteceu e muitas mudanças na história brasileira se aproximavam. Não há dúvidas que as relações entre a Igreja Católica e o Estado eram estreitas. Becker e Vargas olham a câmera, o clérigo branco do religioso se destaca, e os olhos de ambos guardam os segredos que estariam por vir.



FOTO 19: Controle. Composição. O cenário impõe a imobilidade do jovem arcebispo. O fundo da imagem denuncia o estúdio e em primeiro plano muitas plantas. Interessante escolha de cenário bucólico. Dom Becker usa a greca sobre a veste talar. A cruz se destaca no peito, enquanto o anel pode ser visto na mão que segura o chapéu que, ao que tudo indica, também é cenográfico [década 1920].



FOTO 20: Os lábios quase esboçam um sorriso. Na juventude, os óculos eram desnecessários. A pose doméstica, ao lado da grande imagem de Nossa Senhora de Lourdes, denuncia um momento de lazer na chácara de Gravataí. De barrete, cruz e anel, a atenção se volta para o livro. Todos os detalhes cuidadosamente pensados: a luz, a parede clara em contraste com a veste escura, a imagem da santa sobre uma toalha de tecido e os vasos ladeando-a. A luz na cabeça da santa é quase uma epifania na composição do *santo* homem que ora e estuda.



FOTOS 21 E 22: No Congresso Eucarístico Municipal, em Bento Gonçalves/RS, de 15 a 18 de fevereiro de 1940, duas capturas particularmente *descontraídas*, revelam o homem se preparando, de um lado, e, de outro, esboçando um leve sorriso. A mão esquerda repousa na faixa. Oportunidade do fotógrafo.



I. BIBLIOGRAFIA DE PADRE J. CABRAL

Renato Amado Peixoto (Org.)

2. ESCRITOS SELECIONADOS DE DOM FRANCISCO DE AQUINO CORRÊA

Cândido Moreira Rodrigues (Org.)

3. DOM JOÃO BECKER EM TEXTOS, IMAGENS E CONTEXTOS (1930-1938)

Gizele Zanotto e Vanessa Gomes de Campos (Orgs.)

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM GARAMOND PREMIER PRO
PELA ACERVUS EDITORA



ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

Este livro apresenta parte do material trabalhado durante o Projeto de Pesquisa “Direitas e Religião no Brasil: um exame da construção das redes de intelectuais, de religiosos, de instituições e de militância política no catolicismo do Brasil entre 1930 e 1938”, financiado pela PROPESQ/UFRN, e faz parte da “Coleção Fontes, Documentos e Arquivos”, publicada pela Rede de Pesquisa História e Catolicismo no Mundo Contemporâneo (RHC).



PROPESQ
Pró-reitoria de Pesquisa



REDE
HISTÓRIA E CATOLICISMO
[@redehistariacatolicismo](#)



9 786552 300560 >